



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**  
**CENTRO DE HUMANIDADES - CH**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA - UAHG**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

**ELAINE SANTANA DO Ó**

**DISCUTINDO O TRABALHO INDÍGENA NA MATA SUL  
DE PERNAMBUCO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

**CAMPINA GRANDE/PB**

**2018**

**ELAINE SANTANA DO Ó**

**DISCUTINDO O TRABALHO INDÍGENA NA MATA SUL  
DE PERNAMBUCO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, na Linha de Pesquisa Cultura, Poder, Sociedade e Identidades, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Edson Hely Silva

**CAMPINA GRANDE/PB**

**2018**

S232d Santana do Ó, Elaine.  
Discutindo o trabalho indígena na Mata Sul de Pernambuco na segunda metade do século XIX / Elaine Santana do Ó. – Campina Grande, 2018.  
125 f : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Prof. Dr. Edson Hely Silva".

Referências.

1. Trabalho Indígena - Zona da Mata Sul - Pernambuco. 2. Trabalho Indígena. I. Silva, Edson Hely. II. Título.

CDU 94(=1-82-81)(043)

**ELAINE SANTANA DO Ó**

**DISCUTINDO O TRABALHO INDÍGENA NA MATA SUL  
DE PERNAMBUCO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, na Linha de Pesquisa Cultura, Poder, Sociedade e Identidades, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 23/03/2018

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Edson Hely Silva (orientador)

UFPE/Colégio de Aplicação

---

Prof. Dr. Juciene Ricarte Apolinário

UFPG/UAHG/PPGH

---

Prof. Dr. José Gabriel Silveira Corrêa

UFPG/UACS

*Aos índios trabalhadores aldeados em Barreiros e Escada. E  
aos meus pais, Marcos José do Ó e Eronilda Maria Santana do Ó,  
grandes mestres na história da vida.*

## AGRADECIMENTOS

Foram vários os aprendizados durante a realização desta dissertação. As idas ao Arquivo Público, aos congressos, às bibliotecas, as conversas formais e as informais nos cafés que ficavam no entorno da Universidade, me possibilitaram entender questões que ainda me eram enigmáticas. Este trabalho, portanto, foi o resultado não apenas de uma experiência acadêmica, mas também foi fruto de vivências enquanto ser social, que extrapolam os muros da academia. Desse modo, muitos dos encontros foram rápidos demais, ou abstratos demais para serem aqui mencionados, porém tentarei materializar de alguma forma minha gratidão.

Primeiramente, agradeço à CAPES pela ajuda financeira que me possibilitou adquirir livros primordiais à pesquisa, garantiu minha ida aos congressos, permitiu a aquisição dos materiais necessários para realizar a pesquisa com documentação no arquivo público, além de solucionar outras questões cruciais para que este estudo fosse concluído.

Agradeço à UFCG e a todo o corpo discente do departamento de pós-graduação em História. Pertencendo a Pernambuco, e enxergando na Paraíba um universo totalmente novo, foi fundamental sentir-me acolhida.

Agradeço ao historiador e ilustre funcionário do APEJE, Hildo Leal da Rosa, pela sua disponibilidade, confiança, e boa recepção, nas muitas vezes em que lá estive para debruçar-me sob a documentação do Oitocentos.

Meu muito obrigada à banca examinadora da qualificação: Prof. Dr. Edson Hely Silva, Prof. Dr. José Gabriel Silveira Corrêa e Profª. Dra. Juciene Ricarte Apolinário, que foram precisos e contribuíram para melhorar minha dissertação. Aproveito também aos três pelo aceite para participar da banca de Defesa Final.

Sou grata em especial ao Prof. Dr. Edson Hely Silva, pela orientação que nesses dois anos de pesquisa foi sempre atenta e responsável.

Agradeço ao Professor José Alexandre, por ter sido peça fundamental na minha escolha por essa profissão que tanto amo e me completa. Obrigada aos Profs. Drs. Chico Sá Barreto e Alexandre de Jesus, pelo apoio e encorajamento, ainda durante a graduação, para que eu seguisse adiante na carreira acadêmica. Gratidão a Alexandre Gomes, professor, pesquisador, companheiro na luta pela causa indígena e amigo, pelas conversas, conselhos e dicas ao longo da minha trajetória de vida e acadêmica.

Não poderia deixar de agradecer a Profa. Dra. Beatriz de Miranda Brusantin, pois o tema desta pesquisa surgiu devido ao trabalho que desenvolvemos juntas para a Iniciação Científica, ainda na graduação. Que sorte a minha em ter ao meu lado uma profissional tão brilhante, desde o início da minha caminhada acadêmica. Falta à academia mestres como a Dra. Beatriz, sensíveis ao lado humano dos alunos. Obrigada por estar disponível nesses dois anos, por me ouvir e aconselhar sempre com palavras sábias e confortantes. Gratidão pelo apoio de sempre. Que sigas inspirando outros alunos e alunas a escrever a História, assim como me inspirou; para mim será sempre um prazer estudarmos juntas o passado Oitocentista de Pernambuco. Espero que saibas a importância que representas na minha trajetória, minha mais sincera gratidão!

Não sei como agradecer aos meus pais – são tantos os motivos, que chega a prevalecer o silêncio. Doutores na arte da vida, me ensinaram pilares essenciais para que eu chegasse até aqui. Qualquer tentativa de agradecimento a eles será falha, pois é impossível descrever em palavras minha gratidão por tudo que fizeram e fazem por mim. Mas uma coisa é certa, sem o apoio deles, esta pesquisa não seria possível. Pai, mãe, vocês são o que tenho de mais importante na vida, e este estudo é dedicado a vocês, muito obrigada!

Obrigada a todos os amigos pelo apoio de sempre. Porém gostaria de agradecer em especial aos que estiveram lado a lado comigo durante todo o processo. Agradeço a Adriane Alves, Chaylane Marques e Robson Santana, pelos debates acadêmicos e pelo incentivo à pesquisa durante meu processo de escrita. Obrigada a Deyse Bezerra, companheira de pesquisa da causa indígena e da vida. Obrigada a Henrique Bezerra e William Souza, por me ouvirem entre uma xícara e outra de café. Sou muita grata a Roberto Gominho, pelo companheirismo desde os primeiros dias de aula na graduação em História, até os atuais; sou feliz por saber que o terei como amigo pelos longos anos de vida que espero ter pela frente, pois seu apoio é importante nos dias alegres, e fundamental nos dias mais difíceis. Agradeço a Raquel Moraes, amiga que o mestrado me apresentou, e que esteve sempre ao meu lado, dividindo comigo sua experiência de pesquisa, dores e amores durante esse processo. Meu sincero agradecimento a Eduardo Rodrigues e Tamires Souza, amigos de longa data, e que estiveram comigo nos melhores e piores momentos que passei nesses últimos dois anos; eles, mais do que ninguém, acreditaram em mim, e isso foi fundamental. Obrigada a Julia Moura Godinho, que chegou como um ciclone e me ensinou a sentir; agradeço também o seu apoio sem fronteiras, pois esteve sempre perto ainda que um oceano nos separasse. E, gratidão a

Manoela Nascimento, uma das pessoas mais lindas que a vida me presenteou e que tanto me deu força ao longo desses anos.

Por fim, agradeço aos meus ancestrais, os índios de Barreiros e Escada, pois os senti presentes a cada dia de estudo, pesquisa e escrita. De alguma forma, me sinto por eles protegida e também abençoada, por ter sido a mim destinada essa importante tarefa: escrever a História dos índios trabalhadores da Mata Sul pernambucana. Obrigada e Axé!



## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo central compreender as formas de trabalho dos indígenas aldeados em Escada e Barreiros, Zona da Mata Sul pernambucana, durante a segunda metade do século XIX. Para isso, realizamos uma pesquisa no Arquivo Público Estadual de Pernambuco (APEJE), onde nos debruçamos sobre documentos manuscritos do século XIX. Buscamos compreender as relações sociais e as redes clientelísticas que se estabeleciam na região aqui estudada, sob uma perspectiva analítica da História Social, valorizando as negociações e os conflitos entre indígenas, senhores de engenho e autoridades políticas. A identificação das redes de conflitos nos fez identificar também suas falhas, e através delas, visualizamos as estratégias que os trabalhadores indígenas usavam para sobreviver em meio a essas redes da melhor forma possível, ressaltando o protagonismo indígena na História. O texto traz para o debate os vários tipos de trabalho que os índios realizavam dentro e fora dos respectivos aldeamentos abordados, e as mudanças que essas diversas formas de trabalho lhes proporcionavam. Nesse sentido, este trabalho pretende contribuir com a ampliação dos estudos da chamada História indígena, principalmente no que diz respeito à questão do trabalho indígena em Pernambuco na medida em que evidencia a importância do protagonismo que tiveram os trabalhadores indígenas na economia local e no desenvolvimento urbano da Província de Pernambuco.

**PALAVRAS-CHAVES:** Pernambuco; Zona da Mata Sul de Pernambuco; Trabalho indígena.

## RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo central comprender las formas de trabajo de los indígenas poblados en Escada y Barreiros, Zona de la Mata Sur pernambucana, durante la segunda mitad del siglo XIX. Para eso, realizamos una investigación en el Archivo Público Estadual de Pernambuco (APEJE), donde nos centramos por documentos manuscritos del siglo XIX. Buscamos comprender las relaciones sociales y las redes clientelísticas que se establecían en la región aquí estudiada, sobre una perspectiva analítica de la Historia Social, valorizando las negociaciones y los conflictos entre indígenas, señores de ingenio, y autoridades políticas. La identificación de las redes de conflictos nos hizo identificar también sus defectos, y a través de ellas, visualizamos las estrategias que los trabajadores indígenas usaban para sobrevivir en medio de esas redes de la mejor forma posible, resaltando el protagonismo indígena en la Historia. El texto trae al debate los diferentes tipos de trabajo que los indios realizaban dentro y fuera de los respectivos poblados abordados, y los cambios que esas diversas formas de trabajo les proporcionaban. En ese sentido, este trabajo pretende contribuir con la ampliación de los estudios de la llamada Historia indígena, principalmente en lo que dice respecto a la cuestión del trabajo indígena en Pernambuco en la medida en la que es evidente la importancia del protagonismo que tuvieron los trabajadores indígenas en la economía local y en el desarrollo urbano de la Provincia de Pernambuco.

**PALABRAS-CLAVES:** Pernambuco; Zona da Mata Sur de Pernambuco; Trabajo indígena.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Mata Sul de Pernambuco no século XIX.....	27
Figura 2 – Capitania de Pernambuco entre 1790 e 1817.....	47
Figura 3 – Mapa de Pernambuco em 1874.....	48
Figura 4 – Mapa de Pernambuco em 1895.....	49
Figura 5 – Mapa dos aldeamentos da Província de Pernambuco durante o século XIX.....	60
Figura 6 – Antônio Filipe Camarão.....	74
Figura 7 – Mapa do aldeamento de Barreiros.....	75
Figura 8 – Mapa da “Villa da Escada” em 1857.....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados do 1º Mapa geral da população da província de Pernambuco de 1829 - 19.....	19
Tabela 2 - Comparativos entre brancos, pardos e índios livres com base no Mapa Estatístico de 1837.....	20

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I: O “UNIVERSO” INDÍGENA EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX.....</b>	<b>16</b>
1.1) O ESPAÇO SOCIAL PERNAMBUCANO: A ZONA DA MATA SUL PERNAMBUCANA NO SÉCULO XIX.....	16
1.2) “NO NORDESTE NÃO HÁ ÍNDIOS, APENAS CABOCLOS”.....	27
1.3) A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E REVOLTAS, EM PERNAMBUCO, NO OITOCENTOS.....	36
<b>CAPÍTULO II: OS ÍNDIOS NA ZONA DA MATA SUL PERNAMBUCANA: AS ALDEIAS DE ESCADA E BARREIROS NO SÉCULO XIX.....</b>	<b>50</b>
2.1) COMPREENDENDO AS ALDEIAS DE PERNAMBUCO NO OITOCENTOS.....	50
2.2) ALDEIA DE BARREIROS: ORIGEM, ESBULHOS E RESISTÊNCIA.....	61
2.3) A ALDEIA DA ESCADA: SEU PROCESSO HISTÓRICO E FORMAS DE RESISTÊNCIA.....	75
<b>CAPÍTULO III: DISCUTINDO TRABALHO INDÍGENA EM PERNAMBUCO: ESCADA E BARREIROS.....</b>	<b>90</b>
3.1) POVOS INDÍGENAS, TERRA E TRABALHO NA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS.....	90
3.2) OS ÍNDIOS DAS ALDEIAS DE ESCADA E BARREIROS E SUAS FORMAS DE TRABALHO DENTRO DOS RESPECTIVOS ALDEAMENTOS.....	98
3.3) OS ÍNDIOS ALDEADOS EM ESCADA E BARREIROS E SUAS FORMAS DE TRABALHO FORA DOS ALDEAMENTOS.....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

Com esta pesquisa, propomos estudar o trabalho indígena na segunda metade do século XIX, pois neste período vivenciou-se uma política assimilacionista, cujo objetivo era extinguir os aldeamentos, utilizando-se de um discurso que afirmava não haver mais índios “puros”<sup>1</sup>. Denominando-os de Caboclos, eram tidos como misturados com a chamada população nacional, e dessa forma não havia mais necessidade de estarem aldeados. Por este motivo o trabalho indígena foi incentivado, visando “civilizá-los” e integrá-los à sociedade da época. Os índios passaram a ser recrutados para diversos tipos de trabalho, como para os Correios, o Arsenal da Marinha, em obras públicas, dentre outras atividades. Também é de grande importância salientar que neste momento histórico os índios teriam vivenciado o processo de territorialização, no sentido atribuído por João Pacheco de Oliveira (2004). Isto é, as relações criadas nos aldeamentos entre os índios e a terra que lhes eram cedidas, além de uma nova realidade também política e econômica que ali se construía. Nesse processo, os índios reelaboraram as ações cotidianas, as expressões socioculturais, a relação com o tempo e consequentemente as formas de trabalho, que foi o foco do nosso estudo. Portanto, ao estudar o trabalho indígena no século XIX, estivemos observando todas essas questões para que a análise sobre o índio enquanto trabalhador corresponda a essas especificidades e complexidade.

A escolha das localidades de Barreiros e Escada justificou-se para esse estudo devido à presença efetiva de indígenas nesses espaços no século XIX, e ao processo histórico ocorrido nessas regiões. A aldeia de Escada estava situada a cerca de 60 Km da cidade do Recife, e em meados do século XIX era considerada oficialmente “a mais rica da Província” de Pernambuco. Essa situação possibilitava aos indígenas em Escada uma situação confortável se comparados aos índios aldeados no Sertão, por exemplo, pois até finais do século XIX os aldeados em Escada tinham lavouras nas quais trabalhavam. Existindo, inclusive, o índio José Francisco Ferreira, que era proprietário de dois engenhos de açúcar, Boa Sorte e Cassupim, “costeados” pelos próprios índios (SILVA, 2011, p.79).

O aldeamento de Barreiros, localizado na Várzea do Rio Una, assim como o de Escada, também na Zona da Mata Sul pernambucana, é uma área propícia para o plantio da

---

<sup>1</sup> Eram entendidos como índios “puros”, os índios do passado, idealizados, e apresentados como antepassados míticos. Tal observação, no entanto, é integrada a uma cadeia puramente cronológica de fatos históricos, sem vir a ser incorporada a um esforço de conceituação (OLIVEIRA, 2004, p. 19). Esse discurso político visava integrar a população indígena à chamada população nacional, paralelamente ao aparecimento da categoria “caboclo”, negadora da identidade indígena (POMPA, 2011, p. 274).

cana-de-açúcar, tendo sido também considerado por esse motivo um aldeamento “rico” e motivado a cobiça dos senhores de engenho. Portanto, os indígenas que ocupavam essas áreas, Escada e Barreiros, viviam em constantes confrontos com os proprietários de engenhos, até a extinção destes aldeamentos em 1873. Essas localidades nos possibilitou estudar as relações dos indígenas com estes engenhos, que como veremos, eram de conflitos, negociações e trabalho.

O objetivo deste estudo é evidenciar as formas de trabalho dos índios na Zona da Mata Sul de Pernambuco, mais especificamente Escada e Barreiros, e conhecer o perfil daqueles trabalhadores indígenas, suas necessidades, motivações e interesses; contribuindo para a construção de uma nova perspectiva tanto sobre a História Social do Trabalho como a respeito da chamada história indígena. Para isso, nos baseamos nas reflexões do historiador Edward Palmer Thompson (2001) e, principalmente, seus conceitos sobre experiência, costumes e tempo. Partindo dessa visão, dialogamos com autores como James C. Scott (2013), John Monteiro (1994, 2001), Manuela Carneiro da Cunha (1992), Patrícia Sampaio (2009), Maria Regina Celestino de Almeida (2010), entre outros.

O principal objeto de estudo de Thompson, assim como nesta pesquisa, é o trabalhador. O autor inglês evidenciou em seus escritos a cultura popular, explorando aspectos ritualísticos e teatrais. A cultura foi pensada como um papel decisivo e como força motivadora das transformações históricas, em uma crítica à visão do determinismo econômico. Para Thompson, o ritual só fazia sentido quando se olhava para o contexto total, pois o ritual permeia a vida social e política, assim como a doméstica. Logo quando pensamos esse conceito em relação ao trabalhador, é necessário observar os ritmos de trabalho, as formas de trabalhar, para quem é oferecida sua mão de obra, em que medida o trabalho interfere na vida familiar e também o inverso. Ou seja, decodificando os comportamentos dos trabalhadores nas esferas sociais. Quanto ao conceito “teatral”, Thompson defendeu que todos nós enquanto agentes sociais estamos encenando, os que detêm o poder representam majestade, luxo, riqueza, e os pobres encenam o contra-teatro, ou seja, o inverso: protestos, pobreza, o ridículo.

Entretanto, a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas. Como observou Marc Bloch, “para o grande desespero dos historiadores, os homens deixam de mudar seu vocabulário toda vez que mudam seus costumes” – e isso é verdadeiro também para o vocabulário das formas rituais. (THOMPSON, 2001, p. 243)

As pesquisas foram realizadas por Thompson a partir das experiências das pessoas, como viveram, e não se baseando, apenas, em modelos explicativos. E foi desta forma que em nosso estudo analisamos o trabalhador indígena no século XIX, observando suas experiências, ou seja, as vivências, partindo primeiramente dos contextos onde estavam inseridos, fugindo de afirmações generalizantes e genéricas.

Tendo compreendido o porquê do tema, do recorte temporal e espacial, e também onde estiveram baseadas nossas reflexões, apresentaremos como organizamos o estudo. No primeiro capítulo, *O “universo” indígena em Pernambuco no século XIX*, tentamos compreender o cenário dos índios aldeados em Barreiros e Escada, debatendo as relações sociais, econômicas e políticas onde estavam inseridos. Ao estudar essas redes de relações entre autoridades, índios e senhores de engenhos, buscamos destacar os índios enquanto indivíduos ativos e cientes do que acontecia ao seu redor. Não tratamos os índios como passivos, submissos, e “inocentes”, mas como indivíduos mobilizados em meio ao universo da cana por sua sobrevivência enquanto grupo. Evidenciamos seu protagonismo, ainda que as mobilizações tornassem ainda mais difícil seu processo de resistência, pois eram vistos pejorativamente como Caboclos, com a indianidade questionada dia após dia.

Um outro ponto que destacamos no primeiro capítulo foram as participações indígenas em movimentos sociais e revoltas, ocorridos principalmente na primeira metade do século XIX em Pernambuco. Apesar de o recorte temporal desta pesquisa ter sido a segunda metade do século XIX, nos foi importante compreender a primeira metade do século, pois entendemos ser fundamental conhecer o trabalho militar dos índios aldeados em Escada e Barreiros naquele período, uma vez que tais serviços renderam consequências durante todo o século XIX, como veremos.

No capítulo seguinte, *Os índios na Zona da Mata Sul Pernambucana: as aldeias de Escada e Barreiros no século XIX*, apresentamos de forma breve a situação das aldeias em Pernambuco no oitocentos, para que possamos entender a realidade dos índios da Província de Pernambuco no século XIX. O enfoque maior no capítulo foi sobre as aldeias na Mata Sul, porém de um modo geral, neste capítulo procuramos estabelecer relações e comparar os índios das aldeias de Escada e Barreiros com as demais aldeias na Província naquele momento. No primeiro tópico, apresentamos um panorama geral das aldeias em Pernambuco, e nos tópicos seguintes, especificamos o processo histórico corrido nas aldeias de Barreiros e Escada.



No último capítulo intitulado *Discutindo trabalho indígena em Pernambuco: Escada e Barreiros*, buscamos evidenciar as relações que os índios de Escada e Barreiros mantinham com o trabalho. Elencamos as formas de trabalho daqueles índios e discutimos cada uma delas para entender as relações dos índios em cada situação. Procuramos nesse capítulo entender como os índios enxergavam os trabalhos realizados fora da aldeia, como o de caminhante do Correios ou de trabalhadores em obras públicas, por exemplo. Discutimos ainda as condições de trabalho, salários, satisfação, vantagens e diversas outras questões na relação índio-trabalho. O debate ocorreu em sintonia com a documentação encontrada no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

Há um provérbio árabe que sabiamente nos alerta: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”. O caminho percorrido nesse estudo se dedicou aos homens no tempo, valorizando o contexto e o processo. Esperamos com esse estudo contribuir para as reflexões sobre a história dos trabalhadores indígenas aldeados em Escada e Barreiros, e para as discussões sobre a história indígena no Brasil.

## CAPÍTULO I: O “UNIVERSO” INDÍGENA NO SÉCULO XIX

### 1.1) LOCALIZANDO-SE NO ESPAÇO SOCIAL PERNAMBUCANO: A ZONA DA MATA SUL PERNAMBUCANA DURANTE O SÉCULO XIX

*Essa “Mattas incultas” se derramavam, arrastando quase uma virgindade primeva, ainda em 1774, pelas freguesias das vilas de Porto Calvo e de Garanhuns, ocupando opulosas os ricos tratos de terras úberes dos vales úmidos da raia justamarítima e dos vales de altitude das serras agrestinas. Matas que não eram apenas femininamente voluptuosas, mas ricas de madeiras de lei, e, desde o começo da colonização antiga, foram celeiro e reduto dos negros mucambeiros. Deitavam-se ainda essas matas primevas pelo tortuoso vale do Una, beirando rios de águas escuras e piscosas, defrontavam o “escalvado monte de Barreiros” pelas margens do Carimã, subiam aos entremorros invernosos do Jacuípe, esgalhavam-se ao norte, corridas, aos Caricés, no Tabuleiro de Goiana, e decaíam, cada vez mais opulentas, ao sul, abraçando os ramos palmarinos dos círculos das lagoas, e se estendiam, gordas e trancadas, à beira do lago do Pescoço, já na margem norte do rio São Francisco.*

Dirceu Lindoso (1983, pp.84-85).

Buscando compreender as formas de trabalho dos indígenas habitantes da Zona da Mata Sul pernambucana, mais especificamente os índios aldeados em Escada e Barreiros, considera-se necessário, inicialmente, conhecer aquela região açucareira e escravista. Tal área canavieira ou Zona da Mata foi originalmente assim denominada em razão das grandes matas que a recobriam; a região compreendia a extensão dos 170 km da linha costeira da Província, adentrando 60 km para interior ao Norte e 130 km ao Sul (DE CARLI, 1940).

Estamos tratando de uma área que ficou conhecida como “a civilização do açúcar” onde a monocultura da cana “reinou”, e como era de se esperar, os senhores de engenho eram donos de poder e influência nesta região, pois influenciavam de forma direta e forte na economia e na política, ocupando, na maioria das vezes, cargos públicos. Esses senhores de engenho, chamados de “barões do açúcar”, obtinham o monopólio da terra, e por tê-las em suas mãos, eram retiradas progressivamente das mãos dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores indígenas. Tal estrutura perdurou, de forma forte, por um século, e de certa forma, temos permanências até hoje, tendo em vista que a estrutura fundiária continua altamente concentrada em poucas famílias.

Os engenhos de cana-de-açúcar nessa região são algo que se tem desde o início da colonização, onde os engenhos iam se fundando à medida que os povoadores iam recebendo suas terras por capitânicas hereditárias. Conforme os engenhos ocupavam a Zona da Mata no cenário do século XIX, os engenhos situados na atual Região Metropolitana do Recife aos poucos desapareciam:

A cidade conquistava assim o campo em sua volta. Das plantações mais próximas do porto, alguns nomes permaneceram até hoje em dia, como Casa-Forte, Torre, Apipucos, Dois Irmãos, Caxangá, Engenho do Meio, e por aí vai. Alguns desses antigos engenhos tornaram-se centros populacionais, de forma que, já eram chamados de povoações no começo do século dezenove. Mas, lá pela metade do século, estavam-se transformando rapidamente em bairros, subúrbios da cidade – e como tal permaneceriam. Não é irreal pensar que morassem perto de cem mil pessoas nesse grande Recife, várias vezes maior do que o núcleo urbano apertado nas ilhas da Boa Vista e Santo Antônio, e na quase-ilha do Recife. O que não faltavam nesses subúrbios, restos de antigos engenhos, eram barracos onde se apinhava gente, muita gente mesmo (CARVALHO, 2010, p. 48).

Enquanto ocorria o crescimento do número de engenhos na Zona da Mata, paulatinamente, Recife, que na época contava com os bairros da Boa Vista, Santo Antônio e do Recife, onde estava localizado o Porto, expandia-se sobre os engenhos no seu entorno. A área onde funcionavam os engenhos mais próximos à cidade iam aos poucos se submetendo ao núcleo urbano. À medida que os engenhos nos arredores do Recife encerravam suas atividades nesse período em que a Capitania de Pernambuco buscava expansão, os indígenas iam sendo combatidos também em função dessa expansão urbana. Ainda no século XVI, no processo de conquista da várzea<sup>2</sup>, Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, caçou quantos índios pode, chegando, até mesmo, a perder um olho na luta (CARVALHO, 2010). Literalmente, era olho por olho e dente por dente, saindo os índios, com certeza, perdendo muito mais dentes e olhos que os conquistadores, uma vez que apesar de resistirem, encontravam-se em uma situação menos favorável, até mesmo no que se diz respeito aos armamentos. Dessa forma, muitos foram os grupos que resistiram aos avanços da Capitania de Pernambuco, como fora o caso dos Caetés, que perderam a guerra firmada e se interiorizaram, ou foram escravizados por guerra justa, e acabaram se tornando “braços” para os engenhos. Mas muitos grupos indígenas decidiam se aliar e, inclusive, era por este motivo que o colonizador conseguia combater os índios hostis. No exemplo citado a pouco da “derrota” dos

---

<sup>2</sup> Região onde atualmente localiza-se o bairro Várzea, no Recife.

Caetés, em 1571, Duarte Coelho só obteve vitória porque conseguiu o apoio de vinte mil indígenas aliados e mais dois mil vindos de Itamaracá (KELLY, 2004).

As populações indígenas que atualmente habitam o Nordeste provêm das culturas autóctones que foram envolvidas em dois processos de territorialização com características bastante diferentes (OLIVEIRA, 2004). O primeiro processo ocorreu em três etapas: os aldeamentos, as vilas e a Lei de Terras de 1850. No primeiro movimento, nativos de diferentes etnias<sup>3</sup> foram sendo aldeados por missionários com o intuito de sedentarizá-los e catequizá-los, embora esse objetivo não tenha funcionado plenamente, já que os índios fugiam e voltavam para os respectivos aldeamentos, ou mudavam de um para outro conforme seus próprios anseios, ou outros ainda nem se quer voltavam e iam “unir-se aos selvagens”<sup>4</sup>. Com o Diretório dos Índios (1757) intensificou-se o incentivo a essa “mistura”, pois foram incentivados os casamentos interétnicos e a fixação de colonos brancos em terras dos antigos aldeamentos, que foram elevados à categoria de vilas, quando ocorreu a segunda “mistura”. Desse contingente é que procedem as atuais denominações indígenas no Nordeste.

Tais medidas recrudesceram ainda mais apoiada em mudanças demográficas e econômicas, como com a Lei de Terras em meados do Brasil Império, quando ocorreu um movimento de regularização das propriedades rurais. As antigas vilas expandiram progressivamente seus núcleos urbanos e os governos provinciais foram extinguindo os aldeamentos, incorporando os seus terrenos às comarcas e municípios em formação, sendo essa a terceira mistura. Essas três fases do que seria o primeiro processo de territorialização favoreceu o argumento usado no século XIX, de que não existiam mais índios em terras dos antigos aldeamentos, afinal os indígenas estavam destituídos de seus antigos territórios e por isso não viviam em coletividade. O engenheiro encarregado da medição das terras públicas, Luiz José da Silva, afirmou na década de 1870 que os índios da Província de Pernambuco achavam-se confundidos com a massa geral da população, e haviam perdido os hábitos e usos de seus progenitores<sup>5</sup>.

Em Pernambuco, mais de 60 aldeias foram reunidas para constituir 14 povoações, vilas e lugares que se instalavam, designando-se a extensão de suas terras e estabelecendo-se a câmara para as vilas e incluindo-se os lugares nos termos de uma

---

<sup>3</sup> O conceito de etnia é cada vez mais usado nas Ciências Sociais a partir das crescentes críticas ao conceito de raça, e, ao conceito de tribo. O termo etnia surgiu no início do século XIX para designar as características culturais próprias de um grupo, como a língua e os costumes (SILVA; SILVA, 2010).

<sup>4</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 8. Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província. Diretoria Geral dos Índios, 13/02/1861.

<sup>5</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 394v. Ofício do engenheiro encarregado da medição das terras públicas, Luiz José da Silva, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife. 11/01/1875

vila. Índios e moradores misturavam-se em seu interior, conforme as diretrizes do Diretório, e datas de terras em dadas também a estes últimos (ALMEIDA, 2003, p.197).

Durante o século XIX, tentou-se, portanto, afirmar que os índios estavam incorporados à população, torná-los cidadãos comuns sem distinção dos nacionais. Por estas razões, o recomendável é sempre desconfiar dos dados demográficos oficiais no Oitocentos. Os quadros a seguir apresentam um número de indígenas suspeitosamente baixo, enquanto que o número de pardos é muito grande. O pardo não seria a mistura que o Estado tanto queria exaltar? Dessa forma, é possível pensar que muitos índios acabaram sendo contabilizados como pardos. Vejamos dois quadros do século XIX, em que aparecem os índios, sendo um de 1829 e outro de 1837:

**Tabela 1: Dados do 1º Mapa geral da população da província de Pernambuco de 1829<sup>6</sup>**

Homens						Mulheres				
Ingênuos						Ingênuas				
Idade	Branco	Índios	Pardos	Pretos	Total	Branca	Índias	Pardas	Pretas	Total
1 a 10 anos	13051	419	13569	2149	29188	12320	437	13178	2165	28100
11 a 20 anos	7109	391	7956	1738	17194	9878	360	10686	2041	22965
21 a 30 anos	7124	358	7013	1704	16199	8297	400	8842	1875	19414
31 a 40 anos	5607	217	5414	1227	124656	5740	299	5669	1315	13023
41 a 50 anos	4170	184	3654	998	9006	3640	204	3491	907	8242
51 a 60 anos	2759	118	2534	715	6135	2215	111	2099	593	5018
61 a 70 anos	1481	46	1225	319	3141	1105	65	1084	321	2575
71 a 80 anos	649	25	586	192	1452	484	37	530	181	1232
81 a 90 anos	190	6	192	83	471	188	12	202	85	487
91 anos a 100 anos	17	1	23	8	49	25	2	43	34	104
101 pra cima	2	2	3	1	8	3	0	4	1	8
<b>Soma</b>	<b>42159</b>	<b>1767</b>	<b>42178</b>	<b>9204</b>	<b>95308</b>	<b>43895</b>	<b>1927</b>	<b>45828</b>	<b>9518</b>	<b>101168</b>

Fonte: Mello (1979)

<sup>6</sup> Mapa Geral da População da Província de Pernambuco, ano de 1829, classificada por idades, sexo, classes e condições de indivíduos.

**Tabela 2: Comparativos entre brancos, pardos e índios livres com base no Mapa Estatístico de 1837 <sup>7</sup>**

Comarcas	Índios	Branco	Pardos	Pretos	Total de indivíduos livres
<b>Recife</b>	446	25.214	28.215	8.815	62.690
<b>Goiana</b>	42	4.163	3.271	600	8.076
<b>Nazareth</b>	20	8.204	11.982	1.861	22.067
<b>Limoeiro</b>	-	4.344	10.936	1.143	16.423
<b>Santo Antônio</b>	91	7.075	5.872	726	13.764
<b>Barreiros</b>	280	2.518	5.225	1.472	9.495
<b>Garanhuns</b>	803	7.514	19.355	882	28.554
<b>Brejo</b>	290	4.562	5.893	190	10.935
<b>Flores</b>	122	8.785	11.844	2.132	22.883
<b>Comparativos entre brancos, pardos e índios livres com base no Mapa Estatístico de 1837</b>					
Comarcas	Índios	Branco	Pardos	Pretos	Total de indivíduos livres
<b>Rio Formoso</b>	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	2.094	72.379	102.593		194.887

Fonte: Arquivo Nacional (1837)

Não é possível afirmar com exatidão quantos índios existiam em Pernambuco durante o século XIX porque os dados eram imprecisos, assim como seria em qualquer outra pesquisa, pois não há pesquisa exata e completamente verdadeira em seus dados. Logo, ao analisar as informações disponíveis, devemos ser cuidadosos. Porém esses dados, ao menos, possibilitam ter uma ideia geral da quantidade e distribuição de indígenas nas comarcas de Pernambuco. E mais do que isso, favorece pensar as intenções que estão nas entrelinhas desses dados.

No Mapa geral da Província de Pernambuco, elaborado em 1829, a contagem ocorreu em uma divisão maior do que dois grandes grupos separados pelo gênero, havendo em cada um desses grupos subdivisões pautadas na “raça” do indivíduo. Além desses grupos e

<sup>7</sup> AN. Série Interior. IIJ9 252 A Ministério do Império – Pernambuco. Mapa Estatístico da População da Província de Pernambuco, classificado por Comarcas e pertencente ao ano de 1837.

subgrupos, o mapa informou a idade das pessoas. No referido mapa, observamos que, em todas as faixas etárias, os números tanto dos índios como das índias eram inferiores às demais “raças”. Tal contabilidade apontou para a existência de 1.767 índios e 1.927 índias, totalizando 3.694 indígenas em Pernambuco. Enquanto que, segundo a mesma pesquisa, havia 18.722 pretos, 86.054 brancos, 88.006 pardos, totalizando o restante da população em 192.782 indivíduos. Diante desse último número, observamos como o número de indígenas em Pernambuco no Oitocentos, neste mapa, era ínfimo: 3.694 índios em uma totalidade de 192.782 habitantes, representando apenas 1,8% da população geral de Pernambuco.

Uma vez que o mapeamento de 1829 apresenta um número de indígenas muito baixo, e paralelamente a este dado, relata um número muito elevado de pardos, condiz completamente com o discurso do Oitocentos, que buscava evidenciar a “mistura” dos índios à população nacional para assim afirmar a inexistência dos mesmos. Esse raciocínio nos leva a crer que o número excessivamente baixo de índios demonstrado no mapa ocorreu porque, na contagem, uma grande parcela deles foi incorporada ao estigma de pardos. Desse modo, o Estado Nacional iria aos poucos criando base para sua política que visava a incorporar os índios à população nacional, usando esses mapeamentos como “prova”.

No mapa estatístico do ano de 1837, temos um diferencial em relação ao primeiro, pois trouxe o número de indígenas por Comarca. Mas, em contrapartida, não informou os indígenas por gênero, dificultando o conhecimento sobre a quantidade de indígenas homens e mulheres. Porém, observando que a distância temporal de um mapa para outro não é tão longa, torna-se positivo este mapa conter informações sobre as comarcas separadamente, o que possibilita identificar a quais aldeias os números se referem.

O número de indígenas na Província de Pernambuco aparece novamente muito inferior em relação às demais “raças”, e ínfimo quando compreendido no total da população. De acordo com o segundo mapeamento, residiam em Recife<sup>8</sup> 446 indígenas, em Goiana 42, em Nazareth 20, em Santo Antão 91, em Barreiros 280, em Garanhuns 803, em Brejo 290 e em Flores 120. Quanto às comarcas de Limoeiro e Rio Formoso, o mapa não trouxe informações. Dessas Comarcas, é possível localizar quatro aldeias, a da Freguesia de Águas Belas, localizada em Garanhuns, onde estava a Aldeia de Ipanema, atualmente habitada pelos Fulni-ô; a da Freguesia de Cimbres no Brejo, onde estão nos dias atuais os xucuru; e as aldeias que são o foco do nosso estudo: as aldeias de Escada e Barreiros, sendo a de Escada incluída na Freguesia de mesmo nome localizada em Santo Antão.

---

<sup>8</sup> O Recife nos Oitocentos compreendia o bairro do Porto, Santo Antônio e Boa Vista.

Assim como no primeiro mapa, o segundo pareceu querer ratificar novamente a ideia de que os índios estariam desaparecendo e confundidos na massa da população, evidenciando que a população indígena diminuía progressivamente, enquanto a população de pardos aumentava. No entanto, apesar desses números terem sido influenciados por tais ideologias e vontades políticas, ainda assim, percebemos que ao invés da diminuição da população indígena, ocorreu um aumento, mesmo que pequeno. À Aldeia de Barreiros, por exemplo, constatamos que se em 1837 foram contabilizados 280 indivíduos, em 1862 teria em seus limites 191 famílias indígenas<sup>9</sup>. Mesmo ocorrendo um aumento, entendemos que em 25 anos o número de índios deveria ter crescido ainda mais do que a estatística revela, afinal, se os dados de pesquisas desse tipo ainda hoje são falhos, no Oitocentos, provavelmente, as informações continham ainda mais equívocos, já que lidavam com dificuldades maiores, seja com o envio das informações ou com a resistência das autoridades locais.

Quando analisamos esses dados, levando em consideração o contexto histórico, observamos o quanto essa estatística apresenta um número relativamente baixo de indígenas, principalmente se refletirmos sobre a participação destes em Pernambuco, e principalmente os de Barreiros (Zona da Mata) nas revoltas Oitocentistas, como veremos de forma mais detalhada no último tópico deste capítulo; ou seja, os índios apareceram bastante nesse período para o número reduzido em que aparecem nos mapeamentos acima.

Suas freguesias mais importantes eram: ao norte, São Lourenço, N.S. da Luz, Santo Antônio, Jaboatão, Muribeca, Cabo, Ipojuca, Igarassú, Tracunhaém, Goiana, Tijicupapo, Taquara, Itamaracá; ao Sul, Una, Escada, Serinhaém e Porto Calvo, Atalaia, Alagoas e Penedo. Essas últimas quatro vilas encontravam-se ao extremo sul da “Cabeça da Capitania”, Recife, e sob o controle da Comarca da Vila de Alagoas (atual Marechal Deodoro). Nas vilas, concentrava-se a população da Capitania. Eram habitadas pelos senhores de engenho, os agentes da Coroa, religiosos e homens livres pobres. A sobrevivência, nestas localidades, principalmente para os moradores dos mangues ou das terras “alheias”, dava-se, na maioria das vezes, de forma precária, sobretudo porque a plantação das lavouras de subsistência ficava a mercê dos favores dos senhores de engenhos, que possuíam o poder sobre o uso da terra, fato que levava a população a viver em constante migração (ALVES, 2008, p.40).

Dentre as freguesias citadas acima, as mais importantes são a do Una e a de Escada, onde estão localizadas as aldeias de Escada e Barreiros. Nessas vilas próximas às aldeias,

---

<sup>9</sup> APEJE. Série Diversos II, vol. 19. fls. 50-56. Relatório das Aldeias da Província, do Diretor Geral dos Índios, Barão dos Guararapes. 13/02/1862.



concentravam-se a população da Capitania, formada pelos senhores de engenho, os agentes do Império, os religiosos e os homens livres pobres. Eram estas regiões dois grandes núcleos da produção açucareira, como em toda a Zona da Mata Pernambucana. Na primeira metade do século XIX, quando ainda dominava o trabalho escravo e o tráfico com a costa africana, as regiões como Sul de Pernambuco e o Recôncavo da Bahia, apesar da existência de muitas terras improdutivas, comportavam os engenhos mais ricos e as áreas com grande potencial à cultura canavieira, nos quais, em sua maioria, acomodavam entre 100 e 200 escravos. Ao Norte do Recife, eram raros os senhores de engenhos ricos que possuíam numerosa escravaria e sólidos sobrados (ANDRADE, 1980). Ou seja, foi na Zona da Mata Sul que os engenhos mais prosperaram e eram mais ricos e lucrativos, impactando de forma direta e violentamente os indígenas nessa região.

Portanto, os povos indígenas em Escada e Barreiros estavam envolvidos no cotidiano da região açucareira e escravista da Mata Sul Pernambucana. Os trabalhadores indígenas<sup>10</sup> aldeados da Mata Sul, estavam envolvidos no emaranhado clientelístico do açúcar daquele lugar e nas desenvolvuras políticas e militares da Província. Nessa rede clientelística, onde se relacionavam os senhores do açúcar com os representantes da Lei e os indígenas, nem sempre os índios representaram a parcela mais “fraca” e destituída de poder. Existiu um índio dono de engenho em Escada e um índio de Barreiros ocupando cargos públicos, como abordaremos de forma mais detalhada nos próximos tópicos.

Porém para a historiografia tradicional, o açúcar acabou ocupando um espaço de maior importância do que a presença indígena ao longo da História na sociedade pernambucana. O autor de *Casa grande e senzala*, difundiu a ideia de que o índio teria resistido à outras fases da História, mas que teria sido “dissipado” pelos avanços da produção açucareira ao afirmar que o açúcar teria matado o índio.

Enquanto o esforço exigido pelo colono do escravo índio foi o de abater árvores, transportar os toros aos navios, granjear mantimentos, caçar, pescar, defender os senhores contra os selvagens inimigos e corsários estrangeiros, guiar os exploradores através do mato virgem – o indígena foi dando conta do trabalho servil. Já não era o mesmo selvagem livre de antes da colonização portuguesa; mas esta ainda não o arrancara pela raiz do seu meio físico e do seu ambiente moral; dos seus interesses primários, elementares, hedônicos; aqueles sem os quais a vida se

---

<sup>10</sup> Entendemos nesse estudo que o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. Partindo desse raciocínio, todo ser humano desenvolve algum tipo de trabalho ao longo de sua vida, e é portanto um trabalhador, independentemente de estar organizado ou não enquanto classe. Entendemos o trabalhador, para além de uma visão reducionista que apenas enxerga um trabalhador se for ele escravo, assalariado ou autônomo que produza excedente. Nossa visão sobre trabalho é ampla, e iremos discuti-la em maior profundidade no próximo capítulo, onde entenderemos quem era esse trabalhador indígena no oitocentos.

esvaziaria para eles de todos os gostos estimulantes e bons: a caça, a pesca, a guerra, o contato místico e como que esportivo com as águas, a mata, os animais. Esse desenraizamento viria com a colonização agrária, isto é, a latifundiária: com a monocultura, representada principalmente pelo açúcar. O açúcar matou o índio. Para livrar o indígena da tirania do engenho é que o missionário o segregou em aldeias... (FREYRE, 2006, pp. 228-229).

Apesar dos indígenas que habitavam a região canavieira, como os de Santa Maria da Boa Vista, Baixa Verde, e dos aldeamentos de Barreiros, Escada e Riacho do Mato, de fato, terem deixado de existir enquanto grupo étnico devido ao avanço da cana, diferentemente dos índios que estavam distantes da zona açucareira, onde quase todos, a partir do início do século XX, vivenciaram um processo de *emergência étnica*,<sup>11</sup> como foi o caso do atual povo Xukuru, do aldeamento de Cimbres; do povo Funi-ô, do aldeamento de Ipanema; do povo Pankararu, do aldeamento do Brejo dos Padres; e do povo Truká, do aldeamento de Assunção, não devemos enxergar a situação do mesmo modo que Freyre, pois o referido autor acaba emitindo a ideia de que esses índios foram passivamente e inevitavelmente mortos pelo açúcar, enquanto que evidenciamos no presente estudo justamente o inverso: alianças, luta e resistência.

Os senhores de engenho usavam de sua condição privilegiada para cometer esbulhos nas terras indígenas, prejudicando aos índios de Barreiros e Escada. Porém o clientelismo do açúcar não era inabalável, ao contrário disso, era frágil, e os índios sabiam aproveitar os momentos de frouxidão desses laços. Esses acordos clientelísticos se enfraqueciam nos momentos de revolta social, e era exatamente nesse momento que os índios se aproveitavam para se vingarem daqueles senhores que no cotidiano dos engenhos impunham-se hierarquicamente acima dos índios (CARVALHO, 1996). Chamamos de Clientelismo, “as relações entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos (CARVALHO, 1997, P. 3). O Clientelismo, diferentemente do Coronelismo datado de Victor Nunes Leal, é mutável, sendo possível encontrá-lo em vários momentos históricos. Usamos o referido termo analítico para estudar as relações de trocas entre agentes históricos em posições desiguais, no nosso caso específico, as relações entre os índios de Barreiros e Escada, senhores de engenho, e os ocupantes de cargos públicos e políticos. No entanto, é preciso destacar que esses indígenas constituíam um tipo diferenciado de cliente nesses acordos, pela sua condição étnica. Um cliente comum normalmente obtinha seu título de posse permanente da terra por

---

<sup>11</sup> O autor define como emergência étnica a retomada dos povos indígenas de suas terras imemoriais, sua memória coletiva e suas particularidades identitárias (ARRUTI, 2004).

ocupação, mas os índios a tinham por uma questão histórica, pelo “título de indigenato” (CUNHA, 1987, p. 70).

Essa diferenciação aticava ainda mais a cobiça dos produtores de açúcar da região, que foram progressivamente avançando sobre as terras indígenas. Alguns desses “avanços” vinham através de acordos entre os senhores de engenhos e os indígenas, ou pelo menos com a liderança indígena do momento em que representava todos os índios do aldeamento, mas na maioria das vezes esses “avanços” foram ilegais e os indígenas resistiram enquanto puderam. A situação das aldeias de Escada e Barreiros estava tão sérias, que em 1854, o então Diretor Geral dos Índios enviou um ofício ao Presidente da Província, cobrando providências a respeito da demarcação das terras dessas aldeias que estavam sendo usurpadas a cada dia que se passava pelos engenhos que a cercavam:

Ilustrissimo Excelentíssimo Senhor Reconhecendo o Governo da Província a precisão de aviventar a demarcação das aldeias desta província me ordenou que com a possível brevidade cuidasse desse trabalho julguei que devia começar pela Escada e Barreiros por serem estas as aldeias onde mais escandalosas usurpações se têm praticado, não tendo porém podido descobrir os títulos das comissões feitas aos índios dessas duas aldeias, e nem os tombos das demarcações, por mais diligências que tenha feito, em empenhando-me, e oferecendo pagamento de busca aos cartórios da tesouraria, e da secretaria, apesar disso comecei com rumos aéreos, por testemunhas informantes, dos lugares onde viram marcos, que têm sido arrancados pelos usurpadores das terras da Escada, tenho descoberto algumas marcas de esteira em que esta grava a letra R, com que foram marcados todos os marcos da aldeia, porém não achando os marcos de canto, onde os rumos formaram os ângulos retos, tenho levado os rumos de madeira que conservem a posse em memorial da aldeia, proprietários há que foram outros foreiros da aldeia, que arrancaram os marcos, e dizem hoje que as terras são suas, e por mais que os convide a aviventarem os rumos de suas propriedades, eles a isso se negam..<sup>12</sup>

Esse ofício nos confirma que “as matas úmidas ao Sul da Província, segundo a imprensa, pegavam fogo naquela época” (CARVALHO, 1986, P. 59). Se para os senhores de engenhos a terra representava a expansão de seus negócios, para os índios significavam muito mais: a terra representava não só o seu sustento, mas também a identidade. Pois o lugar, a terra, o “território indígena”, não possui o mesmo sentido de um lote que se adquire, o espaço é marcado pelos acontecimentos sociais e é isso que lhe confere sentido (PINHEIRO, 2002, p. 256).

É importante ainda ressaltar que os engenhos não impactaram negativamente apenas as terras das aldeias, mas também todo o ambiente da Mata Atlântica existente na região,

---

<sup>12</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 42; Ofício do Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueredo, Escada, 07/02/1854

conhecida como Mata do Tombo Real, além de também atingir o rio Una. A Mata do Tombo Real tinha uma função importante para os habitantes de seu entorno, pois era dona de terras férteis, favoráveis à lavouras, principalmente para o cultivo de cana-de-açúcar, roças e fumo. A referida mata era ainda rica em riachos, rios, lagoas e mangues, com abundância de peixes, mariscos variados e caranguejos; além de abrigar madeiras de lei, como cedros, sapucaias, sucupiras, louros, jurubus e copaibas (LINDOSO, 1983). Foi atribuída a destruição das florestas, que existiam sobre o solo escuro, oleoso e fértil dos canaviais da Zona da Mata pernambucana, à expansão da economia açucareira (FREYRE, 1961). As aldeias de Escada e Barreiros estavam nos entornos da citada Mata do Tombo Real, e os índigenas participaram no desmatamento da região, porém, em uma proporção menor, comparado à degradação em grande escala realizada pelos senhores de engenho, até porque os índios não dispunham de objetos de derrubada suficiente para tal serviço<sup>13</sup>. A extração de madeiras da floresta para um determinado fim não era uma novidade para os índios, a inovação estava justamente às proporções as quais a extração passara a ser realizada.

Ficou evidente o quanto a “invasão” açucareira foi agressiva aos povos indígenas habitantes na Mata Sul pernambucana e também o quanto a economia indígena foi afetada, pois foram aos poucos sendo esbulhados de suas terras onde plantavam, das matas onde realizavam a caça e extração de madeira de forma moderada, aceleradamente destruída, além dos efeitos nocivos do estuário ao rio Una, onde pescavam. Definitivamente, as dificuldades para os indígenas de Escada e Barreiros não foram poucas, mas enfrentaram como puderam e como achavam que deviam.

Portanto, a produção açucareira na Zona da Mata Sul afetou diretamente os indígenas habitantes na região nas suas práticas e relações cotidianas, na economia, no trabalho, e degradou o bem mais precioso: a terra. Como foi evidenciado, os índios souberam aproveitar os momentos de frouxidão dos acordos clientelísticos, negociaram e buscaram permanecer o quanto puderam em seus respectivos territórios. No segundo capítulo, discutiremos as presenças indígenas em Barreiros e Escada, e entenderemos quais foram suas estratégias para o Oitocentos.

---

<sup>13</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 138; Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Manoel do Nascimento Machado Portella, Diretoria Geral dos Índios, 12/06/1869.

Figura 1 - Mapa da Mata Sul de Pernambuco no século XIX



Fonte: Ferreira (2006)

## 1.2) “NO NORDESTE NÃO HÁ ÍNDIOS, APENAS CABOCLOS”

*Prove o suplicante que é índio, devendo apresentar-se à comissão encarregada da demarcação do extinto aldeamento do Riacho do Mato para verificar-se a identidade de pessoa, a fim de lhe ser concedido o lote de terras que requer.*

Carvalho de Moraes<sup>14</sup>

<sup>14</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 43; Petição de Manoel Félix Honorado, índio da extinta aldeia de Escada, para o Presidente da Província. 28/03/1876.

Os povos indígenas habitantes na região atualmente chamada de Nordeste do Brasil foram os primeiros a ter contato e a viver no mundo colonial, e por este motivo também foram os primeiros a serem chamados de Caboclos.

Além de “curiboca”, outro termo de origem provavelmente tupi, que designava o mestiço nascido do cruzamento de branco (ou mestiço, meluco, “filho de branco”) e índia era “caboblo” (tem o mesmo étimo tupi de curiboca e de carioca: *Kara'ïwa* ‘homem branco’ e tupi ‘oka’ ‘casa’). Esse termo é ainda muito empregado em extensa área do Brasil atual, não obstante claras alterações dos significados lhe atribuídos. O Grande Dicionário *Houaiss da Língua Portuguesa* traz a seguinte etimologia: tupi *Kara'ïwa* ‘homem branco’ e tupi ‘oka’ ‘casa’ têm sido propostos como orig. do voc. caboclo <índio mestiço de branco, indivíduo de cor acobreada e cabelos lisos>, doc. Como *cauoucolo* em 1645, *cabocolo* em 1648, *cabocoro* em 1757 e *caboclo* a partir de 1781 (PAIVA, 2015, pp.190-191).

O termo Caboclo é de origem Tupi e foi sendo construído ao longo dos séculos de colonização, aparecendo nas documentações a partir do século XVII como “cabocolo” e passando por derivações até o século XVIII, como “Caboclo”; sendo bastante usado ao longo do Oitocentos. “Caboclo”, no entanto, era uma expressão pejorativa, chegando a ser algo injurioso e penoso para o indivíduo que fosse assim designado, pois não era mais considerado índio legítimo. E, ao mesmo tempo, ocupava uma posição inferior aos brancos por ser entendido como “o outro”. O termo foi proibido pelo Alvará Régio em 1755, que determinava:

[...] que considerando o quanto convém que os meus reaes domínios da America se povoem, e que para este fim póde concorrer muito a communicacão com os Indios, por meio de casamentos: sou servido declarar que os meus vassallos deste reino e da America, que casarem com as Indias dela, não ficaõ com infâmia alguma, antes se farão dignos da minha real atencão; e que nas terras, em que se estabelecerem, serão preferidos para aquelles lugares e occupaçoens que couberem na graduacão das suas pessoas, e que seus filhos e descendentes serão habeis e capazes de qualquer emprego, honra, ou dignidade, sem que necessitem de dispensa alguma, em razão destas alianças, em que serão também comprehendidas as que já se acharem feitas antes desta minha declaracão: E outrossim proibo que os ditos meus vassallos casados com Indias, ou seus descendentes, sejaõ tratados com o nome de **Cabucolos**, ou outro semelhante, que possa ser injurioso; e as pessoas de qualquer condiçãõ ou qualidade que praticarem o contrario, sendo-lhes assim legitimamente provado perante os ouvidores das comarcas em que assistirem, serão por sentença destes, sem apellaçãõ, nem agravo, mandados sahir da dita comarca dentro de um mez, e até mercê minha; o que se executará sem falta alguma, tendo porém os ouvidores cuidado em examinar a qualidade das provas e das pessoas que jurarem nesta matéria, para que se não faça violencia ou injustiça com este pretexto, tendo entendido que só haõ de admitir queixa do injuruado, e não de outra pessoa. O mesmo se praticara a respeito das Portuguezas que casarem com Indios: e a seus filhos e descendentes, e a todos concedo a mesma preferencia para os

officios, que houver nas terras em que viverem; e quando succeda que os filhos ou descendentes destes matrimônios tenhaõ algum requerimento perante mim, me faráõ saber esta qualidade, para em razão dela mais particularmente os atender. E ordeno que esta minha real resolução se observe geralmente em todos os meus domínios da America.

O Dois de Julho é um ótimo exemplo para entendermos o “Caboclo” no século XIX. O Dois de Julho era a primeira festa cívica da Bahia oitocentista, a segunda maior cidade do Brasil nesse período, com o objetivo de comemorar a expulsão das tropas portuguesas em 1823. Dessa forma, o Dois de Julho significava uma representação coletiva da sociedade baiana na qual os habitantes da cidade classificavam-se por origem nacional, classe e raça, excluindo, dessa maneira, todos aqueles que não eram “brasileiros”; ou seja, estrangeiros, onde, naquele contexto, seriam principalmente portugueses e africanos (KRAAY, 1999). Por este motivo, os participantes da festividade faziam questão de diferenciar o negro baiano do negro africano.

Foi registrado que a primeira manifestação dessa comemoração contava com uma carruagem ou carreta (capturada na Batalha de Pirajá) decorada com folhas de café, fumo, cana-de-açúcar e, especialmente, o croton verde-amarelo; um velho mestiço foi colocado nela como símbolo vivo da nação brasileira. Assim improvisado, o carro alegórico foi levado da Lapinha, nas imediações da cidade, à maior praça do centro, o Terreiro de Jesus, percorrendo o mesmo caminho das tropas patrióticas. Nos desfiles que se sucederam nos anos de 1825 e 1826, havia um novo carro alegórico contendo, desta vez, uma estátua de um índio, o Caboclo, vestido de penas, portando arco e flecha, matando a serpente, que simbolicamente representava a tirania, enquanto segurava o pavilhão nacional na mão esquerda (QUERINO, 1923).

Por que teriam os baianos, repletos de nacionalismo, escolhido um “Caboclo” como principal símbolo de seu festejo patriótico-regionalista? Historicamente, o termo Caboclo surge como negação da identidade indígena (POMPA, 2011). Então, por que “Caboclo”? A referência a um mestiço no primeiro desfile sugere que desde o princípio não tinham escolhido um índio romântico idealizado do período da colonização portuguesa, mas o que entendiam como um legítimo brasileiro. Ou seja, o indivíduo que resultara do Brasil pós-independência: o “Caboclo”, o mestiço, o brasileiro. Nessas circunstâncias, o “Caboclo” era o “personagem” que melhor representava tal manifestação.

Paralelamente aos processos de territorialização abordados no tópico anterior, foram criadas inúmeras leis, alvarás, regimentos e regulamentos para que fosse possível que tais processos ocorressem. O Governo Regencial, possibilitando maior estabilidade política às elites provinciais, contribuiu para agravar o quadro de usurpação das terras indígenas, quando, por meio da Lei publicada em agosto de 1834, concedeu o direito de, “cumulativamente”, as Assembleias Legislativas Provinciais organizarem com o Governo Central a “catechese, e civilização dos indígenas” (XAVIER, 2010, pp. 136-137). Com tal autonomia, muitas destas províncias adotaram uma política que negava a existência dos índios, na maioria das vezes, com o intuito de se apossar de suas terras. Os administradores ganharam liberdade e passaram a desapossar os indígenas com base no que defendiam e entendiam como medidas “legais”, valendo-se da própria lei, uma vez que nesse momento possuíam o direito de legislar. Na Província de Pernambuco não foi diferente, os índios ali aldeados viram sua indianidade ser negada constantemente ao longo do oitocentos;

Nos primeiros tempos foi justa a criação dos aldeamentos, porque haviam índios; mas hoje que se acha tudo misturado, a ponto de terem perdido a sua primitiva origem, parece que não haveria injustiça em fazer-se o que indico. Deus Guarde a Vossa Excelência, ilustríssimo e excelentíssimo Senhor Doutor Francisco de Assis Pereira Rocha, digníssimo Presidente da Província<sup>15</sup>.

Porém, em 1845, foi promulgada a mais importante legislação indigenista do Século XIX: o Regulamento Acerca das Missões e Catequese dos Índios. O chamado “Regulamento das Missões” foi aprovado, sem alterações, por maioria de votos e publicado por meio de Decreto Imperial em julho de 1845 (SAMPAIO, 2014, pp. 177-178). De acordo com especialistas, esse foi o “único documento indigenista geral do Império” ou a “lei indigenista básica de todo período imperial” que vigoraria, grosso modo, até 1889. Com esse Regulamento, afirmou-se que foi uma tentativa de “estabelecer as diretrizes sérias, mais administrativas, na realidade, do que políticas, para o governo dos índios aldeados” (CUNHA, 1992, pp. 138-139).

O Regulamento representou um marco para a legislação indigenista, porque desde a extinção do Diretório dos Índios por meio de Carta Régia em 1798, na avaliação de Manuela Carneiro da Cunha, criou-se um “vácuo legal” que só foi preenchido com o Regulamento em questão. Discordando dessa avaliação, pensando diferente do “vácuo legal”, ocorreu que a

---

<sup>15</sup> Francisco Alves Cavalcanti Camboim (Diretor Geral Interino). APEJE, Diversos II, vol. 19, fl. 168v. Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Francisco de Assis Pereira Rocha. Diretoria Geral dos Índios, 19/09/1870.



legislação indigenista passou naquele momento por uma nova forma de lidar com os índios e o mundo colonial, dispondo as províncias de maior autonomia, pois a Lei de 1834 possibilitava maior liberdade aos administradores locais. Vejamos um exemplo ilustrativo sobre a legislação indigenista naquele período:

Além disso, e talvez mais importante, não podemos ignorar o fato de que, nesse momento, ainda não estamos tratando de um “país”, mas de áreas coloniais diferenciadas que guardavam certo grau de autonomia com fluxos administrativos, por vezes, distintos. As distinções político-administrativas permitem destacar o fato – ainda usualmente ignorado por certos setores historiográficos – de que a colônia “brasileira” não se constituía em uma unidade do século XVIII e nem nas primeiras décadas do XIX (SAMPAIO, 2014, p.182).

Portanto, antes de 1845 não ocorreu “vácuo legal”, mas uma forma diferente de legislar com maior autonomia para as províncias. O Regulamento das Missões, como nova legislação, criou aldeamentos indígenas por todo território, onde cada província passou a ter um Diretor Geral de Índios, nomeado pelo Imperador. E este Diretor Geral era o responsável por indicar o Diretor-parcial para cada aldeia e também um grupo de funcionários para ajudar com os afazeres da aldeia e em sua fiscalização.

Aos missionários cabia a tarefa de catequizar e educar os índios. É importante destacar que os religiosos terão nos aldeamentos do Império uma função considerada primordial, afinal, o objetivo era civilizar os índios, e a religião aliada à educação era uma ótima maneira de conseguir tal objetivo. Durante este período, os Capuchinhos eram a maioria dos representantes da Igreja Católica Romana nos aldeamentos, que a serviço do Estado, foram os principais responsáveis pela execução do Regulamento de 1845 (SAMPAIO, 2014). Apesar das aldeias contarem com o auxílio primordial dos religiosos, desde 1758, por meio de uma Carta Régia, estavam sendo governadas e dirigidas por civis. Destacando a função primordial dos aldeamentos nesse processo,

Os aldeamentos foram muito mais do que simples espaço de dominação e exploração dos colonizadores sobre os índios. Apesar de todos os seus males, eram, além de portugueses e cristãos, espaços dos índios, pois assim foram por eles considerados, como sugerem as lutas que empreenderam por sua manutenção até o início do século XIX. Ao ingressar numa aldeia, muitas etnias do Brasil misturavam-se num espaço único de administração lusa, e, na condição de aldeados, os índios passavam a compartilhar uma experiência nova e comum, que os colocava em condição ímpar em relação aos demais segmentos sociais da colônia. Transformaram-se, rearticulando valores e tradições, para se adaptar ao novo mundo em formação, o que permite percebê-los como grupo étnico e social específico, portador de identidade e características próprias construídas ao longo do processo de vivência e contato na nova situação colonial. Portanto, sem desconsiderar o grande

prejuízo que os aldeamentos causaram às populações indígenas, dadas a altíssima mortalidade causada pelas epidemias, a desestruturação de sua organização social e as várias etnias extintas, pode-se percebê-los, conforme expressão de John Monteiro, como espaço possível de recriação de identidades indígenas (ALMEIDA, 2013, p.136).

Portanto, os chamados “Caboclos” eram, na realidade, o resultado da junção de indivíduos de diversos povos encontrados nos aldeamentos, e posteriormente com os brancos, devido ao incentivo da política pombalina<sup>16</sup>. O que era proposto, o desaparecimento do indígena, era simples e cômodo aos interesses do momento, mas negava e omitia a complexidade das relações entre os índios e os demais agentes sociais envolvidos no processo. Quando afirmava-se que os índios estavam aculturados<sup>17</sup> e que assim deixavam de ser índios, ignorava-se que os povos indígenas também tinham seus próprios interesses e eram agentes na História. Afinal, nos aldeamentos, os índios tornavam-se “súditos cristãos” da Coroa Portuguesa, o que possibilitava diversas vantagens e benefícios, como terra e proteção contra a escravidão. Os aldeamentos possibilitavam aos índios uma posição, ainda que continuassem sendo subalternos em uma sociedade extremamente hierarquizada do Antigo Regime, que em algumas ocasiões os favoreciam, pois, estando aldeados, podiam, por exemplo, fazer petições e cobrar direitos à Coroa portuguesa.

Outra situação relativa ao Regulamento das Missões é que se reafirmou a prática aceita de arrendamento e aforamento das terras indígenas (CUNHA, 1992). As terras poderiam ser arrendadas por um período de três anos e aforadas na condição de não serem utilizadas para realização de culturas, apenas para habitação. Com essa possibilidade, os grandes proprietários de terras foram ora arrendando, ora aforando terras indígenas, iniciando um período desenfreado de “assaltos” a essas terras, intensificado cinco anos mais tarde com a Lei de Terras em 1850.

Na verdade, a Lei das Terras inaugura uma política agressiva em relação às terras das aldeias: um mês após a sua promulgação, uma decisão do Império manda

---

<sup>16</sup> A legislação pombalina introduziu mudanças significativas na política indigenista da Coroa Portuguesa, sendo o primeiro passo para a política de assimilação dos índios, acentuada no decorrer do século XIX (ALMEIDA, 2013).

<sup>17</sup> O conceito de aculturação surgiu nas discussões no âmbito da Antropologia, no entanto, devido à crescente interdisciplinaridade, a História também fez uso do termo. Segundo Alfredo Bosi, aculturação é o ato de sujeitar um povo ou adaptá-lo tecnologicamente a um padrão tido como superior. Esse fenômeno aconteceria através do contato entre diferentes sociedades, pois seria através do contato que ocorreria o controle social de um povo sobre outro. O processo de aculturação seria, então, a imposição de uma cultura sobre outra. Porém, vale frisar que tal termo já não é mais utilizado pelos historiadores e antropólogos, pois como dito no texto, o conceito de aculturação negava e omitia a complexidade das relações entre os grupos sociais envolvidos (SILVA; SILVA, 2010).

incorporar aos Próprios Nacionais as terras de aldeias de índios que “vivem dispersos e confundidos na massa da população civilizada”. Ou seja, após ter durante um século favorecido o estabelecimento de estranhos junto ou mesmo dentro das terras das aldeias, o governo usa duplo critério da existência de população não-indígena e de uma aparente assimilação para despojar as aldeias de suas terras. Esse segundo critério é, aliás, uma novidade que terá vida longa: não se trata, com efeito, simplesmente de aldeias abandonadas, mas também do modo de vida dos índios que lá habitam, o que fica patente por exemplo nos Avisos n. 21 de 16/01/1851 e n. 67 de 21/04/1857. É uma primeira versão dos critérios de identidade étnica do século XX (CUNHA, 1992, p. 21).

Após a Lei de Terras, o Estado colocou as posses indígenas em áreas de antigos aldeamentos em dúvida. No Ceará, por exemplo, no ano de 1863, decretou-se a inexistência de índios, e suas terras foram destinadas à colonização. Ao mesmo tempo que em Pernambuco, mais precisamente na década de 1870, comissões de engenheiros fizeram demarcação de lotes destinados a particulares em aldeamentos então considerados extintos (OLIVEIRA, 2016), como foi o caso dos povos indígenas aldeados em Escada e Barreiros, como trataremos no capítulo seguinte. Portanto, com a Lei de Terras, ocorreu um avanço considerável para a política vigente no Oitocentos, pois ordenou-se que fossem incorporadas “aos Próprios Nacionais” as terras dos índios que viviam “dispersos e confundidos na massa da população civilizada” (CUNHA, 1992, p. 21).

A negação da identidade étnica indígena foi o argumento utilizado com maior frequência para justificar as invasões às terras indígenas e a decretação da extinção de aldeamentos durante o século XIX. Essa situação se agravou em meados do período, quando, apoiada por mecanismos legais, - como a citada Lei de Terras - se viu aumentar a expansão agrícola sobre as terras indígenas, onde estava em evidência o debate a respeito do emprego da mão de obra na lavoura em substituição ao trabalho dos negros escravizados e, ainda, dos debates acerca da mestiçagem no país (SILVA, 1996). Justamente nesse período, em 1854, o Presidente da Província de Alagoas afirmava que poucos eram os índios “puros”, e que, em sua maioria, eram Caboclos que se utilizavam do aldeamento para “fugir” do serviço militar: “já muito pouco se parece com o indígena em consequência do cruzamento dessa raça com outras que habitam o nosso território. Na atualidade as aldeias têm apenas esse nome, e são nesta Província um asilo para todos os que se querem eximir do serviço da Guarda Nacional e que se intitulam Caboclos” (MOREIRA NETO, 1971, p. 318).

O Diretor Geral dos Índios, Francisco Camboim, ao se referir às aldeias de Pernambuco na década de 1870, afirmava que “talvez fosse mais conveniente confundir esse resto de índios com a massa da população, e o Governo dispor das terras como melhor lhe

parecesse<sup>18</sup>”. Mas uma década antes já havia registros de Diretores Parciais, sugerindo a extinção das aldeias pelas quais eram “responsáveis”, usando sempre as mesmas justificativas, “os índios estão confundidos com a massa da população”, embora, vez ou outra, mudassem as palavras. Em 1860, por exemplo, dizia o Diretor Parcial da Aldeia de Ipanema: “já não há nesta missão índios genuínos, porque esta raça tem-se de tal modo cruzado com outras, que quase todos os índios existentes são mestiços e por conseguinte a sua dispersão será conveniente que a sua concentração<sup>19</sup>”. O engenheiro encarregado da medição das terras públicas, Luiz José da Silva, proferiu, em 1875, que a máxima parte dos indivíduos da província de Pernambuco que se intitulavam índios eram apenas uma degeneração da primitiva raça<sup>20</sup>. Dois anos antes, 1873, o Relatório sobre o estado das aldeias dizia que na aldeia do Riacho do Mato, para onde grande parte dos índios de Escada foram transferidos em finais do século XIX, havia cerca de quatrocentos índios, ou “indivíduos de cor”, que se denominavam índios<sup>21</sup>. “A maior parte dos indivíduos a que nesta província se dá o nome de índios são de uma raça já degenerada; os pretos, pardos, mais ou menos fulos, que vivem com os índios, todos são também conhecidos sob esta denominação<sup>22</sup>”.

Muitas eram as acusações sobre esse índio Caboclo que parecia só atrapalhar o progresso e coibir o desenvolvimento econômico da província, que como já dito, em meados do Oitocentos, abrigava uma elite açucareira com anseio por expandir seus negócios, mas que, para isso, necessitava de mais terras, e esses esbarravam nos limites das terras indígenas. Tudo favorecia para que os índios tivessem seus aldeamentos extintos: os mecanismos legais, os anseios da nação emergente e a aspiração dos senhores de terras em fundar cada vez mais engenhos. Portanto, o argumento do “índio confundido com a massa da população” foi utilizado por todos os setores dominantes daquela sociedade, tendo o Estado incorporado um dever fundamental nesse processo, pois “o Estado tomou pra si o papel de definição e

---

<sup>18</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 175v. Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Francisco de Assis Pereira Rocha. Diretoria Geral dos Índios. 31/10/1870.

<sup>19</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 75-75v. Ofício do Diretor Parcial da aldeia de Panema, Lourenço Bezerra de Albuquerque Maranhão, para o Presidente da Província, Domingos de Souza Leão. Diretoria da Aldeia de Panema. 10/08/1864.

<sup>20</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 394v. Ofício do engenheiro encarregado da medição das terras públicas, Luiz José da Silva, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife. 11/01/1875.

<sup>21</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 67. Relatório sobre o estado das aldeias, da comissão composta por, Joaquim Gonçalves Lima, Antônio Vasconcelos Menezes de Drummond, M. Buarque Macedo, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife. 13/03/1873.

<sup>22</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 82. Relatório sobre o estado das aldeias, da comissão composta por, Joaquim Gonçalves Lima, Antônio Vasconcelos Menezes de Drummond, M. Buarque Macedo, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife. 13/03/1873

regulação da identidade étnica dos índios” (SILVA, 1996, p. 28). Era o Estado quem afirmava se o índio era ou não, índio.

Como a documentação tem nos revelado, os povos indígenas no Nordeste foram os mais impactados por todo este processo, uma vez que foram os primeiros a serem aldeados e catequizados; populações indígenas que por muito tempo estiveram às margens das pesquisas dos etnólogos, antropólogos e historiadores, ao acreditarem que no Nordeste “não havia mais índios, apenas Caboclos”. Na década de 1970, por exemplo, o antropólogo Eduardo Galvão classificou as áreas indígenas no Brasil e apresentou dúvidas em relação à existência de índios no Nordeste, argumentando que os indígenas teriam vivenciado os efeitos da aculturação, integrados à população regional, e assim estavam sem aspectos culturais tradicionais, concluindo que “a maior parte vive integrada no meio regional, registrando-se considerável mesclagem e perda dos elementos tradicionais, inclusive a língua” (GALVÃO, 1979). Eduardo Galvão acreditava na etnologia das perdas, na noção de aculturação e em uma Antropologia distanciada da História. Porém Galvão não estava sozinho, o indigenista Darcy Ribeiro também fazia parte da vertente da “etnologia das perdas”, pois afirmava que no Nordeste existiam apenas “resíduos dos povos indígenas” (RIBEIRO, 1970, p. 56). Portanto, os intelectuais, tanto do século XIX como no século XX, corroboravam essa visão negativa sobre os índios no Nordeste.

O nosso objetivo não foi discutir a legislação, mas evidenciar como as leis foram utilizadas pelo Estado para favorecer a “mistura” dos índios com a chamada população nacional, a não-indígena. Porém também procuramos evidenciar que os índios não foram passivos nesse processo, pois buscaram defender os aldeamentos e o que haviam construído e reconstruído naquele território colonizado. Mesmo nas relações matrimoniais com índios ou não índios, continuaram constituindo suas famílias e reivindicando seus direitos. Fosse seguindo a doutrina católica com a catequese missionária, juntamente com as expressões religiosas dos seus antepassados, ou ainda mesclando as crenças dos antepassados com as que haviam aprendido no aldeamento; ainda assim, afirmaram serem índios, mesmo que o Estado bradasse o contrário. Uma evidência disso foi que na década de 1950 eram conhecidos 10 povos indígenas no Nordeste e 40 anos depois foram listados 23 povos (OLIVEIRA, 2004).

Se o termo Caboclo buscou esconder a indianidade dos povos indígenas, principalmente no Nordeste, atualmente os indígenas nessa Região, em suas mobilizações por direitos, afirmam que são brasileiros, mas também índios; índios que se reinventaram, apesar de todos os mecanismos citados para que isso não ocorresse. Afirmar que os povos indígenas

foram passivos ao longo da História é por si só contraditório, pois como explicar as mobilizações atuais reivindicando direitos, e políticas públicas baseadas em memórias dos antepassados? A História nos mostra que esses índios que hora se afirmavam índios, hora Caboclos, faziam isso em prol de sua sobrevivência, e não por mera submissão. E quando aceitavam serem chamados de Caboclos, ou assim se identificavam, não estavam negando sua indianidade, pois é próprio das identidades étnicas que a atualização histórica não anule o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforce (OLIVEIRA, 2004).

### 1.3) A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E REVOLTAS NO OITOCENTOS

*Os suplicantes, ilustríssimos senhor Diretor não têm desmerecido ao governo imperial, porque sempre fiéis governistas se têm prestado em todas as crises, e vossa senhoria sabe, que o sangue dos índios de Barreiros de 1832 a 1835 foi vendido em prol da obediência ao governo de sua majestade imperial.*

Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão<sup>23</sup>

O Século XIX foi um período bastante conturbado, principalmente em suas primeiras décadas, pois devido ao ensaio de descentralização do poder, ocorreu diversas revoltas políticas e sociais de Norte a Sul do país. Com a Abdicação de D. Pedro I (1831), o país estava sendo conduzido por regências eleitas<sup>24</sup>, uma vez que o herdeiro do Trono tinha apenas cinco anos de idade, favorecendo a eclosão de tais movimentos. Por este motivo intensificou-se ao longo do século XIX, principalmente durante o reinado de D. Pedro II, a busca incessante pela unificação do país e a criação de uma identidade nacional, como tratamos no primeiro tópico deste Capítulo. Era necessário superar os sentimentos localistas e separatistas que emergiam, elaborando um passado comum capaz de criar nos indivíduos um sentimento de pertença ao então jovem país. Essa tarefa não foi fácil, sendo necessária a criação de instituições como o IHGB e o Museu Nacional, assim como grandes investimentos em pesquisas. Mais difícil ainda era incorporar a esse projeto uma província altamente rebelde

---

<sup>23</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 2; Ofício do Maioral dos Índios da aldeia de Barreiros, Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, para o Diretor Geral dos Índios da Província, José Pedro Velloso da Silveira. 11/1858.

<sup>24</sup> Depois de três meses de uma Regência Provisória, inicia-se a Regência Trina Permanente, *eleita pela Assembleia Geral*, composta por deputados e senadores, que perdurou por quatro anos. A Regência Trina Permanente era composta por: Francisco de Lima e Silva (Brigadeiro), João Bráulio Muniz (deputado federal, então representante das províncias do norte) e José da Costa Carvalho (Deputado Federal, então representante das províncias do Sul). Promulgado em agosto de 1834, o ato adicional à Constituição extinguiu o Conselho de Estado, substituía a Regência Trina pela Una (*com regente eleito*, a cada quatro anos, por voto secreto e direto) (BASILE, 2014).

como Pernambuco, que contava com um histórico extenso de levantes e contestações ao poder central.

Foram várias as revoltas que ocorreram por todo o território do Império do Brasil, mas em nosso estudo, por razões óbvias, interessa analisar a participação dos índios nos movimentos que aconteceram na Capitania<sup>25</sup>, e depois na Província de Pernambuco durante o Oitocentos, para compreendermos o contexto espacial, temporal e social em que os indígenas estavam inseridos. Abordaremos: a Insurreição<sup>26</sup> de 1817, a Confederação do Equador (1824), a Guerra dos Cabanos (1832 – 1835) e a Revolta da Praieira (1848).

Para compreendermos a participação indígena na Insurreição de 1817, faz-se necessário entender a Capitania de Pernambuco nesse período, analisando alguns acontecimentos importantes relativo aos conflitos, assim como recorrer à discussão historiográfica sobre o caráter e aos objetivos dessa revolta. A população da Capitania de Pernambuco, abrangendo politicamente a de Itamaracá, e administrativamente a do Rio Grande do Norte – o Ceará fora desanexado no começo do século XIX – devia orçar por volta de 600.000 habitantes disseminados sobre uma superfície de mais de 10.000 léguas quadradas, segundo o cálculo do autor anônimo de um curioso manuscrito sobre as revoluções do Brasil, de qual salvaram-se apenas alguns capítulos com uma ideia geral de Pernambuco em 1817, publicados na Revista do Instituto Arqueológico<sup>27</sup> (LIMA, 2017).

Em Pernambuco havia quatro comarcas regidas por ouvidores-corregedores: a de Pernambuco propriamente, de fato do Recife, criada em 1645; a de Olinda, cobrindo o norte, criada em 1815; a de Alagoas, cobrindo o sul, criada em 1710, e a de Pajeú ou do Sertão, criada em 1809, cobrindo o oeste, ou mais precisamente os termos de Cimbres, Garanhuns, Tacaratú e Cabrobó, além do território na margem esquerda do São Francisco, dependente da comarca de Jacobina que a província perdeu em virtude da Revolução de 1824, assim como pela Revolução de 1817 perdeu a comarca das Alagoas (LIMA, 2017, p. 111).

O mesmo autor avaliava o número de negros cativos em 260.000, dos negros livres em 60.000, e dos mulatos em 160.000, contra 50.000 brancos e 40.000 índios<sup>28</sup>. No ano em que D. João VI veio com a Corte ao Brasil fugindo da invasão francesa a Portugal em 1808, ocorreu a Abertura dos Portos quando Pernambuco, usufruindo de tal benefício, exportou

---

<sup>25</sup> A Capitania de Pernambuco, assim como outras capitanias, foi transformada em Província pela Corte Portuguesa no ano de 1821, ainda no âmbito do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

<sup>26</sup> Termo utilizado por Carvalho (2010) e Dantas (2015).

<sup>27</sup> Revista nº 29, ano de 1884.

<sup>28</sup> O número de indígenas apresentado é questionável, pois como demonstrado nos tópicos anteriores nesse Capítulo, no Oitocentos, muitos índios foram considerados “caboclos” e por este motivo não eram contabilizados, possibilitando concluir que esse número é inferior ao número real de índios no citado período.

4.271 caixas de açúcar. E entre altos e baixos, em 1816, exportou 15.500 caixas do produto (LIMA, 2017). Embora nesse período a exportação do açúcar fosse um ótimo negócio para Pernambuco, ao tempo da Revolução de 1817, o grande negócio de Pernambuco era o algodão, que sobrepujava o açúcar (LIMA, 2017).

Exposta as condições em que Pernambuco se encontrava nesse início do século XIX, entendamos a Insurreição de 1817. “Dezessete prefigurou o ciclo revolucionário da Província” (MELLO, 2004, p. 56). A referida Insurreição ocorreu com um levante militar no Quartel da Artilharia da Vila do Recife, com o objetivo de instalar uma república em Pernambuco e em províncias vizinhas.

O mês de março de 1817 se iniciou com a realização de denúncias do ouvidor da comarca do sertão, José da Cruz Ferreira e do comerciante Manuel Carvalho de Medeiros ao presidente da província, Caetano Pinto de Miranda, sobre a organização do “partido dos brasileiros” com o intuito de exterminar os europeus e a compra de armas e munições para tal feito. Além disso estariam sendo realizadas reuniões suspeitas, contando com a participação de cerca de 40 a 50 pessoas, na casa de Domingos José Martins, que seria o principal líder do movimento.

Foi convocado um Conselho de Guerra para o dia 6 de março, no qual oficiais se reuniram ao presidente para decidir quais decisões tomar em relação a denúncia. Além de apontar padres, militares e civis, a denúncia fazia indicações claras de que os conspiradores de maior influência no movimento eram oficiais do Regimento de Artilharia. Por isso, a cúpula do governo provincial e das forças militares decidiram iniciar as prisões dos suspeitos por ali que, segundo Denis Bernardes, era “o mais bem preparado corpo militar situado na então vila do Recife (DANTAS, 2015, p. 91).

Passados esses episódios narrados, desencadeia-se o movimento devido à prisão do Capitão José de Barros Lima, que acabou sendo o estopim, o início da Insurreição de 1817. Com a ampliação do movimento, institui-se em Pernambuco um governo provisório por meio de uma junta, findado, ainda que momentaneamente, o reconhecimento da “soberania do príncipe regente D. João VI sobre Pernambuco” (BERNARDES, 2011, p. 71).

A Insurreição de 1817 foi por diversas vezes creditada como separatista, mas essa acusação não faz sentido, à medida que o separatismo pressupõe a constituição prévia de uma nação brasileira, e esta àquela altura não existia. As previsões de que os acontecimentos em Pernambuco desaguariam na independência de todo o Brasil não significa que Dezessete se propusesse a promovê-la (MELLO, 2004, pp. 44-45).



O debate acerca da Revolução de 1817 é longo e intenso, envolvendo diversos historiadores diante da importância do movimento para a História do Brasil. Sobre o fracasso da Revolução, afirmou Marcus Carvalho:

Faltou à Insurreição Pernambucana ampliar essa medida, ou conseguir entusiasmar a população em geral. As bases sociais da revolta permaneceram restritas. Bastou as tropas da Coroa desembarcarem em Barra Grande, entre Pernambuco e Alagoas, para a rebelião começar a mostrar suas fraquezas. Morreu mais gente enforcada, fuzilada e linchada pela repressão, do que combatendo pela república. O que não faltou foi "patriota" virando a casaca e denunciando vizinhos, e até parentes. Tollenare viu um sujeito trazendo o próprio irmão amarrado com uma corda no pescoço. 1817 é fascinante. Mas pelas idéias, não pela ações. É talvez a menos heróica de nossas "revoluções", se é que podemos usar um termo assim tão carregado para um levante militar, apoiado por maçons e padres, do qual se aproveitaram os proprietários contrários ao governo sediado no Rio de Janeiro para cortarem os laços políticos de vez (CARVALHO, 1998, p. 1).

No entanto, buscaremos compreender como os indígenas integraram esse movimento. A força militar de índios aldeados da Província de Pernambuco e na Comarca de Alagoas foi central para o desenrolar dos conflitos armados iniciados com a Insurreição de 1817. Os indígenas participaram dos dois lados do embate, a favor dos revoltosos ou nas tropas realistas, sendo forçados a adentrar na composição das tropas ou sendo convencidos pelos líderes não índios em função de suas aspirações ou necessidades (DANTAS, 2015). Pernambuco encontrava-se dividido entre aqueles que apoiavam a Insurreição, “os patriotas”, e os que estavam do lado do poder central, “os realistas”.

Documentos disponíveis na Biblioteca Nacional evidenciam que índios, aldeados em Águas Belas/PE, combateram ao lado dos realistas, pois o Diretor da aldeia apoiava o Império e acabou por organizar uma tropa, afirmando: “mais índios da minha direção para a defesa real” (DANTAS, 2015, p. 100). Os indígenas na Aldeia de Ipanema teriam lutado em ambos os lados na Insurreição de 1817, porém não é possível saber até o momento se esses índios estavam divididos, ou se apenas foram recrutados forçosamente por autoridades patriotas e realistas.

Não foram apenas os índios em Ipanema que participaram dos embates armados em 1817, os índios aldeados em Cimbres também “contribuíram” para o desenrolar do movimento. Os índios de Cimbres foram combater a favor da repressão do movimento na vila de Limoeiro, porém logo retornaram para a aldeia, uma vez que o Capitão que havia os

enviado estabeleceu boa relação com o governo provisório que se instalara em Pernambuco<sup>29</sup>. A situação ocorria com vários povos indígenas em Pernambuco, pois o início de século envolveu em suas batalhas, insurreições e motins, todos os indivíduos e grupos sociais, fossem homens livres pobres, libertos, militares de baixa patente, escravos ou índios.

Apesar de vários indígenas em Pernambuco terem participado da Insurreição de 1817, como os aldeados em Ipanema e Cimbres, os índios fundamentais na repressão foram os aldeados nos vales dos rios na fronteira entre Pernambuco e Alagoas (CARBALHO, 2002), ou seja, os aldeados em Barreiros e Jacuípe. Do outro lado da Província, próximo à fronteira com a Paraíba, os índios aldeados perto do Engenho Tabatinga participaram ativamente da repressão à revolta, comandados pelo seu Sargento-Mor e Diretor, além de índios da Província da Paraíba (CARVALHO, 2002). Entre 1817 e 1824, a Província foi afogada em sangue (CARVALHO, 2014). Diante de tal conjuntura, tanto para os realistas como para os patriotas, era fundamental o recrutamento de índios para o combate, pois era necessário unir o máximo de forças possíveis para obter êxito.

Apesar da “Revolução” de 1817 ter tido também participação popular, a Confederação do Equador ocorrida logo após, em 1824, obteve um apoio popular ainda maior. A Confederação do Equador era mais um movimento em que os índios foram convocados para os combates. Tal como em 1817, as tropas vindas do Rio de Janeiro desembarcaram em Alagoas, unindo-se às forças dos membros das elites locais opostos aos liberais federalistas; e os nativos que viviam nas florestas no vale do rio Jacuípe foram mobilizados mais um vez, tendo, inclusive, o Capitão dos índios de Jacuípe sido agraciado com uma medalha devido a sua participação em combates na repressão da Confederação do Equador (CARVALHO, 2002). Como os conflitos armados aconteceram na fronteira entre Pernambuco e Alagoas, os povos indígenas que combateram de forma direta e mais incisiva foram, novamente, os aldeados em Barreiros e Jacuípe. Tendo os índios de Cimbres se manifestado em favor do Rei, porém nos arredores de suas terras.

As primeiras derrotas sofridas pelas forças confederadas ocorreram no Sul da província, na fronteira com Alagoas, entre julho e agosto de 1824. Nesse momento, os índios do aldeamento de Barreiros e os de Jacuípe tiveram importância central ao comporem as tropas da repressão, sendo os últimos liderados pelo seu capitão Christovão Dias (DANTAS, 2015, p. 127).

---

<sup>29</sup> APEJE. Série Ordenanças, vol. 1. fls. 30-31v. Ofício do Sargento-mor, Manoel José de Serqueira, para o Capitão-mor das Ordenanças de Cimbres, Antônio dos Santos Coelho da Silva. 29/05/1817.

Os índios dessa vez não estavam divididos, mas armados a favor do governo centralista, e foram cruciais para o insucesso do movimento, uma vez que foram responsáveis pelo “desmantelamento” do contingente que fora reunido pelo Major Manuel Marques Lisboa, conhecido como “Pitanga”. Além de também terem sido os responsáveis pela morte do referido Major, este que era um personagem fundamental do movimento e que havia participado da Insurreição de 1817 (DANTAS, 2015).

Como trataremos no capítulo seguinte, as terras da Aldeia de Barreiros foram uma espécie de recompensa a esses índios por terem ajudado nos combates contra o Quilombo dos Palmares. Por esse motivo, entende-se que o governo via esses indígenas como aliados, de forma que solicitou novamente o trabalho deles enquanto soldados para repressão da Confederação do Equador. No entanto, apesar das vitórias obtidas pelos índios, estes pagaram um preço alto, pois tiveram suas palhoças queimadas como represália pelo governo confederado.

Participar desse combates em favor do Império significava também para os indígenas defender os direitos adquiridos, especificamente no que dizia respeito as suas terras. A situação dos índios de Jacuípe em Alagoas era bem parecida a dos índios em Barreiros;

Para os índios de Barreiros e Jacuípe, é possível que o Imperador representasse também essa figura longínqua de justiça e último nível ao qual podiam recorrer em sua defesa. Portanto, defender o Imperador em campo de batalha frente às tropas confederadas significava manter e proteger as terras doadas e o usufruto sobre as matas do vale do Jacuípe, de onde tiravam seu sustento (DANTAS, 2015, p. 132).

No caso da Guerra dos Cabanos, que ocorreu entre os anos de 1832 e 1835, podemos afirmar que teve uma duração relativamente grande se comparada aos outros movimentos no início do século XIX em Pernambuco. O desenrolar ocorreu no Agreste de Pernambuco, mais precisamente na fronteira com a Zona da Mata Sul, estendendo-se até à Província de Alagoas. A chamada Revolta dos Cabanos iniciou-se em razão dos descontentamentos dos proprietários rurais vencedores em 1824, pois com a abdicação de D. Pedro I, perderam cargos e privilégios, enquanto os liberais e nacionais retornavam ao cenário político, muitos deles, inclusive, que tinham participado dos movimentos de 1817 e 1831. Acuados, esses proprietários rurais, em abril de 1832, iniciaram uma rebelião, buscando, ao nível regional, derrubar o Presidente da Província e o Comandante das Armas, e ao nível nacional, apoiar a restauração de D. Pedro I ao Trono. Esse movimento conhecido como “Abrilada” foi rapidamente derrotado, porém durante a rebelião os proprietários armaram os índios para que

combatassem ao seu favor, mas não esperavam que os índios se rebelassem e “mudassem de lado”: de aliados do Imperador passaram a rebeldes.

O que fez da Guerra dos Cabanos ser talvez uma das revoltas mais intrigantes do Oitocentos foi a mudança dos seus participantes. Em finais de 1832, quando os proprietários deixaram a guerra, uma legião de homens livres pobres, escravos fugitivos e índios envolveram-se de forma considerável na guerra, tendo suas próprias lideranças. A mais famosa delas foi Vicente de Paula. Apesar dos poucos conhecimentos a respeito de sua vida, sabe-se que possivelmente era filho de um padre de Goiana, e liderou um batalhão de Cabanos, envolvendo índios e escravos fugidos<sup>30</sup>. Vicente de Paula nunca se rendeu, tendo ao final da batalha cerca de 150 indivíduos que lutaram ao seu lado, se deslocado para o Riacho do Mato, local para onde foram os índios de Escada após a extinção da Aldeia em 1860 (SILVA, 1995).

Sobre essa “reviravolta” que aconteceu na Guerra,

Até esse ponto, em 1832, a história da Cabanada assemelha-se à de muitos outros levantes ocorridos no Brasil imperial. Começara com o protesto de militares insatisfeitos, apoiados por proprietários rurais e urbanos, que viram seus adversários ascenderem após o 7 de abril. Previsivelmente, quando os governos de Pernambuco e Alagoas uniram forças, a maioria dos rebeldes com endereço certo em engenhos e propriedades rurais rendeu-se ou dispersou-se. Torres Galindo fugiu para Sergipe, onde ficou sob a proteção de um proprietário rural, esperando o tempo passar. João Batista de Araújo e Manoel Affonso de Mello foram presos em Outubro, junto com o capitão-mor de Flores, no alto sertão, acusado de apoiar Pinto Madeira, que, por sua vez, também terminou capturado pelo general Labatut em novembro de 1832. O desligamento dos líderes mais expressivos, vinculados à grande propriedade agrária, mudou totalmente o contexto local da guerra. As tropas em operação na fronteira entre Pernambuco e Alagoas somavam mais de mil homens àquela altura. A maioria de seus adversários agora era anônima: posseiros pobres, escravos aquilombados nas matas e índios. Como seria de esperar, essa população – a gente das matas, os habitantes das cabanas – foi vítima do recrutamento, da brutalidade da tropa e de seus oficiais em 1832. Os cabanos não se renderam. Nem os índios de Jacuípe. Pelo contrário, enfumaram-se nas matas e passaram ao ataque (CARVALHO, 2014, pp. 155-156).

Os índios que estavam nas matas junto aos homens livres pobres e aos escravos fugidos combatendo, o faziam por compartilhar de uma condição social e econômica desfavorável. E esses, em sua maioria, foram os índios de Jacuípe, pois muitos se juntaram aos Cabanos quando a participação popular se expandiu, ao contrário dos índios de Barreiros que apoiaram a repressão ao movimento. Os índios aldeados em Barreiros eram antigos aliados do governo, pois as suas terras foram provenientes da recompensa pela participação na

---

<sup>30</sup> O escravos fugidos que ficavam sob o comando de Vicente de Paula eram conhecidos como papa-méis.

guerra vitoriosa contra o Quilombo dos Palmares. Para manter essa aliança, aceitaram ir aos combates contra os Cabanos que, aliás, ocorriam nas proximidades de seu território.

Essa situação evidencia como cada povo indígena agia de acordo com seus próprios interesses, fazendo, desfazendo e refazendo alianças que podiam lhes trazer benefícios. Porém o apoio dos índios de Barreiros ao governo centralista não foi total, pois enquanto uma parte dos índios ajudaram na repressão à revolta, comandados por Agostinho José Pessoa Panaxo Arcoverde, outra parte dos índios do referido povo uniu-se aos Cabanos sob liderança de Bento José Duarte, realizando ataques pelas regiões em que passavam, o que evidenciava a cisão interna do aldeamento de Barreiros (DANTAS, 2015). Os índios de Barreiros que combateram em favor do Governo Provincial foram fundamentais para o fim da Cabanada, pois eram conhecedores daquelas matas:

Em março de 1834, havia em torno de 4.000 homens cercando o perímetro das matas cabanas. Entre eles, estavam os índios de Barreiros. Aldeados perto da Zona do conflito, eram capazes de bater as matas com mais facilidade do que a maioria dos guardas nacionais empregados ou mesmo das tropas de primeira linha, exceto, talvez, os temidos batalhões de caçadores, acostumados à guerra no mato. Nem os movimentos de 1817, 1824 ou a Praieira mobilizaram tanta gente para o combate (CARVALHO, 2014, p. 157).

Provavelmente, a quantidade de índios de Barreiros que participaram na repressão foi bem maior daquela dos que se juntaram aos rebeldes, e podemos concluir isso devido ao sucesso que teve a participação indígena na força repressiva. Os índios de Barreiros, no entanto, souberam aproveitar essa bem-sucedida participação na repressão ao movimento, buscando a todo momento melhorias para a aldeia, uma vez que teriam ajudado o Governo na “guerra civil” de 1832-1835. Em documento datado de 1858, Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, então Maioral da Aldeia de Barreiros, usava o referido argumento para solicitar ao Diretor Geral dos Índios o reconhecimento do direito de posse sobre as terras imemoriais de seu povo às margens do rio Una:

Os suplicantes, Ilustríssimo Senhor Diretor Geral não têm desmerecido ao Governo imperial, porque sempre fiéis governistas se têm prestado em toda as crises, e Vossa Senhoria as [...], que o sangue dos índios de Barreiros, de 1832 a 1835 foi vestido em prol da obediência ao Governo de Sua Majestade imperial; e eles combateram ao

lado de Vossa Senhoria por 3 anos; e por isso peço para Ilustríssimo Senhor Diretor Geral, seja servido deferir como tem requerido. E rogo mercê<sup>31</sup>.

Essa petição elaborada pelo Maioral dos Índios de Barreiros evidencia como ocorriam as redes de relações entre índios, senhores da terra e o Governo. Existia uma relação clientelística, onde os grupos subalternos formados pelos indígenas e os homens livres pobres, diante dos encastelados no poder, conseguiam manter uma espécie de negociação. O clientelismo é pensado enquanto uma relação assimétrica, uma espécie de acordo entre desiguais, onde o cliente nunca é passivo; é um agente histórico ativo, que tenta impor ao senhor algum direito putativo ou real em troca de obediência, trabalho e lealdade (CARVALHO, 2002). Caso contrário, não ocorreriam as rebeliões, a exemplo da Cabanada.

Portanto, a Cabanada envolveu índios, negros e posseiros que viviam nas e das matas nos limites das plantações de cana-de-açúcar. Esses indivíduos procuravam nesses combates a oportunidade de melhores condições de vida, e por essa razão, encontramos índios nos dois lados da guerra. Moviam-se de acordo com seus interesses e benefícios, ainda que primordialmente muitas das ações não tenham partido deles.

A chamada Praieira será a última revolta ocorrida no Oitocentos abordada em nosso estudo, uma rebelião que não foi muito diferente das comentadas, no sentido de que iniciou nos altos escalões da Província e teve participação indígena. Sobre a eclosão da Praieira: “a raiz da Praieira foi esta disputa pelo poder local, principalmente pelos cargos na polícia civil, e secundariamente na Assembleia Provincial, nas Câmaras, na Justiça de Paz e Guarda Nacional” (CARVALHO, 1986, pp. 81-83).

A Província de Pernambuco, naquele momento, tinha em seu comando os liberais, período este conhecido como o “Quinquênio Liberal” (1844-1848); o Governo, então, estava por conta dos Praieiros. Como não era novidade na política daquele período, quando os liberais assumiram o poder, demitiram 650 indivíduos da oposição, ou seja, os conservadores (CARVALHO, 1986). A força do grupo que estava fora do poder encontrava-se extremamente abalada ao perderem seus cargos, mas também porque suas propriedades estavam sendo atacadas pela polícia liberal, sucessivamente. Estratégia antiga e que os conservadores usariam contra os liberais posteriormente ao recuperarem o poder em 1848 (DANTAS, 2015).

---

<sup>31</sup> Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão. APEJE, Série Petições Índios, fl. 2; Ofício do Maioral dos Índios da aldeia de Barreiros, Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, para o Diretor Geral dos índios da Província, José Pedro Velloso da Silveira, 11/1858.

A Praieira iniciou em 1848 como uma guerra entre senhores de engenho pelo poder político local e provincial. Havia senhores de engenho contra, mas também a favor dos Praieiros. Em Escada, por exemplo, Francisco José de Barros e Silva e João Félix dos Santos – ambos poderosos agricultores e donos de muitos engenhos – aderiram à revolta e engenhos de Escada, como os Freixeiras e Camassari, que foram fortificados e utilizados como depósitos de suprimentos para as forças revolucionárias; além de José Pedro Velloso da Silveira – dono de 12 engenhos e um sítio em Escada, tendo em 1851 exercido mandato na Assembleia Provincial – comandou o exército revolucionário que quase tomou Recife (EISENBERG, 1977). Dessa vez, não existiam blocos estabilizados dos dois lados, praieiros e conservadores confundiam-se dentro do movimento, nesse momento, havia ambos no poder e ambos fora dele, pois além das questões políticas, tinham outros antagonismos internos da oligarquia açucareira que ditava o posicionamento desses senhores de engenho, como disputas sobre títulos de terras, testamentos, mulheres, gados e negros escravizados. Tais disputas também estavam relacionadas com diferenças pessoais entre indivíduos e famílias (EISENBERG, 1977).

As elites envolvidas, de ambos os lados, recorreram, mais uma vez, ao apoio dos grupos indígenas, como força militar, assim como os agregados dos engenhos e moradores da região. Os índios de Jacuípe uniram-se aos praieiros, assim como os índios de Barreiros, participando do Exército Liberal. O batalhão dos índios de Barreiros foi comandado por Bento José Duarte, Pedro Ivo e Caetano Alves, apesar dos conservadores tentarem a todo momento convencer estes índios a combaterem ao seu lado (DANTAS, 2015). Esses índios, a partir de 1848, participaram como combatentes ao lado dos liberais praieiros, recebendo ordens para invadir os engenhos, inclusive, participando do ataque a Recife em fevereiro de 1849 (DANTAS, 2015).

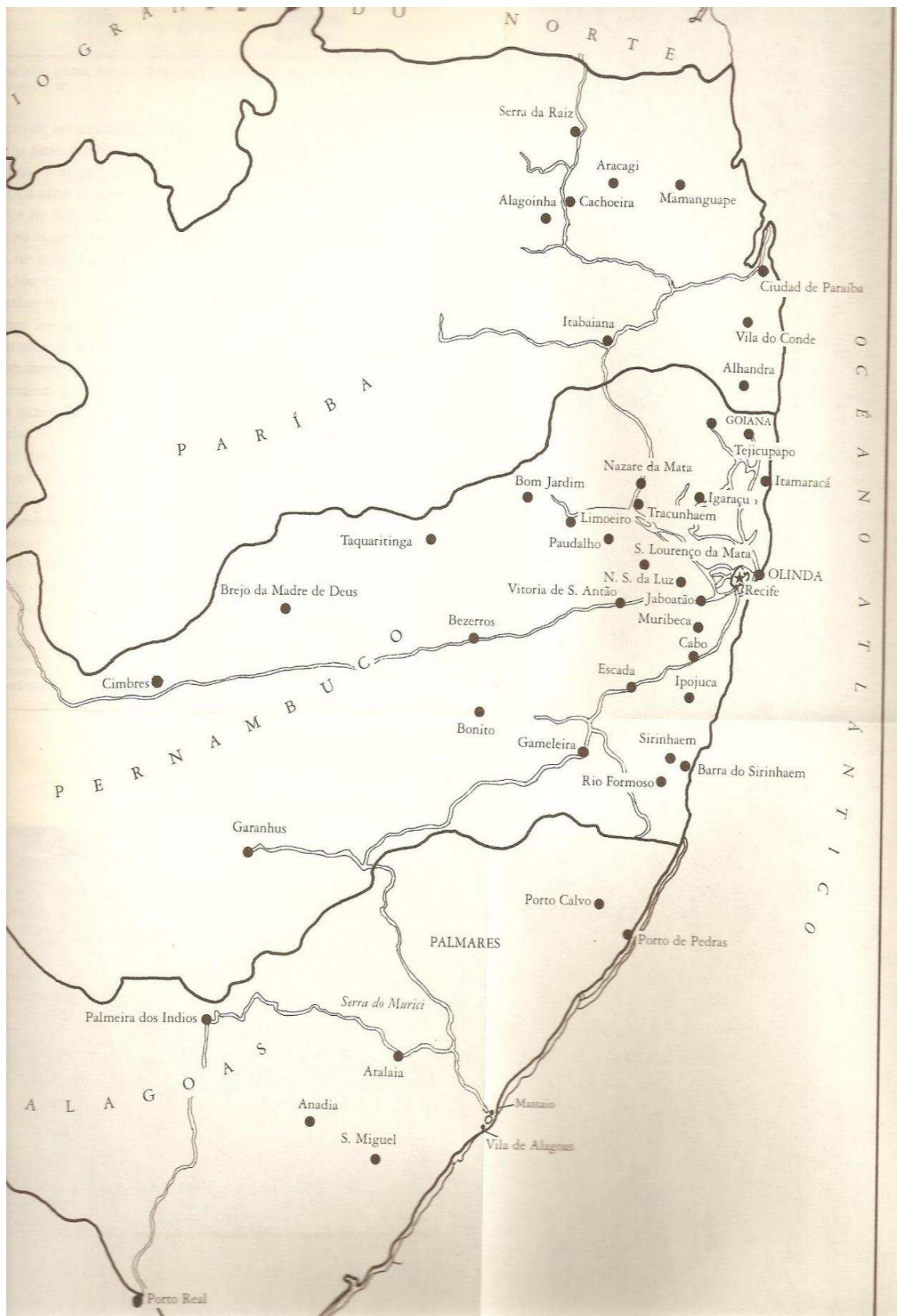
Após esse ataque fracassado, as tropas rebeldes retomaram os embates na região dos engenhos de seus líderes, sendo os indígenas de Barreiros e Jacuípe uma presença fundamental nos conflitos armados, conferido número, força e, como já afirmou Izabel Marson, um tom de fidelidade da tropa às ordens da chefias praieiras. Entendemos que essa fidelidade foi moldada pelas próprias motivações indígenas, principalmente no que se referia à defesa das terras e das matas. O seu envolvimento nos conflitos tinha relação direta com as disputas locais com não índios pelo acesso ao território coletivo. Portanto, participar dos conflitos das elites constituiu-se numa estratégia para continuar lutando pelas terras das aldeias (DANTAS, 2014, p. 124).

Observando essas revoltas, as motivações e os grupos sociais e étnicos envolvidos, ficou evidente que os indígenas estiveram presentes em todas, realizando um trabalho fundamental, e por isso eram disputados pelos diferentes grupos políticos. O apoio a um determinado grupo e não ao outro ocorria de acordo com os interesses dos povos indígenas e suas necessidades no momento. No caso da Aldeia de Barreiros, por exemplo, vimos que em um momento reprimiram e em outro apoiaram os revoltosos, inclusive, em um mesmo momento desempenharem os dois papéis: reprimir e apoiar, tendo em vista que a aldeia estava dividida internamente, com facções que pensavam de forma diferente. Estudar a participação dos povos indígenas nesses movimentos é complexo, porque envolve justamente as relações da aldeia com o Estado, com as elites políticas, as relações internas na própria aldeia e quais as necessidades e interesses indígenas naquele momento.

Portanto, como estiveram de ambos os lados, o envolvimento indígena nesses movimentos foram fundamentais tanto para os governos repressores como para os rebeldes. Era importante ter o apoio dos índios como mão de obra, pois eram eficientes devido ao seu conhecimento da região, com habilidades para andar nas matas melhor do que qualquer outras pessoas. Para conquistar o apoio e o trabalho desses índios, o lado interessado prometia pagamentos em dinheiro ou terras, como foi o caso dos índios aldeados em Barreiros. Seja qual fosse o motivo que os levavam ao combate, a participação dos índios nesses movimentos os inseriam no mundo imperial, de modo que contribuíram para a formação, bastante tumultuada, do Estado nacional brasileiro no século XIX. Era muito mais do que um trabalho que estava sendo prestado, eram jogos de interesse, formas do político. Quando observamos o contexto a partir dessa perspectiva, compreendemos que os indígenas não eram apenas e sempre um problema, pois em muitas ocasiões representaram também a solução. Todas essas rebeliões e revoltas foram vividas intensamente não só pelas elites conservadoras e liberais que disputavam freneticamente o poder, mas também pelos homens livres pobres, escravos e indígenas. As revoltas até podiam surgir dos interesses das elites, mas para acontecer, precisava do apoio de vários grupos sociais, o que muitas vezes mudava totalmente o curso da revolta como foi o caso da Cabanada, com a significativa participação indígena.



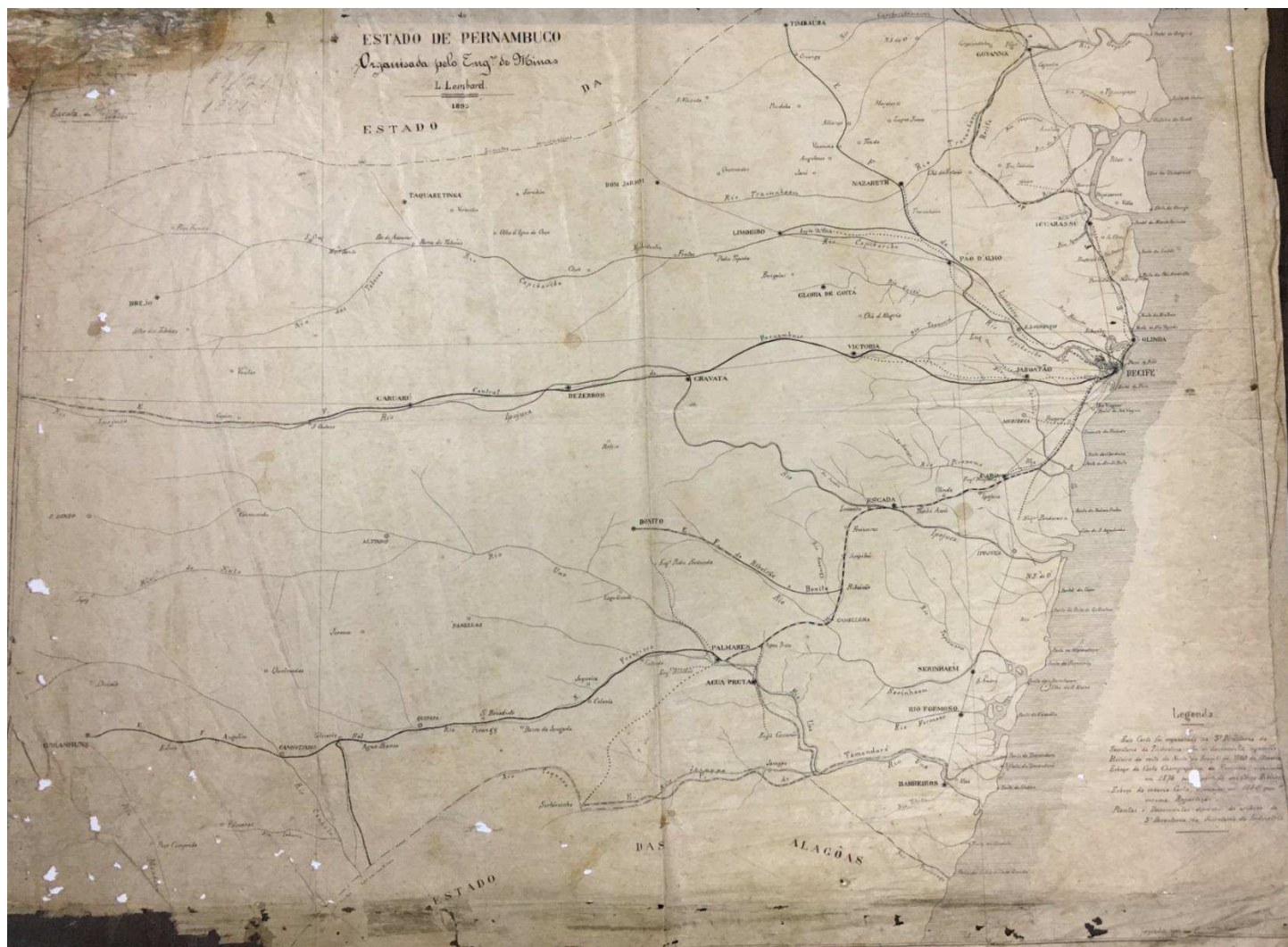
Figura 2: Capitania de Pernambuco (1790 - 1817)



Fonte: Palacios (1998)



Figura 4 - Mapa de Pernambuco em 1895



Fonte: APEJE

## **CAPÍTULO II: OS ÍNDIOS NA ZONA DA MATA SUL PERNAMBUCANA: AS ALDEIAS DE ESCADA E BARREIROS NO SÉCULO XIX**

### **2.1) COMPREENDENDO AS ALDEIAS EM PERNAMBUCO NOS OITOCENTOS**

Antes de entendermos especificamente as aldeias de Escada e Barreiros, convém que tenhamos uma compreensão mais geral sobre as aldeias indígenas em Pernambuco no Oitocentos, mais precisamente em sua segunda metade. Afinal, como era ser índio aldeado na segunda metade do século XIX em Pernambuco? Quais eram as condições econômicas e sociais em que essas aldeias se encontravam? Quais as dificuldades que aqueles índios enfrentavam? Esses são alguns dos questionamentos que tentaremos responder.

De acordo com a documentação pesquisada no APEJE<sup>32</sup>, foi possível localizar a existência de oito aldeias, na segunda metade do século XIX, em Pernambuco. Os nomes das aldeias eram dados de acordo com os lugares em que estavam localizadas: Aldeia de Cimbres, Aldeia de Águas Belas, Aldeia de Baixa Verde, Aldeia do Brejo dos Padres, Aldeia de Assunção, Aldeia de Santa Maria, Aldeia de Escada, e a Aldeia de Barreiros. As duas últimas, serão abordadas com maior detalhamento nos próximos tópicos deste capítulo, agora, nos deteremos nas outras seis aldeias.

A aldeia de Cimbres, estava localizada na Serra do Urubá, comarca do Brejo da Madre de Deus, a uma distância de sessenta e quatro léguas do Recife. Apesar de em 1862 suas terras não estarem demarcadas, estimava-se que sua extensão era de aproximadamente três léguas sobre duas, indo até o rio Ipojuca. Toda a serra era de grande fertilidade, sendo os terrenos baixos apropriados à criação de gado. Porém sem a demarcação do território da aldeia, os índios não podiam usufruir de suas terras com eficácia, pois sofriam esbulhos constantes dos fazendeiros que os cerceavam<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>33</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 53v; Relatório das aldeias da Província, do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes. Diretoria Geral dos Índios, 13/1862.

No caso de Cimbres, os índios não enfrentavam só as invasões de fazendeiros, mas também da Câmara Municipal de Cimbres. Aqueles índios viviam em continuada luta com a municipalidade, devido aos limites de suas terras, e por este motivo, havia um acordo em que se estabelecia uma linha divisória que separava as terras do aldeamento, e as que cabia ao Município de Cimbres, porém, ao que nos parece, tal acordo não era respeitado, pois existem várias petições nas quais o Diretor Geral cobra o cumprimento do acordo:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor O meu antecessor tendo chegado a um acordo com a Câmara Municipal de Cimbres acerca de uma linha divisória entre o terreno dos índios, e o do patrimônio da mesma Câmara teve em via muitos conflitos do gênero daqueles de que se trata. Entendo que foi isto acertado e conviria que da parte da Diretoria parcial e da municipalidade fosse respeitado o dito acordo. Pensando assim expedirei as ordens necessárias ao Diretor parcial no sentido exposto de resolução. Deus Guarde a Vossa Excelência<sup>34</sup>.

Na segunda metade do século XIX, a situação na aldeia de Cimbres era de extrema pobreza, faltava o mais básico possível a qualquer ser humano para se manter vivo: alimentos. Na década de setenta do Oitocentos, escrevia o Diretor Parcial da aldeia de Cimbres um ofício ao então Diretor Geral dos Índios, suplicando ajuda ao mesmo, devido ao estado de miséria no qual a aldeia encontrava-se:

Ilustríssimo Senhor A vista do estado de miséria em que se acham os índios deste aldeamento, por causa da grande falta de víveres, apresso-me em comunicar a Vossa Senhoria como é do meu dever, a fim de fazer ciente ao Governo da província, para este socorrê-los conforme tem feito com outros lugares, que estão em idênticas circunstâncias; assevero a Vossa Senhoria que o estado dos índios é tal que se não fizer o Governo o que é de justiça, segundo o meu pensar, morrerão até a fome. No entretanto Vossa Senhoria obrará como entender e for de justiça. Deus Guarde a Vossa Senhoria<sup>35</sup>.

O fato de os índios estarem sem alimentos pode justificar-se por dois motivos: pela escassez de terras para o plantio, pois apesar de fértil, como vimos, boa parte de suas terras estavam sendo esbulhadas; e, também, pela destruição de suas lavouras pelos gados dos fazendeiros da região. O Diretor Parcial da aldeia de Cimbres, Joaquim de Almeida Catanho Sobrinho, conta que ao tomar posse de seu cargo no ano de 1868, encontrou o aldeamento em

---

<sup>34</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 48; Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves. Diretoria Geral dos Índios, 02/1862.

<sup>35</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 163; Ofício do Diretor Parcial da aldeia de Cimbres, Joaquim de Almeida Catanho Sobrinho, para o Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim. Cimbres, 03/1870.

estado lastimável, com suas terras servindo para “solta de gados e cavalos que destruíam as lavouras dos índios<sup>36</sup>”.

Afora os problemas já apresentados, o aldeamento contava ainda com a presença de vários indivíduos arranchados pelos próprios índios<sup>37</sup>. Podemos pensar que esse tipo de atitude dos índios se dava devido à situação de miséria em que se encontravam, de modo que esse tipo de acordo os traria algum tipo de renda. Arrendamentos eram comuns no século XIX, pois eles acabavam sendo uma das principais formas de rendimento das aldeias, apesar dos inúmeros conflitos que gerava (ALMEIDA, 2013, p. 270).

A situação da aldeia de Cimbres, em meados do século XIX, era basicamente essa: os índios sofriam esbulhos tanto dos fazendeiros quanto da Câmara Municipal de Cimbres. Parte das terras que os restava para plantar, esses mesmos fazendeiros soltavam seus gados e estes destruíam suas lavouras. Lavoura esta feita com o dobro do trabalho necessário, pois faltavam aos índios ferramentas agrícolas, já que consta na documentação ofícios de Diretores Parciais solicitando tais ferramentas. Como saída, os índios arrendaram parte das terras que ainda os restava e que não haviam sido invadidas, na busca de conseguirem, ao menos, dinheiro para se alimentarem, já que, como vimos, até alimentos faltavam.

A “solução” que o Governo Imperial encontrou para resolver toda essa situação foi atender as inúmeras solicitações da Câmara de Cimbres, e decretar a extinção do aldeamento em 1879, favorecendo os fazendeiros e os representantes da oligarquia política local (muitos destes “amontoados” por anos e anos na Câmara) (SILVA, 2011, P. 102).

Já a aldeia de Águas Belas situava-se na comarca de Buíque, freguesia de Águas Belas, e localizava-se mais precisamente na margem norte do rio Ipanema, estando a noventa léguas da cidade do Recife. Apesar de em 1861 a aldeia encontrar-se demarcada, havia constantes disputas de terras, pois os fazendeiros da região não respeitavam os marcos estabelecidos pela demarcação. Além desse conflito, parte da povoação do aldeamento vivia em terras que os índios tinham doado à matriz, e por isso precisavam pagar foros cobrados pelo pároco, sendo que essa doação datava do início do século e teria ocorrido de forma ilegal<sup>38</sup>. Esses tipos de negócios ocorriam com frequência na sociedade do Antigo Regime, pois como afirmou Almeida, “a justiça se fazia pela prática” (ALMEIDA, 2013, P. 271).

---

<sup>36</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 198v; Ofício do Diretor Parcial da aldeia de Cimbres, Joaquim de Almeida Catanho Sobrinho, para o Presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira. Cimbres, 12/1871.

<sup>37</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 199; Ofício do Diretor Parcial da aldeia de Cimbres, Joaquim de Almeida Catanho Sobrinho, para o Presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira. Cimbres, 12/1871

<sup>38</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fls. 6v-7. Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província. Diretoria Geral dos Índios, 02/1861.

Na segunda metade do século XIX, o aldeamento de Ipanema estava em “mãos” de diretores que não visavam a sua melhoria, pois agiam buscando satisfazer seus interesses pessoais. Em meados do oitocentos, afirmava o Diretor Geral dos Índios, Barão dos Guararapes:

Depois das minuciosas informações, a que tenho procedido a fim de pedir para esse aldeamento uma providência profícua, formei a convicção, de que não devendo ele ser extinto, só poderia caminhar regularmente sob a direção enérgica, mas prudente de um homem estranho às ambições locais, que sendo bastante zeloso e inteligente cuidasse somente dos interesses da aldeia, e não dos seus próprios. Em Águas Belas, não se encontra uma só pessoa com esses predicados; os que ali existem ou são protetores, que sob o nome de proteção vão curando de seus negócios ou são inimigos dos índios. O doutor Chefe de Polícia quando no princípio do corrente ano foi àquele lugar sindicado dos desastrosos acontecimentos da eleição de dezembro próximo passado, levou a incumbência de escolher um cidadão idôneo para ser nomeado Diretor do referido aldeamento, mas, apesar dos cuidados por ele empregados, para esse fim, não encontrou pessoa alguma com as qualidades precisas para exercer semelhante lugar<sup>39</sup>.

As condições dos índios de Águas Belas parece se agravar com o avançar dos anos, pois, já em 1869, o então Diretor Geral dos Índios, Francisco Camboim, em ofício endereçado ao Presidente da Província, afirmava que os referidos índios passavam uma vida miserável<sup>40</sup>, e em 1870, Francisco Camboim reforça o que disse o seu antecessor Barão dos Guararapes, afirmando que o então Diretor Parcial da aldeia de Águas Belas era inteiramente indiferente aos interesses dos índios, não se preocupando em lhe enviar nenhum ofício, e não se importando com o sofrimento dos indígenas, que não eram poucos. Camboim destacava a grave situação de conflito em que esses índios enfrentavam, devido as suas terras que eram constantemente invadidas<sup>41</sup>. Na década de 70 do Oitocentos, as melhores terras do patrimônio dos índios estavam sendo ocupadas por rendeiros; as terras ocupadas pelos índios de Águas Belas estavam cada vez mais reduzidas<sup>42</sup>. Os índios de Ipanema eram constantemente apontados como criminosos por autoridades locais. Eram acusados desde furtos de gados a assassinatos. O Diretor Parcial da aldeia de Ipanema, Adrião Rodrigues de Araújo, em 1871, afirmou que os índios da referida aldeia eram demasiadamente astuciosos, arteiros e afeitos à

---

<sup>39</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 15-15v; Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha. Diretoria Geral dos Índios, 08/07/1861.

<sup>40</sup> APEJE, Série Diversos II, vol.19, fl. 147; Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Manoel do Nascimento Machado Portella. Diretoria Geral dos Índios, 04/10/1869.

<sup>41</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 157; Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Frederico de Almeida e Albuquerque. Diretoria Geral dos Índios, 08/02/1870.

<sup>42</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 165v; Ofício do Diretor Parcial de Panema, Francisco Vaz Cavalcante, para o Vice-Presidente da Província, Francisco de Assis Pereira Rocha. Águas Belas, 16/08/1870.

prática de todos os crimes, entregues ao morticínio e latrocínio especialmente de gados, que constituíam exclusivamente a fortuna da maior parte dos habitantes da freguesia de Águas Belas<sup>43</sup>. Porém o Diretor Geral dos Índios, nesse período, o Barão de Buíque, afirmou que muitos fatos atribuídos aos índios eram praticados por não índios, e que isto estava ocorrendo devido à cobiça dos seus “vizinhos” por suas terras, que buscando prejudicar os índios, os acusavam de diversos crimes<sup>44</sup>. Essas acusações resultaram em uma série de recrutamentos forçados, buscando reprimir estes supostos “maus hábitos” de que lhes acusavam, chegando a ser recrutados em meados do Oitocentos um número superior a sessenta índios<sup>45</sup>.

A pressão incidida sobre esses índios era grandiosa, e provinha de vários seguimentos. O Maioral dos índios da aldeia de Águas Belas narra um episódio em que o delegado de polícia, acompanhado de grande patrulha, chegou na aldeia cercado os índios e sob desculpa de reação, o que, segundo o maioral, era falso; a polícia disparou vários tiros em direção aos índios, tendo saído quatro deles feridos, vários presos e, ainda, três casas da aldeia foram incendiadas<sup>46</sup>. Portanto, como fica evidente, a situação dos índios aldeados em Águas Belas, na segunda metade do século XIX, era bastante complicada. Sofriam represália tanto das autoridades locais como dos fazendeiros.

Sobre a aldeia da Baixa Verde, sabemos que sua extensão de terras era de uma légua, e que se localizava na comarca de Flores em uma distância de cento e dez léguas do Recife. A documentação não nos permite compreender seu estado de funcionamento e as condições daqueles índios de forma mais detalhada, apenas nos revela que encontrava-se em estado de abandono desde o início do século XIX, em consequência do assassinato de seu Diretor Parcial<sup>47</sup>.

A aldeia do Brejo dos Padres ficava na comarca de Tacaratu, em uma distância de cento e vinte léguas da cidade do Recife. Na década de sessenta do Oitocentos, estava habitada por duzentos e noventa índios, divididos em noventa e oito famílias. Assim como a maior parte das aldeias em Pernambuco, não estava demarcada, mas estimava-se que possuía uma área de duas léguas em quadro. Nesta aldeia, se tem notícias, segundo as documentações,

---

<sup>43</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 178; Ofício do Diretor Parcial da aldeia de Panema, Adrião Rodrigues de Araújo, para o Presidente da Província, Manoel do Nascimento Machado Portella. Águas Belas, 21/06/1871.

<sup>44</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 190; Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, o Barão de Buíque, para o Presidente da Província, Manoel do Nascimento Machado Portella. Diretoria Geral dos Índios, 25/10/1871

<sup>45</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 76; Relatório sobre o estado das aldeias para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife, 13/03/1873.

<sup>46</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 117. Ofício do Maioral da aldeia de Panema, Francisco Gomes da Silva, para o Diretor Parcial da aldeia de Panema, Luís Paulino de Hollanda Valença. Águas Belas, 23/07/1867.

<sup>47</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 7; Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província. Diretoria Geral dos Índios, 13/02/1861.



que existiam diversas engenhocas pertencentes não só a índios, como a estranhos que se recusavam ao pagamento de rendas. Segundo o Diretor Geral dos Índios, Barão dos Guararapes, a aldeia de Brejo dos Padres estava em uma localidade por onde vagavam índios ainda “selvagens”, o que a tornava merecedora de especiais cuidados para que pudessem atraí-los ao aldeamento. A esta aldeia também faltavam recursos, e quanto a essa questão, pouco ou nada fazia o Estado<sup>48</sup>.

Em 1869, o então Diretor Geral dos Índios, Francisco Camboim, informa o Presidente da Província sobre a situação da Aldeia do Brejo dos Padres, de acordo com as informações que recebera do Diretor Parcial. Segundo ele, os índios que ali viviam encontravam-se em estado lastimável, pois há três anos que não chovia pela região, impedindo os índios de obter sucesso em suas lavouras. Sem o plantio de mandioca, milho e batata, os índios eram obrigados a se alimentarem apenas da coleta de alimentos que a vegetação oferecia-lhes: xiquexique, macambira e bró, uma espécie de coco. Francisco Camboim afirmava ainda que o tempo de chuva estava por se aproximar, mas ainda assim, isto não resolveria o problema, porque os índios não tinham as sementes que precisavam para realizar as suas plantações e nem os objetos necessários para desempenhar tal trabalho<sup>49</sup>. Solicitava, então, o Diretor Geral:

Seria um ato caridoso se Vossa Excelência lhes fornecesse alguma semente de milho e feijão; sendo, suficiente umas 300 ou 400 tigelas de uma e outra coisa. O diretor, que é uma pessoa de toda a confiança fará uma distribuição que fiquem todos satisfeitos. Outro sim, faz-se mérito preciso que Vossa Excelência forneça-lhes 50 enxadas, 25 foices, e 10 machados; porque falta-lhes absolutamente estes instrumentos<sup>50</sup>.

A aldeia de Brejo dos Padres não tinha renda alguma, porque além de estarem com dificuldades para trabalharem na agricultura, pelos motivos expostos, os posseiros que viviam nas terras do aldeamento não lhes pagavam renda nenhuma. Diante dessa situação, as acusações de roubo de gado contra os índios aumentavam, e segundo Francisco Camboim, eram consequência da fome e da miséria em que se achavam aqueles índios<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 7-7v. Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província. Diretoria Geral dos Índios, 13/02/1861.

<sup>49</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 150. Ofício do diretor geral interino dos índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Frederico de Almeida e Albuquerque. Diretoria Geral dos Índios, 06/12/1869.

<sup>50</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 150. Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Frederico de Almeida e Albuquerque. Diretoria Geral dos Índios, 06/12/1869.

<sup>51</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 150. Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Frederico de Almeida e Albuquerque. Diretoria Geral dos Índios, 06/12/1869.

Já em 1870, quando a aldeia estava sendo demarcada para ter seus lotes distribuídos a índios e não índios, como ocorreu com as demais aldeias, segundo o relatório dos engenheiros responsáveis pela medição de terras, a situação da Aldeia do Brejo dos Padres não era tão miserável assim, pelo contrário:

Quando iniciei os trabalhos de medição e demarcação deste aldeamento, encontrei em bom estado, os índios em geral amigos do trabalho; morigerados, de aspecto simpático, existindo entre eles alguns que dispõem de certos recursos. A parte do terreno que melhor se presta à cultura, achei-a bem trabalhada, havendo boas roças de mandioca, milho, feijão e plantas bulbosas, e, igualmente plantações de algodão, cana-de-açúcar, arroz, etc. Notei que estes índios precisarão com avidez melhorar de sorte; possuem o espírito comercial e desejam que seus filhos tenham outra posição que não a sua, sem esforço mandam-se à escola que existe no aldeamento dirigida pelo dedicado professor Manoel Cavalcante. Existem no aldeamento algumas engenhocas<sup>52</sup>.

Então, ou temos dois discursos contrários em relação às condições de vida da Aldeia do Brejo dos Padres, ou, com a troca do Diretor Parcial que ocorreu no período entre uma fala e outra, uma situação melhor daqueles índios. O fato é que tanto um documento como o outro afirmava serem os índios agricultores, o que difere é que o relatório anterior a esse último ressalta que as más condições em que se encontravam os índios naquele momento os impediam de realizar suas plantações. Talvez a chuva e os materiais solicitados tenham chegado, e assim justifique-se a melhoria nas condições de vida dos índios do Brejo dos Padres.

A Aldeia de Assunção ficava situada na comarca da Boa Vista, em uma grande ilha do rio São Francisco, numa distância de 128 léguas do Recife. Em 1861, era habitada por 177 índios que formavam 64 famílias. Sua extensão, apesar de não ser demarcada, acreditava-se ser de cinco léguas. Os índios aldeados em Assunção eram esbulhados de grande parte de suas posses pela Câmara Municipal, e atropelados pela indébita intervenção da autoridade na sua administração<sup>53</sup>. Em 1870, o Diretor Geral dos Índios, Francisco Camboim, escreveria ao Presidente da Província, em nome dos índios aldeados de Assunção e também de moradores de Cabrobó que lastimavam a “sorte” daqueles índios, de forma que em anexo ao documento, constava a assinatura tanto dos índios como dos moradores não índios. Camboim afirmava que a Aldeia de Assunção era a mais favorecida pela natureza que havia na província, porque quando todas as demais existiam na penúria, por causa da seca, aquela não sofria seus maus

<sup>52</sup> APEJE, Série Registro de Terras Públicas, fl. 395v. Relatório sobre a extinta Aldeia Brejo dos Padres. 1870.

<sup>53</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fls. 7v-8. Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província. Diretoria Geral dos Índios, 13/02/1861.

efeitos. Para Camboim, os índios de Assunção só necessitavam de uma boa administração, isto é, de um Diretor Parcial que se importasse com a questão que prejudicava a Aldeia: os esbulhos de seus terrenos<sup>54</sup>. Havia ali uma intriga arraigada contra os índios.

As terras tomadas dos índios de Assunção eram constantemente reivindicadas por eles que queriam suas terras de volta, para que assim pudessem plantar. Porém se estabelece um conflito, pois não havia documentação alguma que comprovasse que as terras reclamadas pelos índios já havia sido deles algum dia. Em ofício de 1871, o Diretor Parcial da Aldeia, Belarmino Ferreira, afirmava que essas terras realmente pertenceram aos índios, mas que os documentos que comprovavam este fato fora extraviado por algum de seus antecessores<sup>55</sup>.

A situação da Aldeia de Assunção se agrava ainda mais, quando em 1872 o Juiz Municipal de Cabrobó mandou em fins do mesmo ano colocar em hasta pública, não só as pequenas ilhas da aldeia em que plantavam os índios, como a parte em que estava colocada a própria aldeia há 150 anos<sup>56</sup>. De acordo com os responsáveis pela elaboração do relatório das aldeias em 1873, a solução para este aldeamento seria uma boa administração que pudesse evitar o esbulho das terras e livrar os índios do serviço da Guarda Nacional e do recrutamento<sup>57</sup>.

O caso da Aldeia de Assunção, portanto, girava em torno de duas questões principais: o esbulho de suas terras e o recrutamento dos índios. Sem terras suficientes para o plantio, o problema é obvio, os índios perdiam sua principal fonte de renda: a agricultura; e os recrutamentos os impediam de trabalhar, seja na agricultura, nas terras que os restavam, seja de aluguel, ou qualquer outra forma que lhes permitissem seu sustento. Dessa maneira, a aldeia aos finais do Oitocentos, falia.

A última aldeia a analisarmos seu contexto durante a segunda metade do século XIX, é a Aldeia de Santa Maria, que ficava situada em três ilhas contidas no rio de São Francisco, em uma distância de 132 léguas da cidade do Recife. O problema enfrentado por esta aldeia não difere das demais: a terra. Os fazendeiros vizinhos ao aldeamento se apossavam de seus

---

<sup>54</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 157; Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Frederico de Almeida e Albuquerque. Diretoria Geral dos Índios, 08/02/1870.

<sup>55</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 185v; Ofício do Diretor Parcial da aldeia de Assunção, Belarmino Ferreira Padilha, para o Diretor Geral Interino dos Índios, o Barão de Buíque. Assunção, 15/09/1871.

<sup>56</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 79; Relatório sobre o estado das aldeias para Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife, 13/03/1873.

<sup>57</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 80; Relatório sobre o estado das aldeias para Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife, 13/03/1873.

terrenos e lhes perseguiram de tal forma que muitos acabavam fugindo para serra Negra<sup>58</sup>. Sobre a Aldeia de Santa Maria, assim como a da Baixa Verde, não temos informações necessárias para compreendermos melhor a situação daqueles índios, pois os documentos não nos possibilitam. Porém, o pouco que podemos saber sobre esta aldeia na segunda metade do Oitocentos, é que suas terras estavam sendo violentamente roubadas pelos fazendeiros da região, e que, com isto, o aldeamento foi perdendo seu contingente habitacional.

Ao acessar a realidade das aldeias existentes em Pernambuco, na segunda metade do século XIX, é possível observar que muitos aspectos são comuns a todas as aldeias. Poderíamos elencar como tais aspectos: a usurpação das terras dos aldeamentos, a falta de compromisso dos Diretores Parciais, as alianças entre as autoridades e os usurpadores, a difícil condição econômica dos aldeamentos, seja pelas terras reduzidas nas quais se achavam ou pela falta de instrumentos de trabalho, além dos constantes recrutamentos aos quais os índios eram submetidos. Destarte, a realidade entre os aldeamentos na segunda metade do Oitocentos na Província de Pernambuco era basicamente a mesma; elas ocupavam terras férteis, mas, em contrapartida, eram cada vez mais comprimidas pelos senhores de terras. Os aldeamentos da segunda metade do século XIX enfrentavam o paradoxo entre a miséria que assolava as aldeias, ao mesmo tempo em que suas terras eram extremamente férteis. A solução encontrada para resolver a difícil situação dos índios aldeados foi a mesma para todos os aldeamentos: a extinção e distribuição de lotes de terra. Contudo, tal decisão acabou favorecendo aos senhores de engenho e fazendeiros, muito mais que aos índios, pois estes acabaram com pequenos lotes individuais ou sem pedaço algum de terra para desenvolver suas plantações.

Em 1870, o Diretor Geral dos Índios, Francisco Camboim, se queixava ao Presidente da Província sobre a ineficácia do sistema que geria os aldeamentos, alegando que os Diretores dos índios não cumpriam sua função, e que, por este motivo, os aldeamentos não encontravam-se sob melhor aspecto:

Os Diretores Gerais que se têm sucedido trataram sempre com a mais indiferença os aldeamentos. Nunca procuraram regularizar os seus negócios; e assim têm permanecido até hoje as tais aldeias, que a serem bem regidas podiam apresentar melhor aspecto<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 8; Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província. Diretoria Geral dos Índios, 13/02/1861.

<sup>59</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 168; Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Francisco de Assis Pereira Rocha. Diretoria Geral dos Índios, 19/09/1870.

Os relatórios que o Diretor Parciais deveriam elaborar e enviar ao Diretor Geral, para que esse pudesse informar ao Presidente da Província o estado das aldeias, eram cada vez mais raros. Da década de sessenta do século XIX adiante, os relatórios começaram a ser repetitivos, e assim se tornavam todos iguais, com informações genéricas e ultrapassadas. Afirmava Francisco Camboim, em 1870:

Excelentíssimo senhor, as escassas informações que pude obter dos diferentes Diretores parciais, remetidas, não há muito tempo, ao antecessor de Vossa Excelência. Estes papéis devem se achar nessa secretaria. Poupe-me Vossa Excelência o insano trabalho de solicitar novas informações, que nada adiantaram. Existem na província sete aldeamentos, e alguns muito distantes daqui, como o do Brejo dos Padres, em Tacaratu, e o da Assunção, na comarca de Boa Vista. Não existem registros dos quais se colijam as datas de suas fundações. Se em épocas mais remotas existia algum, os meus antecessores lhe deram descaminho. Quando entrei nesta Diretoria nenhum documento me foi transmitido. Dizem-me que quem mais documentos obteve, em relação às aldeias foi o ex-Diretor Geral coronel José Pedro Velloso da Silveira; não sei porém se ele os passou ao seu sucessor – barão de Guararapes. Sei que da minha parte estou inabilitado para dar qualquer informação satisfatória acerca de certas particularidades que não me são contemporâneas. Sei que os aldeamentos acham-se no maior abandono; sei que há muitos anos nenhum sacerdote tem neles funcionado, o que tem sido uma das causas da imoralidade que reina entre os aldeados, e de sua dispersão por diferentes localidades da província. Consta-me que todos os anos marca-se uma quota para a despesa das aldeias. Só se ela é gasta com as aldeias de outras províncias, mas com as desta, não me consta. Não se gasta com instrumentos agrários; não se gasta com sacerdotes que se ocupem da instrução religiosa dos índios; e assim não sei em que essa verba se consome<sup>60</sup>.

A escolha dos Diretores Gerais e Parciais era o primeiro passo para o sucesso ou fracasso dos aldeamentos, porém, como vimos, as escolhas não foram assertivas. A documentação nos revela que os Diretores Parciais eram indivíduos pertencentes à famílias tradicionais das regiões onde estavam localizados os aldeamentos, e se tratando da Zona da Mata Sul pernambucana, eram, em sua maioria, senhores de engenho. O Diretório dos Índios falhou. Sabemos que na História não existe o “se”, e por isso, nunca saberemos “se” o Diretório dos Índios teria sido de alguma forma positiva para os índios se tivesse funcionado na maneira esperada, ou seja, se os Diretores Parciais e Gerais tivessem realmente cumprido com suas funções corretamente. Isso jamais saberemos. O que sabemos é que aconteceu justamente o inverso e que, como resultado, as aldeias se viram em um estado lastimável em meados do Oitocentos até suas respectivas extinções. Porém não podemos ignorar que o século XIX estava regido pelo que convencionamos chamar de uma “política

---

<sup>60</sup> APEJE, Série Diversos II, vol.19, fl. 175-175v; Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Diretoria Geral dos Índios, 15/11/1870.

assimilacionista”, e dessa forma tornava-se muito mais conveniente que as aldeias fossem expostas nos documentos oficiais em estado de decadência e miséria. Não entendemos que os documentos utilizados neste estudo, os oficiais, são de todo mentirosos ou irrealistas, mas, sim, que devem ser lidos levando em considerações os aspectos expostos, para que assim suas verdades sejam “balanceadas” com o contexto ao qual foram escritos. Portanto, compreendemos que tais documentos, se considerarmos as intenções sobre as quais foram escritos, podem conter grande dose de verdade. O cenário das aldeias em Pernambuco no século XIX realmente era extremamente complicado e delicado, até mesmo porque seria difícil visualizar os índios em uma situação confortável diante de um sistema político que em nada os favorecia. O sistema, como vimos, era falho e corrupto. O que torna-se válido em termos de compreensão, é atentarmos para a resistência desses grupos “miseráveis e diminutos” que permaneceram aldeados até fins do Oitocentos. E, no fim, percebemos que os problemas em todas as aldeias que resistiam ao Oitocentos eram basicamente os mesmos, e giravam em torno de duas questões maiores: terra e trabalho.

**Figura 5 - Mapa dos aldeamentos da Província de Pernambuco no século XIX**



Fonte: Ferreira (2006)

## 2.2) ALDEIA DE BARREIROS: ORIGEM, ESBULHOS DE TERRAS E RESISTÊNCIA

*... um novo bando de conquistadores se apresentaram; e circulando a aldeia por todos os lados, cada um tratou de edificar engenhos, dizendo-se que na aldeia não existiam mais índios da raça primitiva, como se os brasileiros descendentes dos portugueses, por serem menos alvos do que seus progenitores deixam por isso de ser herdeiros das fortunas que estes deixarem.*

Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão<sup>61</sup>

O aldeamento de Barreiros estava situado na Zona da Mata Sul, a 23 léguas da cidade do Recife, na várzea do Rio Uma, em uma região de terras férteis para plantações indígenas, o que despertou a cobiça dos senhores de engenho para a expansão da produção açucareira. Ainda assim, o referido aldeamento foi considerado um dos mais ricos da Província de Pernambuco.

As origens da Aldeia de São Miguel de Barreiros remonta ao final do século XVII, mais precisamente 1698, com a doação feita aos índios de uma sesmaria de quatro léguas em quadra pelo Rei de Portugal como “pagamento” pelo trabalho desempenhado nos combates ao Quilombo de Palmares, como fez questão de lembrar o Maioral dos índios da referida aldeia, Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão<sup>62</sup>. As citadas quatro léguas eram localizadas nas margens do rio Persinunga<sup>63</sup> e foram permutadas por outra sesmaria de apenas uma légua às margens do Una, em Barreiros Velhos. Existem, no mínimo, três explicações para o motivo dessa permuta ter ocorrido. A primeira delas é que teria sido da vontade dos próprios índios realizar essa permuta com a família Paes Barreto<sup>64</sup>, pois quatro léguas de terras seriam um espaço demasiado grande para o número diminuto de índios que habitavam a aldeia (BELLO, 1984); a segunda, é que teria havido essa vontade por parte da família Paes Barreto, devido aos roubos que os índios praticavam na região, assim como para edificar novos engenhos de açúcar em uma parte das terras que pertencera aos índios e utilizar uma outra parte para

---

<sup>61</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 1v; Ofício do Maioral dos Índios da Aldeia de São Miguel de Barreiros, Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, para o Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira. 30/11/1858.

<sup>62</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 1; Ofício do Maioral dos Índios da Aldeia de São Miguel de Barreiros, Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, para o Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira. 30/11/1858.

<sup>63</sup> O rio aparece na documentação pesquisada grafado de duas formas: Persinunga e Pirassinunga.

<sup>64</sup> A localidade da Aldeia de Una abrigava a família Paes Barreto, elite de Pernambuco, donos de uma porção de terras que compreendia desde a Praia de Tamandaré até a margem esquerda do rio Persinunga, nos limites confinantes com as terras da referida Aldeia de Una. E foram os mesmos Paes Barreto que em 1728 administraram tal permuta com os índios (FERREIRA, 2006).

contratos de arrendamento (COSTA, 1983); a terceira justificava coloca em evidência o lucro que tal permuta teria proporcionado à família Paes Barreto, levando em consideração a terra como mercadoria e não apenas os lucros que ela viria a proporcionar através de seu usufruto, pois, por volta de 1855, as quatro léguas de terras estariam valendo em torno de 16:000\$000 réis, o que infere que estas terras valiam bastante dinheiro, devido à riqueza que tais terras comportavam (FERREIRA, 2006). Seja qual for a justificativa mais próxima à realidade, o fato é que os índios foram lesados nessa permuta, pois perderam três léguas de terras que poderiam ser usadas em atividades produtivas como a agricultura, a caça e a pesca. A desvantagem da permuta foi salientada pelo engenheiro encarregado da medição das terras públicas, quando afirmou ter sido “um tanto quando injustificável do ponto de vista legal, e de má fé”<sup>65</sup>.

Diz Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, Maioral dos Índios da Aldeia de Barreiros, por si e pelos mais índios de dita aldeia que os senhores conquistadores desta terra deram como restituição aos índios limitadas sortes de terras, para nelas habitarem com suas famílias, e nomearam Diretores para cada aldeamento, cujas atribuições estavam descritas nos volumosos regulamentos, munidos de poderes para exercerem com os índios, cuidados paternos; os antepassados dos suplicantes assim aldeados em 1694, vendo sucumbir o exército português na luta dos Palmares de [...Jacuípe...], voluntariamente se ofereceram para ajudar as tropas; e penetrando as matas, bateram, e dispersaram os aquilombados nas suas paliçadas; e só então foi que os soldados de linha os puderam matar e prender. O Rei de Portugal informado deste procedimento dos índios, ordenou por carta régia de 28 de janeiro de 1698, que aos índios empregados na guerra fossem dadas 4 léguas de terra a cada comandante de uma tribo para suas plantações, e estabelecimentos. Ao comandante dos progenitores dos suplicantes foram dadas na margem do Pirassinunga, para estarem de atalaia sobre os Palmares; passados anos, foram removidos para o lugar dos Barreiros na margem do Rio Una, onde um légua em quadro lhes foi entregue demarcada, e aí estabeleceram de novo sua aldeia[...]<sup>66</sup>

A sesmaria recebida em 1698 não foi o epílogo, mas a continuidade ou legitimação de um território utilizado por índios desde o início da colonização portuguesa. Portanto as quatro léguas doadas no final do século XVII fora palco de gerações e gerações de diversos povos indígenas, o que tornara a terra um espaço de territorialização. A primeira aldeia fundada na margem do rio Una data de 1589, cujo nome da missão era “São Miguel de Igua ou simplesmente aldeia do Una” – situada a um quilômetro da atual cidade de Barreiros, posteriormente chamada “Barreiros Velhos” (FERREIRA, 2006, p. 159). Durante as invasões

---

<sup>65</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 200v; Ofício do engenheiro encarregado da medição das terras públicas, Luís José da Silva, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena, Recife. 16/08/1873.

<sup>66</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 1; Ofício do Maioral dos Índios da Aldeia de São Miguel de Barreiros, Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, para o Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira. 30/11/1858.



holandesas na Mata Sul, os missionários, índios e moradores da aldeia do Una fugiram para Pau Amarelo, às margens do rio Persinunga, onde atualmente está localizado o município de São José da Coroa Grande (BELLO, 1984, p. 18). O engenheiro encarregado das medições de terras, em 1875, apontou esse lugar como o da fundação da aldeia de Barreiros, quando ainda era chamado de “Aldeia Velha”, ou aldeia de “Nossa Senhora da Assunção de Persinunga”<sup>67</sup>.

O histórico migratório dos indígenas habitantes no espaço de territorialização em Barreiros Velhos é longo, mas não é tão difícil assim de compreendermos. Iniciou em 1589, em Barreiros Velhos, mas no período do domínio holandês com as invasões dos “novos colonizadores”, foram transferidos às pressas para as matas do rio Persinunga, onde estariam as quatro léguas ganhas. Por volta de 1728, voltaram a Barreiros Velhos ocupando apenas uma légua, acusados de saques e roubos de gado nos engenhos da região (FERREIRA, 2006). Tal permuta acabou sendo prejudicial para os índios já que acabaram ficando com apenas uma légua. Segundo o engenheiro responsável pela medição de terras, Luís José da Silva, a permuta feita com os índios teria sido de “má fê”<sup>68</sup>. Porém o fato é que, a partir desse histórico, Barreiros Velhos tornou-se um espaço importante para os indígenas aldeados em São Miguel de Barreiros, pois mesmo com o deslocamento, foi o lugar reconhecido como espaço de habitação dos indígenas.

Os índios aldeados em Barreiros consideravam-se “guerreiros tabajara-potiguar”. Tinham como referência o seu inesquecível Filipe Antônio Camarão<sup>69</sup> como um marco, um personagem quase que mitológico. Estes índios utilizaram dessa identidade guerreira para conquistar privilégios e se manter o máximo possível em suas terras, pois, afinal, eram guerreiros, mas também eram aldeados e, portanto, combateram inúmeras vezes em favor do governo. Como vimos no capítulo anterior, os índios de Barreiros participaram nas várias guerras civis ocorridas no Oitocentos, em favor de Portugal, como nos combates ao Quilombo dos Palmares, o Quilombo do Catucá, a Insurreição de 1817, na Guerra dos Cabanos, na

---

<sup>67</sup> APEJE, Série Diversos II, Vol. 29, fl. 448v; Ofício do engenheiro encarregado das medições, Luís José da Silva, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife. 12/08/1875.

<sup>68</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 200. Ofício do engenheiro encarregado das medições, Luís José da Silva, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife. 16/08/1873.

<sup>69</sup> Não existe consenso sobre a origem do índio Antônio Filipe Camarão, havendo uma dúvida se teria nascido em Pernambuco ou no Rio Grande do Norte. O índio Camarão adquiriu importância a partir da necessidade de proteção da Colônia, tendo em vista que a Coroa não pretendia arcar com os custos da manutenção de uma tropa estacionada em território colonial. Diante disso, a solução encontrada foi criar uma milícia local, liderada por Camarão, que, aos poucos, conquistou a confiança de Portugal, dando a sua tropa um destaque até então negado a um grupo social periférico. O rei Filipe IV deu a Camarão o título de “Dom”, Ele também recebeu o título de “Capitão-mor e Governador de todos os índios do Brasil”. Os descendentes de Filipe Camarão prosseguiram servindo à Coroa, e obtendo destaque, tendo sido a família “Camarão” uma elite que se manteve por várias gerações, de modo que seus descendentes obtiveram vantagens ainda no período Imperial, como veremos ao analisar a aldeia de São Miguel de Barreiros, que abrigou seus descendentes (ELIAS, 2007).

Confederação do Equador e na Praieira. Diante desse histórico de “lealdade” ao Estado, os indígenas sabiam muito bem tirar proveito da situação e sempre que podiam lembravam ao Imperador os seus feitos “heroicos”, quando precisavam pedir proteção;

Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão mesmo não ocupando cargo algum dentro da hierarquia administrativa do aldeamento de Barreiros – como o de Maioral dos Índios – ainda na década de 1850, mostrava o valor que era carregar no sangue a herança da elite clânica com maior prestígio político junto ao governo luso-brasileiro dentre os povos indígenas do Nordeste: os Arcoverde-Camarão. Os chefes indígenas de São Miguel de Barreiros, entendendo que tinham o direito de gozarem plenamente de suas terras e, principalmente – a título de orfandade perante a justiça – de serem protegidos pelo governo imperial dos invasores confinantes dos seus terrenos, sempre que podiam, lembravam ao governo de Pernambuco em suas requerimentos, as contínuas colaborações dadas como aliadas na viabilização do projeto colonial (FERREIRA, 2006, p. 29).

Para pensarmos o alcance político do Cacique da Aldeia de Barreiros da década de 1830, lembremos que era mais um membro da elite “Arcoverde Camarão”, de nome Agostinho José Pessoa Panacho Arcoverde, e que, paralelamente à função de Cacique, era também Capitão da Guarda Nacional e Juiz de Paz<sup>70</sup> na época da Cabanada (FERREIRA, 2006, p. 37). É possível visualizar o quanto a família “Arcoverde Camarão” era importante, não só no âmbito da aldeia, mas também para toda a região, afinal, esses cargos representavam na época grande valor e prestígio.

Apesar de todo esse prestígio, Panacho Arcoverde envolve-se na malha clientelística açucareira, arrendando uma quantidade considerável de terras da aldeia. Agostinho Arcoverde realizou o *aforamento perpétuo* de oitocentas braças em quadro, equivalendo a quase um terço do perímetro total das terras da aldeia, pela quantia de cento e vinte mil réis anuais, onde recebeu o pagamento de forma adiantada já no ato do contrato<sup>71</sup>. Apesar do então Maioral da referida aldeia agir e tomar decisões em nome de todos os membros do grupo, nem todos os habitantes na aldeia concordavam com suas atitudes, principalmente sobre o arrendamento,

---

<sup>70</sup> Segundo Rosa Maria Vieira, em seu livro *O Juiz de paz, do Império a nossos dias*, o Juiz de paz no Império era “como um pai de família entre seus filhos”, tendo o papel de persuadir e regular as relações pessoais (VIEIRA, 2002. P. 67).

<sup>71</sup> Gerencia de Arquivo de preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo de Pernambuco, Série Petições, ex. 116, Índios de Barreiros (1837-1838); abaixo assinado dos índios da aldeia de Barreiros, para a assembleia legislativa da Província de Pernambuco, Povoação de São Miguel de Barreiros, 02/08/1832.

uma vez que nos momentos de “frouxidão dos acordos clientelísticos”<sup>72</sup>, não deixavam de atacar o Engenho Tibiri.

Corria o ano de 1846, quando o senhor do engenho Tibiri começou a demarcar o que considerava suas terras. Os índios de Barreiros reagiram, atacando com flechas a sua casa, matando uma pessoa, obrigando o proprietário a fugir e contratar capangas para a sua proteção. Tendo a frente o seu comandante, o caboclo Bento Duarte, os índios marcharam até a vila de Barreiros, atemorizando a população. A Câmara Municipal reagiu, solicitando ao governo a remoção da aldeia. Nada foi feito contudo, em obediência ao parecer do Chefe de Polícia da Província que alegou que aqueles índios ajudaram a combater a Cabanada nos anos trinta, apoiando os liberais também estavam no poder naquela época. O envolvimento dos índios com os senhores de terra liberais serviu durante o chamado “quinquênio liberal” (1844-48) para garantir por mais alguns anos a existência da aldeia (CARVALHO, 2002, p. 79).

O trecho acima provoca reflexões sobre algumas questões, sendo a primeira delas, sobre se os laços clientelísticos entre os índios aldeados em Barreiros e os senhores de engenho da região estavam em constante movimento, e se a mudança era mais visível quando ocorria a troca na chefia indígena, ou seja, quando mudava o Cacique. Se Panacho Arcoverde arrendou parte das terras da aldeia para o Engenho Tibiri quando era tuxaua, Bento Duarte, ocupando sua posição, não se sentiu na obrigação de continuar respeitando e cumprindo o acordo, reuniu os índios insatisfeitos com o aforamento e atacou o citado engenho.

A segunda questão está relacionada à atitude do Chefe de Polícia da Província que não permitiu a remoção da aldeia, como gostaria a Câmara Municipal, alegando que os índios teriam combatido contra a Cabanada, afirmando o quanto o trabalho dos índios de Barreiros fora eficiente e importante para a Província. A terceira questão trata-se das alianças entre os índios e os senhores de terras liberais, que serviram para alongar a sobrevivência da aldeia. Ou seja, ao invés de julgarmos os índios por terem muitas vezes se aliado a seus inimigos, se faz necessário entender essas alianças como uma forma de resistência, uma maneira de continuarem sobrevivendo enquanto grupo o máximo de tempo possível.

Por os indígenas aldeados em Barreiros afirmarem a descendência da elite guerreira Tabajara-Potiguar, ou Arcoverde Camarão em Pernambuco, e seus chefes, na maioria das vezes, terem sido de origens dessas famílias, a memória coletiva do grupo foi construída a partir dessas afirmações. Os chefes, que em sua maioria eram da família Arcoverde Camarão, instigava esse tipo de orgulho nos índios da aldeia, de forma até repetitiva, como é evidente

---

<sup>72</sup> Marcus Carvalho chama de “afrouxamento clientelístico” os momentos de guerra civil, ou de “tumulto” em que os laços clientelísticos ficam mais expostos e frágeis, ou seja, são momentos mais propícios para rompimentos (CARVALHO, 2002, p. 57).

na documentação pesquisada, contribuindo para que a permanência desse sentimento e dessa memória no imaginário dos índios aldeados em Barreiros continuasse até o fim do século XIX.

Essa imagem do índio aldeado, porém guerreiro, tornou-se a identidade coletiva do grupo. A memória Potiguar, constantemente evocada, lembrava aos índios aldeados em Barreiros o suor e o sangue que seus antepassados haviam derramado em prol do governo de Pernambuco. A lembrança trazia orgulho. Em 1858, por exemplo, recordava Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, quando solicitou a troca do Diretor da Aldeia pelo Tesoureiro:

[...] e tendo o atual Diretor associado-se aos usurpadores das terras da aldeia, imploram a substituição do atual Diretor pelo Tesoureiro atual, ou por qualquer outro cidadão, que a Vossa Senhoria parecer que bem pode desempenhar esse cargo, não possuindo terras que confinem com a aldeia, e que cuide da polícia interna da aldeia e de sua prosperidade. Os suplicantes, Ilustríssimo Senhor Diretor Geral não têm desmerecido ao Governo imperial, porque sempre fiéis governistas se têm prestado em toda as crises, e Vossa Senhoria, que o sangue dos índios de Barreiros, de 1832 a 1835 foi vestido em prol da obediência ao Governo de Sua Majestade imperial; e eles combateram ao lado de Vossa Senhoria por 3 anos; e por isso o peço para Ilustríssimo Senhor Diretor Geral, seja servido deferir como tem requerido E rogo mercê<sup>73</sup>.

Portanto, mais do que uma estratégia para conseguir que suas solicitações fossem atendidas, era uma importante forma de manter a identidade do grupo. Ser um índio aldeado em Barreiros significava ter obrigações com o Império, porém era, antes de tudo, ser guerreiro. Com essas orientações valorativas, os aldeados de Barreiros continuaram a serem respeitados pelo governo imperial e mantiveram-se unidos por uma espécie de fio originário. Mas não é possível afirmar que o aldeamento de Barreiros era um lugar harmonioso, onde todos se identificavam com a tradição aliada e guerreira dos Tabajara-Potiguar, até porque nem todos os índios ali eram de origem Tupi. Os índios de Barreiros que se aliaram aos de Jacuípe em favor dos Cabanos seriam de família Cariri, que, inclusive, teriam ajudado a fundar a aldeia do Cocal, uma aldeia pós-Cabana no vale do Baixo Camaragibe. Em 1832 ocorrera a divisão: os que lutavam contra os Cabanos eram os de procedência Tupi, e aqueles que formaram a aldeia do Cocal foram índios com origens Cariri, que se uniram aos de Jacuípe, e eram, portanto, índios Cabanos (LINDOSO, 1983).

---

<sup>73</sup> Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão. APEJE, Série Petições Índios, fl. 2; Ofício do Maioral dos Índios da Aldeia de São Miguel de Barreiros, Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, para o Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira. 30/11/1858.

Os índios de origens Cariri seriam os que viviam nas matas da terra do aldeamento, os “Caboclo do mato” e eram tidos como errantes; bem diferentes dos Tupi que compactuavam com a elite Arcoverde camarão e não se identificavam como “Caboclo do mato”. Os índios habitantes no aldeamento de Barreiros desde o Século XVIII, de origem Cariri, foram expulsos por serem tão dissonantes dos ideais Tupi. Então, apesar da identidade Arcoverde Camarão se destacar, pois detinham poder político, havia vozes discordantes no cotidiano da aldeia, pelo menos até a expulsão dos Cariri, que não sabemos em qual período ocorreu.

Diante dessas informações, tendemos pela visão romantizada, na qual fomos educados a ver os índios de Barreiros e a política da “elite” Arcoverde Camarão com rejeição, afinal, teriam eles se aliado aos portugueses e não lutado bravamente como o nosso pensamento romântico nos sugere. Mas foi essa forma de agir que garantiu a esses índios a sobrevivência enquanto grupo por vários séculos, e por isso entendemos nesse estudo as alianças feitas com os senhores de engenho e a inserção desses índios na política do Império como uma forma de resistência e não de submissão. A ideia que a resistência ocorre somente através de confrontos físicos, combates ou guerras é bastante simplista, pois:

A sociedade é um animal muito misterioso com muitas faces e potencialidades ocultas, e [...] acreditar que a face que a sociedade nos mostra num dado momento é a sua única face verdadeira é de uma total falta de discernimento. Nenhum de nós conhece todas as potencialidades latentes no espírito dos povos (HAVEL, 1990)

Os índios aldeados em Barreiros vivenciaram momentos de alianças, mas também expressaram revoltas, quando invadiram o Engenho Tibiri, por exemplo. Os indígenas possuíam muitas “faces” e não seria possível eleger apenas uma delas como única forma de resistência.

Pensando a resistência “na ausência de uma efetiva rebelião, é do próprio interesse dos grupos destituídos de poder conspirar para reforçar as aparências hegemônicas” (SCOTT, 2013, p. 19). Pois, quanto mais ameaçador é o poder opressor, mais espessa é a máscara do grupo em desvantagem, ou seja, os índios faziam o necessário para continuarem existindo, e

muitas vezes estiveram de acordo com o jogo dos poderosos no ramo do discurso público<sup>74</sup>, ainda que seu discurso oculto<sup>75</sup> fosse distinto.

Os imperativos teatrais que normalmente prevalecem em situações de dominação produzem um discurso público em estreita conformidade com o jogo de aparências desejado pelo grupo dominante. Os detentores do poder nunca controlam completamente a cena, mas os seus desejos tendem a prevalecer. A curto prazo, os subordinados têm o maior interesse em desempenhar o seu papel de um modo mais ou menos credível, produzindo as falas e os gestos que sabem que deles se esperam [...] É precisamente neste domínio público que os efeitos das relações de poder se manifestam de forma mais acentuada, e qualquer análise feita exclusivamente com base no discurso público tenderá a concluir que os grupos subordinados aceitam os termos da sua subordinação, e que são parceiros voluntários, se não mesmo entusiásticos, dessa relação de forças (SCOTT, 2013, pp. 30-31).

Não nos é possível conhecer o discurso oculto dos índios, pois só temos acesso ao grupo por documentos, em sua maioria oficiais, sendo estes o último lugar no qual encontraríamos o discurso oculto dos índios aldeados em Barreiros. Mas, analisando como os laços clientelísticos entre os índios e os senhores do açúcar ocorriam, com momentos de “paz”, quando logo depois era estabelecido um “diálogo à flechadas”, ficou evidente que o grupo não era passivo por submissão, eram dissimulados, visando algum interesse que favorecesse a aldeia.

Os índios mantinham um jogo ambíguo, com formas engenhosas de evidenciar sua relutância e resistência. A resistência foi expressa na invasão ao Engenho Tibiri, mas também nas alianças. Afinal, fazer o “inimigo” pensar que estavam do seu lado, em certos momentos, era muito mais vantajoso. Reconhecendo a hegemonia do poder das elites dos proprietários de terras, as mobilizações realizadas pelos indígenas era necessariamente cautelosa; pois “em vez de se rebelarem abertamente ou de protestarem publicamente, adotaram uma via mais segura,

---

<sup>74</sup> Discurso Público, para James Scott, é o comportamento do subordinado na presença da figura dominadora ou vice-versa. O termo “discurso público” é uma forma abreviada de designar as relações explícitas entre os subordinados e os detentores do poder. Mesmo quando não é ostensivamente enganador, o discurso público dificilmente nos dá conta de tudo o que se passa nas relações de poder. Muitas vezes, ambas as partes têm interesse em desenvolver uma conspiração tácita para forjar uma representação distorcida da realidade (SCOTT, 2013).

<sup>75</sup> Discurso Oculto, para James Scott, é o que ocorre nos “bastidores” de toda a cena sócio-política. Primeiro, o discurso oculto é sempre específico de um determinado espaço social e de um conjunto particular de atores. Desse modo, cada discurso oculto é elaborado por um <<público>> restrito que exclui – que é ocultado – de outros <<públicos>> específicos. Outro aspecto importante do discurso oculto é que ele não comporta apenas atos discursivos, mas todo um conjunto de práticas diversas. Assim, como caça furtiva, o pequeno furto, a fuga aos impostos e a simulação do trabalho são partes integrantes do discurso oculto. Para as elites dominantes, as formas de discurso oculto podem incluir privilégios, como a contratação de criminosos, subornos e falsificação de títulos de propriedade. Como veremos adiante, os furtos fizeram parte do discurso oculto dos índios de Barreiros e de alguns outros grupos de Pernambuco, e a falsificação de títulos de propriedade fizeram parte do discurso oculto do dono do Engenho Tibiri (SCOTT, 2013).

que consistia em ataques anônimos a propriedades, na caça furtiva, na difamação e no esquívamento” (SCOTT, 2013, p. 47).

Essas afirmações contribuem muito para entendermos o furto de gados realizado pelos indígenas nas fazendas e engenhos, pois ao invés de encararmos como algo condenável, passamos a enxergar também como resistência, e a forma que os índios encontravam de “incomodar”. Vejamos um exemplo na Aldeia de Ipanema, em que o Diretor Parcial enviou um ofício para o Presidente da Província:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, Em resposta ao venerável ofício de Vossa Excelência, firmado em 6 deste, tenho a honra de informar a Vossa Excelência, que inúmeros têm sido os obstáculos que se me apresentam a superar na direção desta aldeia, que pela maior parte, composta de uma orla de índios em número quarenta, pela maior parte do quilate do Maioral, demasiadamente astuciosos, arteiros e afeitos à prática de todos os crimes, entregues ao morticínio e latrocínio especialmente de gados, que constituem exclusivamente a fortuna da maior parte dos habitantes desta freguesia [...]<sup>76</sup>

Essas práticas eram muito “comuns” entre vários povos indígenas no Nordeste que se viam ameaçados, seja pelos fazendeiros criadores de gado ou pelos senhores do açúcar. Na aldeia de Barreiros, “os Caboclos do mato deste aldeamento”, os prováveis aliados dos Cabanos, eram também simpatizante do “modo errante de viver”. Situação semelhante ocorreu em Cimbres, por volta de 1824, onde os índios rebelaram-se e furtaram gado e escravos em propriedades de senhores liberais da região (FERREIRA, 2006, pp. 50-51). Portanto, a partir da documentação pesquisada, é possível afirmar que os índios de Barreiros resistiram, seja através de formas quotidianas que eram mais brandas e muitas vezes imperceptíveis, como também em momentos de revoltas. Se em alguns momentos a “guerra” foi a solução, em outros, a dimensão tácita, o disfarce e a mentira funcionava de forma mais eficaz como estratégia de sobrevivência.

Apesar das suas barganhas e das formas de resistências citadas, os índios de Barreiros foram aos poucos sendo esbulhados de suas terras pelos ambiciosos senhores de engenho que cercavam a aldeia avançando sob o território, que legalmente pertencia aos indígenas. A situação mais conflituosa foi com o Engenho Tibiri, o principal caso de esbulho da aldeia de Barreiros. Uma situação que iniciou em 1832, quando o Maioral José Agostinho Pessoa Panacho Arcoverde, na época também Comandante da Guarda Nacional e Juiz de Paz, arrendou terras da aldeia ao dono do referido Engenho Tibiri. Mas os índios não deixaram de

---

<sup>76</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 178v; Ofício do Diretor parcial da aldeia de Panema, Adrião Rodrigues de Araújo, para o Presidente da Província, Manoel do Nascimento Machado Portella. 21/06/1871.

circular pela área, forçando o dono do Engenho aumentar a segurança, colocando capangas no entorno de “suas” terras recém adquiridas.

A situação seguiu com certa tranquilidade, até que em 1846 os índios de Barreiros, comandados pelo então Cacique Bento Duarte, invadiram o engenho Tibiri, resultando na morte de um oficial do engenho e na fuga desajustada do proprietário Francisco Santiago (CARVALHO, 2002, p. 79). Depois do ataque, o dono do Tibiri tratou logo de agir junto ao poder judiciário de Rio Formoso, providenciando, por meio de títulos, a efetivação da demarcação judicial das terras indígenas contestadas, ampliando-as um pouco mais<sup>77</sup>.

Nessa situação, observamos um dos discursos ocultos do opressor entre a “rede” dos patrões do açúcar, que forjaram documentos que não só comprovavam sua posse sob as terras, como também aumentavam os limites da mesma. Esse discurso oculto só foi revelado depois que a aldeia foi extinta, com a investigação realizada pelo engenheiro contratado para demarcar as terras. Nesse período de demarcação da oficialmente extinta Aldeia de Barreiros, foi possível conhecer as muitas falcatruas realizadas, inclusive que existiam outros engenhos em terras da referida aldeia, e todos sob o comando do dono do Engenho Tibiri. Ou seja, a maior parte da aldeia estava em mãos de um poderoso senhor do açúcar e não mais dos índios. Desse modo, entendemos melhor o porquê da invasão do Engenho Tibiri;

Parece que no seu começo a Aldeia de Barreiros teve alguma ordem. As propriedades que se construíram em suas terras, pagavam foro. Extinta, porém, a antiga Diretoria, presume a comissão que o caos entrou ali como em todas as mais aldeias; os marcos do aldeamento foram arrancados, e a quase totalidade dos terrenos usurpados. A pior parte das terras, e a mais insignificante é ocupada pelos índios<sup>78</sup>.

Como afirmou o engenheiro de medição das terras públicas, na segunda metade do Século XIX, a aldeia vivia um verdadeiro caos, pois muita terra havia sido usurpada, favorecendo o processo de extinção do aldeamento de Barreiros. Aliás, não por coincidência, também data desse período o ofuscamento do “mito” identitário da chefia tradicional dos Panacho Arcoverde, ou Arcoverde Camarão, entre os índios de Barreiros. Em meados do Oitocentos, quem assumiu a chefia do aldeamento foi o Cacique Pedro Correia da Maia, e mudou bastante o jeito de liderar os índios de Barreiros, assumindo uma postura distinta da anterior.

---

<sup>77</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 373; Ofício do engenheiro encarregado da medição das terras públicas, Luís José da Silva, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. 04/11/1874.

<sup>78</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 496; Ofício do engenheiro encarregado da medição das terras públicas, Luís José da Silva, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. 31/08/1875.



Por isso, vale a pena prestar bastante atenção na trajetória do cacicado de Pedro Correia da Maia, ao longo da década de 1850, para percebermos quão diferente o fora na liderança do aldeamento, se comparando a outros antigos antecessores, chefes Tabajara-Potiguar da aldeia. Seu jeito desprezado de lidar com os valores étnicos ancestrais de seu povo diferenciava-se um pouco daquele jeito Arcoverde-Camarão de lhe dar como a identidade *governista* – que adoravam exibir perante as autoridades públicas luso-brasileiras. Nesse tempo de Pedro Correia – mesmo quando as fontes leva-nos a acreditar que por trás de seu cacicado, havia o apoio certo da aliança com os Panacho Arcoverde da aldeia - as coisas transcorreriam bem soltas, e bem distintas da forma como os *tuxaua* Tabajara-Potiguar daquele aldeamento até então costumavam fazer. O cacique Pedro nem parecia um tuxaua, um “caboclo legítimo” Potiguar, filho de sangue de um clã ancestral dali. Ele nem ligava, ou talvez, nem quisesse ficar lembrando ao governo de Pernambuco, as antigas prestações de serviço de seu povo ao governo imperial – como até então faziam outras lideranças Tabajara-Potiguar em quase todo requerimento oficial, repetindo que ganharam suas terras porque ajudaram a destruir o quilombo dos Palmares, os cabanos, etc (FERREIRA, 2006, p. 142).

Além da política externa, como o ideal de nação que desejava a todo custo “misturar” os índios à população nacional, apontamos também como motivo para o fim do aldeamento de Barreiros, questões regionais, que seria a malha açucareira e sua acelerada invasão sobre as terras indígenas, e questões internas no grupo, como quando o cacique Pedro Correia resolve “abandonar” o principal “mito” identitário do grupo. Pedro Correia não levava em consideração a exaltação tradicional aos Arcoverde, mas tal elite<sup>79</sup> ainda tinham bastante poder no aldeamento. Mesmo Pedro Correia sendo o Cacique na década de 1850, existiram várias petições feitas pelo Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, no qual este se identificava também como chefe dos índios de Barreiros. Provavelmente, Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão era o escolhido pela aldeia, e Pedro Correia o “cacique-funcionário”. Na aldeia ocorriam disputas por objetivos distintos. Enquanto Pedro Correia interessava-se mais pela regularização de suas granjarias em meio às terras invadidas pelo senhor do Engenho Ariticum, e sugeria a transferência dos índios para um outro lugar como solução para os esbulhos que a aldeia vinha enfrentando (FERREIRA, 2006), Francisco Camarão implorava pela troca do Diretor Parcial, acusando-o de estar “associado” com os senhores de engenho da região:

---

<sup>79</sup> Referência à elite da família Arcoverde Camarão, descendente de Dom Antônio Filipe Camarão. Entendemos elite como sendo um contingente de indivíduos com privilégios em detrimento dos demais.

[...]e tendo o atual Diretor associado-se aos usurpadores das terras da aldeia, imploram a substituição do atual Diretor pelo Tesoureiro atual, ou por qualquer outro cidadão, que a Vossa Senhoria parecer que bem pode desempenhar esse cargo, não possuindo terras que confinem com a aldeia, e que cuide da polícia interna da aldeia e de sua prosperidade. Os suplicantes, Ilustríssimo Senhor Diretor Geral não têm desmerecido ao Governo imperial, porque sempre fiéis governistas se têm prestado em toda as crises, e Vossa Senhoria[...]<sup>80</sup>

Depois de anos de conflitos entre índios, autoridades locais e senhores de engenho, e também pelas questões internas apontadas, a Aldeia de Barreiros foi oficialmente extinta em 1873, e as terras loteadas. Distribuíram-se 47 lotes a 47 famílias “descendentes dos antigos índios” do aldeamento, representando o número de 220 indivíduos; não sendo distribuídas terras aos solteiros, porque não era autorizado. Segundo o registro, diversas famílias preferiram ocupar lotes de superfície menor que 22. 500 braças quadradas, em consequência da uberdade do solo<sup>81</sup>. Apesar dos índios terem ficado com uma parte pequena quando comparada à medição total das terras da aldeia de Barreiros, os senhores de engenho ainda protestaram reivindicando essa “pequena” parte que teria ficado com os índios.

[...]Difícil e demorada foi a medição e demarcação do extinto aldeamento de São Miguel; difícil pelos embaraços promovidos por alguns dos usurpadores das terras dos índios, que procuraram todos os meios possíveis para afastar a comissão a meu cargo do cumprimento de seu árduo dever; não houve embaraço, que não tentassem e ainda hoje pretendem com absurdos protestos, nulificar o trabalho realizado, esperançosos de que voltem as coisas ao antigo estado, querem do por essa forma, que os índios não possuam a diminuta área que para eles foi reivindicada[...]<sup>82</sup>

Portanto, muitos índios habitantes no Aldeamento de Barreiros não foram contemplados pelos lotes individuais e acabaram lesados. Quando analisamos a lista dos agraciados pelos lotes individuais, percebemos que os solteiros não foram os únicos que deixaram de ser contemplados, pois como afirmou o engenheiro responsável pela medição das terras, muitos outros indivíduos que não possuíam grande prestígio no aldeamento também não receberam lote algum. A maioria dos índios que receberam os lotes eram da família Arcoverde Camarão, portanto os descendentes do lendário Filipe Camarão, ou

---

<sup>80</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 496; Ofício do engenheiro encarregado da medição das terras públicas, Luís José da Silva, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. 31/08/1875.

<sup>81</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 499; Ofício do Chefe da Comissão de Medições, Luiz José da Silva, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. 12/08/1875.

<sup>82</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fls. 500-501; Ofício do Chefe da Comissão de Medições, Luiz José da Silva, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. 12/08/1875.

também da família Pessoa Panacho<sup>83</sup>. Os outros índios que não eram dessa elite familiar, mas que foram também agraciados com o lote de terras, eram também importantes, pois como observamos, na documentação conta o nome do Maioral Correia da Maia.<sup>84</sup>

Ficou evidente que a extinção do aldeamento de Barreiros ocorreu em razão de uma série de fatores, sendo a extinção prejudicial para muitos índios, uma vez que muitos ficaram sem terra para morar e cultivar. O engenheiro responsável pela medição das terras do aldeamento afirmou ser uma lastima que os índios não pudessem desenvolver as suas lavouras, pois certos seriam os lucros<sup>85</sup>. O fim do aldeamento de Barreiros, e sua posterior divisão de lotes, para muitos índios realmente foi uma lástima.

A História dos índios aldeados em Barreiros foi uma História de mobilizações e resistência, na qual os índios usaram várias estratégias para garantir o espaço onde habitavam em disputas com os poderosos senhores de engenho na Zona Mata Sul pernambucana. No próximo Capítulo, debateremos as forma de trabalho dos índios em Barreiros no espaço também ocupado pela lavoura canavieira em Pernambuco durante o Oitocentos.

---

<sup>83</sup> APEJE, Série Registro de Terras Públicas, vol. 17 (1858-1878), fl. 384; Relatório sobre a extinta Aldeia de Barreiros.

<sup>84</sup> APEJE, Série Registro de Terras Públicas, vol. 17 (1858-1878), fl. 384; Relatório sobre a extinta Aldeia de Barreiros.

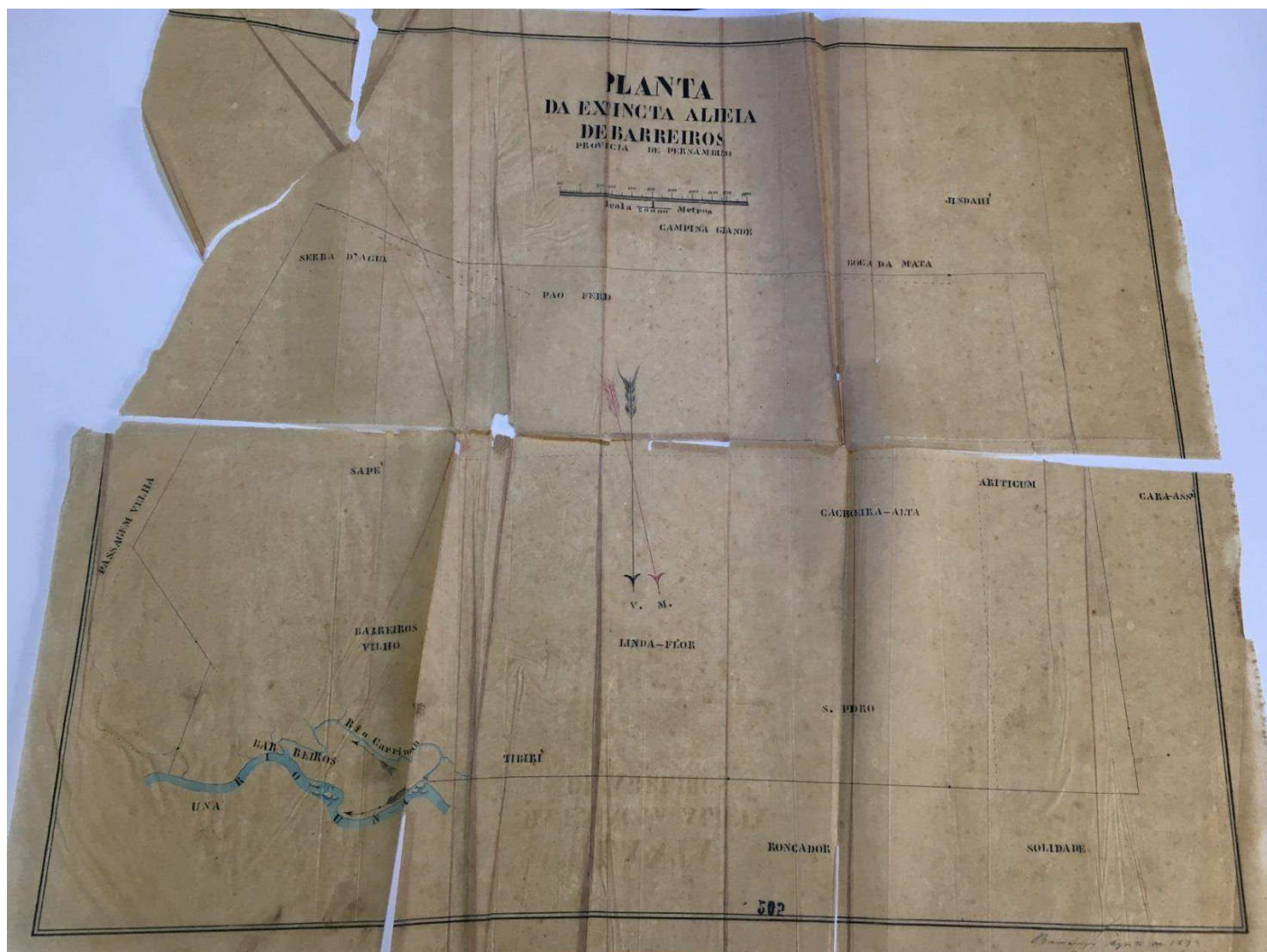
<sup>85</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 502; Ofício do Chefe da Comissão de Medições, Luiz José da Silva, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. 12/08/1875.

**Figura 6 - Antônio Filipe Camarão**



Fonte: Acervo do museu do IAHGPE

Figura 7 - Mapa do aldeamento da aldeia de Barreiros<sup>86</sup>



Fonte: APEJE

### 2.3. A ALDEIA DA ESCADA: SEU PROCESSO HISTÓRICO E FORMAS DE RESISTÊNCIA

*Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente da Província de Pernambuco, o índio Manoel Inácio da Silva, casado e com quatro filhos menores vem em nome de seus companheiros os índios aldeados na freguesia da Escada recorrer na esclarecida e patriótica intervenção de Vossa Excelência a fim de que não sejam ele e seus companheiros esbulhados dos terrenos, que possuem na referida freguesia, conhecidos com a denominação de a Propriedade das Minas. Como Vossa Excelência sabe foram doados pelo Governo imperial aos índios vastos e ubérrimos terrenos, os quais têm sido absorvidos por homens ambiciosos; e achando-se o suplicante e seus companheiros angustiados em uma área mesquinha de terra...*

<sup>86</sup> Mapa elaborado em 1873 pelo Engenheiro Luís José da Silva, responsável pela medição das terras do referido aldeamento. O mapa foi elaborado durante o processo de extinção do Aldeamento de Barreiros.

A aldeia da Escada também estava localizada na Zona da Mata Sul de Pernambuco, fazendo parte da comarca de Vitória de Santo Antão<sup>88</sup>. As terras habitadas pelos indígenas estavam mais precisamente na margem oriental do rio Ipojuca, há dez léguas do Recife, equivalente a uma distância de 62 km. De acordo com o “Relatório do estado das aldeias da Província de Pernambuco”, elaborado no ano de 1861 pelo então Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, a Aldeia da Escada era a mais importante dentre todas as aldeias da Província devido à uberdade<sup>89</sup> do solo e a sua posição<sup>90</sup>.

O mesmo documento informava que tais terras tornaram-se oficialmente posse legal dos índios por meio de uma Carta Régia de 1698, devido aos serviços prestados à Coroa pelos índios na Guerra dos Palmares. Porém, apesar da Carta Régia determinar para os índios um território de quatro léguas para desenvolverem suas plantações, à semelhança dos índios em Barreiros, receberam pouco menos de duas léguas. Todavia, documentos registram que os indígenas teriam adquirido outra légua de terras por meio de compra efetuada pelos próprios índios<sup>91</sup>.

As informações mais antigas da presença portuguesa na região, onde mais tarde seria criada a Aldeia de Escada, remontam ao final do século XVI, quando religiosos Franciscanos seguiram para o rio Uma, ou Iguna, em 1593, e entre os índios Caetés, “no extremo Sul da Paróquia de São Miguel de Uguna,” fundaram uma missão que estendeu-se até o Porto da Pedra, em Alagoas (SILVA, 1995, p. 37). Os antepassados dos índios que habitavam a aldeia da Escada no Oitocentos foram missionados por diversas ordens religiosas. Após os Franciscanos, a Missão ficou sob responsabilidade da Companhia de Jesus e os Jesuítas abandonaram a aldeia em 1635, sendo substituídos pelos Oratorianos em 1670, quando foi

---

<sup>87</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 40; Petição de Manoel Inácio da Silva, índio da aldeia de Escada, para o Presidente da Província. 28/11/1868.

<sup>88</sup> O início do povoamento data de 1626, quando o português Diogo Braga, nascido na Ilha de Santo Antão do Cabo Verde, estabeleceu-se no local em que atualmente está a cidade de Vitória de Santo Antão. Diogo Braga tinha devoção por Santo Antão, não apenas porque era padroeiro de sua cidade natal, mas também porque era considerado protetor dos gados, e Diogo tinha diversas fazendas de gados. O local que no início chamava-se “Braga”, com o falecimento de seu fundador, passou-se a chamar “Santo Antão da Mata”, devido à devoção que este tinha pelo Santo. A cidade, quando em 1811 foi elevada à categoria de Vila, passou a ser chamada de “Vila de Santo Antão”, e só posteriormente, em 1843, quando elevada à categoria de cidade, passa a ser denominada “Vitória de Santo Antão”, como homenagem à vitória dos pernambucanos contra os holandeses na batalha do monte das Tabocas. (ENCICLOPEDIA DOS MUNICIPIOS BRASILEIROS, 1958, pp. 315-319).

<sup>89</sup> Uberdade do solo é uma designação utilizada para fazer referência a uma terra fértil, rica, fecunda.

<sup>90</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 2; Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província. 13/02/1861.

<sup>91</sup> APEJE, Série Juizes Municipais, vol. 10, fl. 29; Ofício do Juiz Municipal de Órfãos de Vitória de Santo Antão, Francisco de Souza Cirne Lima, ao Presidente da Província. 17/07/1853.

fundada a aldeia de Nossa Senhora da Apresentação da Escada, com “Caboclos ou índios da língua geral”. E foram estes últimos os responsáveis por os índios passarem a serem reconhecidos como “os índios da Escada”, pois, para a ação catequética, os citados religiosos construíram um local destinado à devoção religiosa, o Oratório de Nossa Senhora da Apresentação, situado no cimo de um morro acessado por uma escada de degraus cavados na terra. A localidade daí ficou conhecida por Nossa Senhora da Escada, e nos anos seguintes, Escada (SILVA, 1995, p. 37).

A riqueza do solo das terras da aldeia de Escada, ao invés de ser apenas um benefício para aqueles indígenas, acabou sendo o maior de seus problemas. No início da segunda metade do século XIX, afirmava o Barão dos Guararapes que “na posse de pouco menos de duas léguas, que foram demarcadas posse que atualmente se acha reduzida a menos ainda por constantes invasões dos ereus<sup>92</sup> confinantes atraídos pela riqueza dos terrenos”<sup>93</sup>. Segundo o Barão dos Guararapes expôs neste mesmo ofício, as terras do Aldeamento de Escada estavam bastante reduzidas, com “dezesseis engenhos de fazer açúcar” devido aos aforamentos facilitados pela Diretoria anterior. Além dos engenhos referidos, existiam ainda 38 pequenas propriedades “que juntamente com aqueles absorvem quase todo o terreno de que a aldeia está de posse”<sup>94</sup>.

Na documentação consultada, visualizamos quadros que evidenciam a situação da aldeia da Escada em relação aos seus rendeiros “comuns” e aos rendeiros proprietários de engenho de açúcar por meio dos mapas nominais referentes a este período, conforme o então Secretário da Aldeia Tomaz Pereira. O primeiro mapa apresentado acima demonstra que em 1861 a Aldeia de Escada possuía 43 rendeiros, com 33 deles sendo proprietários de sítios. No mapa dos rendeiros, não aparece o valor dos respectivos arrendamentos, e, portanto, além de não sabermos o valor, não sabemos também quais e quantos desses rendeiros efetuavam realmente os pagamentos. Observamos também casos em que um rendeiro possuía vários sítios, como José Francisco Ferreira, proprietário de quatro sítios: Tapeçerica, Cuiacú, Taperá e Maracujá<sup>95</sup>.

No segundo mapa, observamos um grupo de 16 “senhores do açúcar” com engenhos no território indígena. Os nomes que constam no segundo mapa possibilita comprovar o que

---

<sup>92</sup> Herdeiros.

<sup>93</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 2; Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província. 13/02/1861.

<sup>94</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 2; Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província. 13/02/1861.

<sup>95</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 10B, 10Bv e 10C; Mapa nominal dos rendeiros da aldeia de Escada e mapa demonstrativo dos rendeiros dos engenhos edificadas na aldeia de Escada. 13/02/1861.

nosso estudo vem afirmando desde o seu início: os senhores do açúcar ocupavam cargos de importância naquela sociedade, exercendo, portanto, não apenas a hegemonia do poder econômico, mas também o poder político. Na relação, por exemplo, estavam um Coronel, dois Tenentes e um Capitão, cargos militares de grande prestígio no período e usados para coagir e amedrontar a população pobre e os indígenas. Ademais, observamos que muitos dos senhores de engenho não estavam realizando o pagamento do seu arrendamento, como era, inclusive, o caso do Coronel Francisco Antônio de Barros e Silva e do Senhor Antônio Marques de Holanda Cavalcante, ambos proprietários de dois engenhos em terras da referida Aldeia<sup>96</sup>.

Em um ofício endereçado em 1864 ao Diretor Geral dos Índios, o então Diretor Parcial da aldeia de Escada, André Dias de Araújo, afirmou que os arrendamentos realizados para alguma renda extra destinada ao aldeamento só pioraram a situação dos aldeados, pois “os rendeiros se furtaram depois ao pagamento das rendas”<sup>97</sup>. A situação em meados do Século XIX, na Aldeia da Escada, não estava muito favorável aos indígenas, que a cada dia possuíam menos terras para trabalhar. E, ao mesmo tempo, não recebiam o dinheiro dos “aluguéis” das terras arrendadas aos senhores de engenho que se recusavam a pagar, deixando a aldeia em uma situação cada vez mais complicada. Afinal, o que os donos de engenhos desejavam mesmo era a extinção da aldeia, e isso não era segredo para ninguém. Portanto, não pagavam os arrendamentos para tornar inviável a permanência dos índios na região, principalmente enquanto aldeados, pois ser um índio aldeado significava ter direito à terra. O que contrariava o interesse maior desses senhores que visavam a expandir seus negócios a qualquer custo.

No mesmo ano, o Secretário da aldeia elaborou ainda um Mapa Nominal dos Índios da Aldeia da Escada, onde informava também o estado civil, a quantidade de filhos que o casal possuía, e o local de moradia dos índios no território da referida aldeia<sup>98</sup>. No mapa aparecem os nomes de 95 indígenas, onde 58 deles eram homens casados, 23 solteiros, 12 viúvos com e sem filhos, e mais os nomes de duas mulheres viúvas com filhos. Por esta “Relação Nominal”, a população indígena totalizava 292 pessoas.

As famílias relacionadas possuíam entre dois a cinco filhos, existindo casos de famílias numerosas com até sete filhos. As duas índias viúvas, Josefa Maria da Conceição e

---

<sup>96</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl.10B, 10Bv e 10C; Mapa nominal dos rendeiros da aldeia de Escada e mapa demonstrativo dos rendeiros dos engenhos edificadas na aldeia de Escada. 13/02/1861.

<sup>97</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 28; Ofício do Diretor Parcial da Aldeia de Escada, André Dias de Araújo, para o Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes. 02/04/1864.

<sup>98</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 10D/10E; Mapa nominal dos índios da aldeia de Escada, do secretário da aldeia, Tomaz Roiz Pereira. 1861.



Margarida Francisca, eram mães de seis e quatro filhos, respectivamente. Quando incluímos as respectivas esposas e filhos dos índios indicados no mapa, concluímos que a aldeia da Escada, neste período, contava com 292 indígenas, que segundo o mapa, moravam em diversos locais. Com uma diferença bastante considerável, os lugares que abrigavam o maior número de indígenas era o Arraial das Minas e o Engenho Cassupim, de propriedade do índio José Francisco Ferreira. Um aspecto importante nesse mapeamento foi constatar que boa parte dos índios em Escada estava concentrada nos engenhos. Seria trabalhando? É o que tentaremos responder no capítulo seguinte.

Nesse período em que os índios em Escada enfrentavam esbulhos de suas terras, arrendamentos não pagos, usurpadores ocupando cargos administrativos e políticos, os indígenas utilizavam diversas formas de resistência em uma tentativa de proteger o território da aldeia e a existência enquanto grupo. Uma situação ocorrida na década de 1860 ilustra uma das formas da resistência indígena. O Barão dos Guararapes, então Diretor Geral dos Índios, resolveu confrontar o rendeiro José Francisco de Farias Salles, dono dos Engenhos Sapucagi e Sapucagi de Cima, que se recusava a retirar suas plantações de cana das terras que pertenciam aos índios de Escada, mandando os índios arrancarem as canas.

O Barão acabou sendo preso “com um bando de índios” que haviam arrancado as canas do Tenente Farias Salles<sup>99</sup>. Porém o Barão logo foi solto e os índios continuaram presos sob os caprichos violentos do senhor Hollanda Cavalcanti, tendo resultado na morte do Maioral daqueles índios, Pedro Barbosa por Bexigas<sup>100</sup>. Apesar de no documento o Barão afirmar que os índios teriam retirado as canas por obediência, ficou evidente em vários momentos do nosso estudo, que os indígenas costumavam desobedecer ordens quando lhes era conveniente, levando-nos a inferir que a atitude dos índios não tenha sido meramente por submissão ao Barão, mas, sim, como uma forma de demonstrar a insatisfação com o plantio de cana em suas terras. Não foi obediência, foi resistência.

O fato de um índio ter falecido na cadeia por motivo de doença possibilita inferir como a população indígena era tratada com descaso, e sobre como era violentada e oprimida pelas autoridades que sabiam muito bem aproveitar-se dos seus poderes. Como afirmou o próprio Barão dos Guararapes, Escada era a “pior” delas, pois os esbulhos aconteciam com maior intensidade, e a violência por parte dos senhores de engenhos que também eram

---

<sup>99</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fls. 234-235v; Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha. 20/12/1860.

<sup>100</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 18v; Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha. 11/07/1861.

representantes das forças policiais, em vários casos, contribuíam para que esses esbulhos ocorressem como uma violência simbólica, mas também como violência física:

Nomeado imediatamente por sua majestade o Imperador, quando se achou nesta província, fui obrigado a aceitar o encargo, apesar da minha [sic]; porque previa todas as dificuldades, com que tinha de lutar; principalmente por causas da Aldeia da Escada que fora também motivo para a demissão do meu antecessor. Esta aldeia, a mais importante da província compreende terrenos de grande uberidade e subido valor, parte dos quais fora invadida pelos ereus confinantes, e outra dividida a título de arrendamento em propriedades de maior ou menor extensão; em muitos dos quais se levantaram engenhos, de que são senhores e possuidores ricos fazendeiros. Por essa distribuição mal calculada ficou restando aos índios, verdadeiros, e únicos proprietários desses terrenos, apenas uma pequena porção insuficiente para os seus trabalhos agrícolas. Neste estado achei eu os índios da Escada, cuja tutela me fora confiada pelo [sic] to chefe da nação. Para satisfação do meu encargo, tratei logo de melhorar a sorte dos meus tutelados, ano só pela conservação do terreno, que esses haviam deixado, e que continuava a ser invadido, como de elevar o arrendamento dos terrenos ocupados, cujo preço era sumamente baixo, a fim de acudir as suas necessidades, satisfazendo-os com esse rendimento, e com os foros das edificações na vila da Escada. Entretanto que eu assim procedia, convocando todos os posseiros para um novo arrendamento, todos concorreram, menos um, mas esse um que se mostrou remisso, era nada menos que o Delegado de Polícia e 1º suplente do Juiz Municipal do termo! Desde então não me foi mais possível nenhum acordo, porque as medidas [sic] que eu tomava respondia a polícia com violência, e até processos contra os pobres índios, sob pretexto de queixas dos ereus invasores, e outros caprichos desta ordem. No meio dessas violências, de prisões aberrarias etc [...]<sup>101</sup>

Na década de 1860, a povoação de Escada fora elevado à categoria de Vila, com a instalação da Câmara de Vereadores em 1854 (SILVA, 2011). A implantação da Estrada de Ferro Recife-São Francisco e a inauguração da Estação de Escada, em 1860, traziam novas perspectivas para a produção açucareira, e motivou a expansão do povoado que se se instalara ao redor da igreja onde foi a sede da missão religiosa junto aos indígenas (SILVA, 2011).

Com isso, como afirmou o Barão dos Guararapes, os terrenos próximos à estação da via férrea passaram a custar um alto preço, aguçando ainda mais a ganância dos fazendeiros<sup>102</sup>. Porém não fora só a ganância dos fazendeiros que aumentou diante do crescimento do povoado e da instalação da via férrea, a Câmara também solicitava constantemente as terras da aldeia para seu patrimônio, alegando que os índios estariam

---

<sup>101</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fls. 17v-18; Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha. 11/07/1861.

<sup>102</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 47; Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha. 11/07/1861.

“desaparecendo” e que restava um número “diminuto” de índios que poderiam sobreviver tranquilamente sem os recursos recebidos pelos arrendamentos dos terrenos da Vila<sup>103</sup>.

Em 1868, o índio Manoel Inácio da Silva, casado e com quatro filhos menores, dirigiu ao Presidente da Província uma petição em nome de sua família e de seus companheiros aldeados da Freguesia da Escada, solicitando providências “a fim de que não sejam ele e seus companheiros esbulhados dos terrenos, que possuem na referida freguesia, conhecidos com a denominação de a Propriedade das Minas”<sup>104</sup>. Reclamava ainda o indígena que além do senhor do Engenho Amizade ter-lhes deixado apenas uma pequena “área mesquinha” de terra, construiu no terreno um açude cujas águas represadas prejudicavam suas plantações e dos demais índios da aldeia, além de os ameaçar, afirmando que iria se apossar de todo o resto do terreno e colocar nele “moradores seus”<sup>105</sup>. Nesse caso, observamos um outro tipo de resistência; se no exemplo anterior os índios usaram de um meio mais drástico, arrancando a cana que invadia o território da aldeia, nesse caso, usaram dos meios legais e administrativos para expressarem a insatisfação e tentar solucionar a dificuldade enfrentada.

Em 1857 a oligarquia açucareira em Escada era formada por “um grupo de oito famílias inter-relacionadas” (SILVA, 1995, p. 46). A Família Lins de origem portuguesa que chegara ao Brasil no início do século XVIII era proprietária de 30 engenhos só em Escada. A Família Pontual possuía 17 engenhos e um sítio, os Santos 16 engenhos, os Velloso da Silveira 12 engenhos e um sítio, a Família Dias, assim como os Barros e Silva, eram proprietárias de 9 engenhos, os Alves da Silva e os Siqueira Cavalcante possuíam 5 engenhos cada; a Família Araújo, da qual fazia parte o Diretor Parcial da Aldeia da Escada, André Dias de Araújo, era proprietária de “11 plantações” (SILVA, 1995, p. 46). Os esbulhos nas terras da Aldeia da Escada na década de 1860 eram um caos para os índios, que procuravam de todas as formas possíveis resistir e se manter no comando de suas terras.

O Barão de Guararapes defendia, diante de toda essa situação, a demarcação das terras do aldeamento, na qual uma parte das terras seria distribuída em lotes individuais para os índios e outra parte em terrenos que deveriam ser arrendados aos senhores de engenhos e aos posseiros que pudessem pagar, para o dinheiro ser destinado as demais aldeias nas províncias. É importante ressaltar que tal desejo do Barão de Guararapes implicava na extinção do

---

<sup>103</sup> APEJE, Série Câmara Municipal, vol. 43, fl. 52; Ofício da Câmara de Escada ao Presidente da Província. 12/02/1860.

<sup>104</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 40; Petição de Manoel Inácio da Silva, índio da aldeia de Escada, para o Presidente da Província. 28/11/1868.

<sup>105</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 40; Petição de Manoel Inácio da Silva, índio da aldeia de Escada, para o Presidente da Província. 28/11/1868.

Aldeamento da Escada. Afirmava ainda o Barão dos Guararapes em Ofício ao Presidente da Província: “Julgo necessário encarecer importância e urgente necessidade de se realizar logo essa demarcação porque isso é por todos reconhecidos e sabiamente já assim o reconheceu o Governo Imperial”<sup>106</sup>.

No mesmo ano desse Ofício, em 1861, Manoel Valentim dos Santos<sup>107</sup>, acompanhado do índio Jacinto Pereira da Silva, viajou pela primeira vez à Corte no Rio de Janeiro para solicitar providências ao Governo Imperial, sugerindo a transferência dos índios da aldeia da Escada para o Riacho do Mato (SILVA, 1995). O Governo concordou com a solicitação, e prometeu na ocasião a instalação de uma nova aldeia naquela localidade. Embora tenha ocorrido a transferência, não foi reconhecida oficialmente, e por essa razão, até fins do Século XIX, autoridades questionavam a credibilidade do “novo aldeamento”, como é possível observar na documentação pesquisada.

O processo de demarcação da aldeia não foi facilmente realizado, pois os senhores de engenhos e posseiros impediram o quanto puderam. Na década de 1860, os índios que antes se mobilizavam para permanecerem enquanto grupo buscavam garantir o direito que lhes cabia naquele momento: um pedaço de terra para trabalhar e viver com a família. Mas até mesmo este direito os senhores de engenho queriam lhes roubar, a ganância parecia não ter limites.

O Maioral Manoel Valentim dos Santos, tem razão no que representa a Vossa Excelência. Os denominados posseiros têm, na verdade, interrompido a demarcação ordenada por essa Presidência; e os encarregados dela, mediante alguma pechincha, vão acudindo ao querer dos mencionados posseiros, sem atenderem às reclamações dos índios, que me parecem justas. O aldeamento não compreende à margem do Jacuípe, torna-se improficuo; porque os outros ribeiros secam pelo verão; e de mais ficam os ditos índios privados de um dos recursos que eles mais apreciam, o da pesca; Portanto, suplico a Vossa Excelência, que se digne de providenciar de maneira, que a demarcação compreenda a margem do Jacuípe, e sejam arrendados da compreensão das terras da aldeia esses pretendidos posseiros, cujo direito não o percebo, sendo o terreno do Estado. Creia Vossa Excelência que os pobres sofrem uma guerra terrível! Acusam-nos de fatos imaginários, somente pela inveja que se apresenta em oposição aos índios, é gente que nada vale [...] A verdade é, excelentíssimo senhor, que eles estão fazendo negócio, em detrimento dos pobres índios, e ao mesmo tempo iludindo às vistas benéficas do Governo, de cuja confiança abusam com o maior cinismo. Quase todos esses sujeitos que se encarregam de comissões semelhantes, é logo com o intuito de fazerem ganância; e entretanto embalam o Governo com participações lisonjeiras, e ao mesmo tempo inexatas. Finalizo, rogando a Vossa Excelência que tome em consideração aquela

---

<sup>106</sup> APEJE, Série Diversos II, Vol. 19, fl. 4; Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província. 13/02/1861.

<sup>107</sup> Índio da Aldeia da Escada que vem a se tornar Maioral da Aldeia do Riacho do Mato, como veremos adiante.

demarcação, mandando uma pessoa imparcial observá-la; aliás os índios ficarão mal colocados<sup>108</sup>.

Como afirmava o Diretor Geral dos Índios em 1869, o Barão de Buíque, apesar de ter sido ordenada a demarcação de terras para índios de Escada, os esbulhos continuavam, pois os senhores de engenho prejudicavam o processo; e os responsáveis pela medição e distribuição dos lotes estavam corrompidos e favoreciam os “senhores da terra” e posseiros que lhes dessem algum dinheiro. Mas com todos esses empecilhos, a demarcação iniciou-se a partir de 1870.

De acordo com o relatório sobre a extinta aldeia de Nossa Senhora da Escada, em 1870 iniciavam-se os trabalhos de exploração do perímetro do aldeamento, calculando a superfície em 63.148.476 m<sup>2</sup> ou 13.047.205<sup>2</sup> braças quadradas e 78 centésimos. Em seguida, foram legitimadas as posses existentes, dentre as quais, parte dos engenhos denominados Harmonia e São Vicente pertencentes aos herdeiros do Barão da Escada.<sup>109</sup> Além dos engenhos, foram ainda legitimados vários sítios, e existiam ainda os terrenos onde estava edificada a cidade, que foram verificados pelo Procurador Fiscal da Tesouraria de Fazenda, a fim de serem incorporados aos próprios nacionais,<sup>110</sup> como previsto na legislação em vigor.

Quanto à fertilidade dos mencionados terrenos, afirmava o relatório serem extremamente abundantes para qualquer gênero de lavoura, principalmente da cana, pois não eram alagados e nem montanhosos. Tinham muita pouca elevação e eram regados pelo rio Ipojuca, com grande quantidade de riachos. Enfim, afirmava ainda o relatório que para ter uma ideia do valor desses terrenos, bastava observar a quantidade de estabelecimentos que neles existiam; e que o Governo imperial havia mandado permutar a Aldeia da Escada pelo Riacho do Mato, a fim de que se deixasse desenvolver a agricultura naquele lugar, pois a estrada de ferro Recife/São Francisco o atravessava de um lado a outro.<sup>111</sup>

Com as informações sobre o processo de demarcação na Aldeia da Escada, percebemos que vários engenhos e sítios foram reconhecidos e legitimados no processo, prejudicando, dessa forma, os indígenas, tendo ficado vários sem um pedaço de terra, e por isso migrado, ainda que contra sua própria vontade, para o Riacho do Mato. Um Ofício do

---

<sup>108</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 128-128v; Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Caboim, para o Presidente da Província, Conde de Baependy. 15/03/1869.

<sup>109</sup> APEJE, Série Registro de Terras Públicas, vol. 17, fls. 377-378. Relatório sobre a extinta Aldeia de Nossa Senhora da Escada. 1858-1878.

<sup>110</sup> APEJE, Série Registro de Terras Públicas, vol. 17, fl. 380-380v. Relatório sobre a extinta Aldeia de Nossa Senhora da Escada. 1858-1878.

<sup>111</sup> APEJE, Série Registro de Terras Públicas, vol. 17, fl. 380v. Relatório sobre a extinta Aldeia de Nossa Senhora da Escada. 1858-1878.

Diretor Geral Interino dos índios para o Presidente da Província, no mesmo ano do relatório sobre a demarcação, confirmou a realização “oficial” desses esbulhos:

Apenas sei que o Governo imperial permutou com os índios as terras da Aldeia da Escada por igual terreno no Riacho do Mato, e que ordenou a demarcação daquele mesmo terreno. Veio um Juiz Comissário e um piloto, e fizeram a demarcação, bem que mal feita, por reconhecer posseiros dentro da área destinada aos índios, sobre o que reclamei, e increpei o dito Juiz Comissário [...]<sup>112</sup>

Essa situação, em que se reconhecera a maioria dos engenhos e vários posseiros, fez com que, apesar de revogada a mudança dos índios para o Riacho do Mato, muitos permanecessem naquele local, uma vez que ficaram sem terra na Aldeia de Escada, com a demarcação que os desfavorecia. O interesse do Estado não era unicamente incluir os índios à sociedade nacional, mas também visava as vantagens econômicas que traria “entregando” aquelas terras férteis e propícias à cana-de-açúcar para que os senhores de engenho multiplicassem sua produção e contribuíssem com a economia da Província de Pernambuco.

Segundo a documentação pesquisada, os engenhos do índio José Francisco Ferreira foram legitimados, ele não fora desfavorecido como muito de seus “parentes”. Afinal, ele contribuía com a economia açucareira tão valorizada pelo Império. No meio de tantas incertezas, a convicção de que o critério para demarcação e distribuição dos lotes da Aldeia de Escada não visava manter os índios nas terras de seus antepassados, mas o lucro que isto podia trazer a Pernambuco, por este motivo, o índio produtor de açúcar, José Francisco Ferreira, não estava entre os muitos índios, que sem lugar em Escada, mudaram-se para o Riacho do Mato.

A vida dos índios que optaram pelo Riacho do Mato<sup>113</sup>, ou que foram para aquele local por necessidade, não era muito diferente do que vivenciavam em Escada; os esbulhos também ocorreram naquelas nas novas terras que habitavam. Tratava-se de uma região com matas ainda fechadas e de difícil acesso, motivo pelo qual aquele local fora escolhido por Vicente Ferreira de Paula para refúgio dos Cabanos. Talvez por isso o índio Manoel Valentim, que quando jovem foi um fiel seguidor do líder Cabano Vicente de Paula, tenha sugerido e tomado a frente da mudança dos aldeados em Escada para o Riacho do Mato; além de motivações pessoais, pois de acordo com vários documentos, Valentim negociava madeiras

---

<sup>112</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 152. Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Frederico de Almeida e Albuquerque. 15/01/1870.

<sup>113</sup> Os índios se encontravam em posse das terras no Riacho do Mato desde 1858, embora o movimento de chegada de índios da aldeia da Escada para essa “nova” aldeia tenha ocorrido de forma gradativa e se intensificado em finais da década de 1860 (APEJE, 1870).

daquela Mata, rica em diversas espécies inclusive do pau-brasil. Em 1869, pouco antes da migração dos índios de Escada, intensificaram-se as denúncias contra Valentim. O Inspetor de quarteirão do Riacho do Mato denunciou o índio e Maioral da Aldeia do Riacho do Mato, Manoel Valentim, para o Diretor Parcial da Aldeia do Riacho do Mato:

Pela ordem de Vossa Senhoria mandada ao senhor Manoel Valentim dos Santos, não apresentou-me e dando-me presente o índio José Peixoto da Silva, bocalmente foi logo imediatamente com 4 a 5 praças, à beira do rio, e achando, dez dúzia de tábuas, e dez tábuas de louro, e quatro dúzia e duas tábuas de amarelo e 4 tábuas de cedro, no rio, estas estão presas a designação de Vossa Senhoria, e no estaleiro 22 pranchões de amarelo, e 2 de louro, o não contei as dúzias das que estão do estaleiro, porque há motivo, e todas as madeiras e que há, o dono delas é o senhor Manoel Valentim, e que há dois a três anos devora as matas, com jangadas e pranchões, dizendo e que esta em sua propriedade, e por isso relaxou a ordem de Vossa Senhoria e que depois da honrada ordem, as foi vendê-las, porque é muito desobediente, e trata mal as autoridades policiais e competentes.<sup>114</sup>

De acordo com a denúncia apresentada, além de Manoel Valentim estar com madeiras sem autorização, era desobediente e tratava mal as autoridades policiais e competentes. As acusações contra Valentim foram muitas; no entanto, este sempre se defendia, de modo a ser muito difícil saber a veracidade das acusações. Mas, devido à abundância de madeiras naquele local e as repetidas denúncias contra Valentim, algo nessas denúncias possivelmente era verdade. Ao longo da segunda metade do Século XIX não era segredo para ninguém, muito menos para as autoridades da Província, que o líder indígena promotor da remoção dos índios de Escada para o Riacho do Mato – Manoel Valentim dos Santos – vivia da exploração e do comércio de madeiras naquela região, que no dezenove encontrava-se com densas florestas (FERREIRA, 2006).

Além da abundância em madeiras, o lugar que o índio Valentim escolheu morar com sua família desde 1859 ficava distante sete léguas da Colônia Militar de Pimenteiras. Considerado um quarteirão do distrito da mesma, o lugar denominado Riacho do Mato estava, portanto, situado em terras do Estado, às margens do rio Jacuípe, fronteira com a Colônia Militar Leopoldina na Província das Alagoas (SILVA, 1995). Área irrigada por riachos, a exemplo do próprio Riacho do Mato que denominava o lugar, possuindo também um “solo fertilíssimo”, propício à cultura da mandioca, arroz, feijão, milho, cana e algodão, além de um bom “barro” empregável em edificações<sup>115</sup>. Justificando assim os esbulhos dos índios,

---

<sup>114</sup> APEJE, Diversos II, vol. 19, fl. 136. Ofício do Inspetor de Quarteirão do Riacho do Mato, Manoel Antônio de Araújo, para o Diretor Parcial da aldeia do Riacho do Mato, Manoel Simões Ferreira Braga. 02/05/1869.

<sup>115</sup> APEJE, Série Colônia Diversas, vol. 1, fls. 95-96; Ofício do Diretor da Colônia Militar de Pimenteiras, ao Presidente da Província. 06/04/1859.

posteriormente também nesse “novo” aldeamento: a terra era fértil e propícia para o plantio da cana.

Em uma Petição, endereçada diretamente para o Imperador Dom Pedro II, Manoel Valentim cobrava providências aos esbulhos que os índios enfrentavam no Riacho do Mato, afirmando que “intrusos posseiros que com violência e capitaneados pelo novo Diretor Lourenço de Sá para afugentá-los das propriedades que possuem etc. desarranjando assim mais de 200 famílias agrícolas”<sup>116</sup>. Diante desse quadro, Valentim usou de diversas formas para resistir a estes esbulhos e garantir que as terras continuassem em posse dos índios. Utilizando-se de alianças com pessoas respeitadas e de influência, pedindo a estas atestados que comprovassem serem os índios pessoas pacatas, que cumpriam a lei e que eram trabalhadores. Um exemplo foram os atestados concedidos pelo Padre Ivo José Pereira da Costa e das demais pessoas que testemunharam uma agressão ao Maioral Valentim, quando saía da missa. Como Valentim era bastante acusado, procurou comprovar que nesta confusão teria sido vítima. E para isso recorreu a estes atestados que afirmavam Valentim falar a verdade<sup>117</sup>.

Em 1872, Manoel Antônio de Araújo e Manoel Galdino da Silva, índios da Aldeia do Riacho do Mato, enviaram ao Imperador uma petição onde se queixavam de esbulhos. Diziam:

Senhor! Os índios da Aldeia do Riacho do Mato, por seu procurador e maioral, vêm representar a Vossa Majestade Imperial a injustiça que estão sofrendo dos esbulhadores da mesma aldeia, que sem direito de domínio nem mesmo de posse têm esbulhado os suplicantes da área da aldeia, que o Governo de Vossa Majestade Imperial concedeu e ordenou a demarcação para livrá-los de conflitos. Cansados os suplicantes de esperar providências das autoridades como [sic] estão convictos de que [sic] protegidos nos seus direitos de propriedade. Esperam que Vossa Majestade Imperial protetor como é dos desvalidos, e reto na distribuição da justiça como por imensos atos têm provado, mande livrar os suplicantes das injustiças e perseguições de que estão sendo vítimas<sup>118</sup>.

Portanto, observamos nessas formas de resistências, tanto dos índios da Aldeia da Escada como posteriormente no Riacho do Mato, a *teatralização*. Todos nós, enquanto agentes sociais, estamos encenando, os que detêm o poder representam majestade, luxo e riqueza; e os pobres encenam o seu contra-teatro, ou seja, o inverso: protestos, pobreza e o ridículo (THOMPSON, 2001). Enquanto os senhores do açúcar atuavam socialmente de

---

<sup>116</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 88; Petição do Maioral da aldeia do Riacho do Mato, Manoel Valentim dos Santos, para o Imperador D. Pedro II. 14/04/1866.

<sup>117</sup> APEJE, Série Petições Índios, fls. 114-115. Requerimento de Manuel Valentim dos Santos, em Riacho do Mato, ao Capelão da Col. Leopoldina, encontrando-se os atestados anexados ao requerimento. 27/12/1869.

<sup>118</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl.119-119v. Petição de Manoel Antônio de Araújo e Manoel Galdino da Silva, índios da aldeia do Riacho do Mato, para o Imperador D. Pedro II. 24/03/1872.



forma teatral, os indígenas atuavam num contra-teatro, quando precisavam recorrer a meios burocráticos e formais, ou quando usavam de medidas mais drásticas como quando arrancaram as canas dos invasores em suas terras e acabaram presos. Se em determinado momento pediam atestados às alianças que construíam, em outro momento mudavam a encenação e partiam para o “ataque”. O teatro não é estático, assim como também não são as relações sociais. De acordo com a situação e o momento, os índios encenavam um teatro distinto, aquele que acreditavam ser mais útil e eficaz.

Fossem ações coletivas ou ações individuais, geralmente estas por meio de petições que denunciavam as invasões de suas terras, os índios resistiram, persistiram o quanto puderam, fizeram o que era possível para permanecerem existindo enquanto grupo, e por aquilo que lhes pertencia por direito: a terra. Foi primordial em todo esse processo o índio e Maioral do Riacho do Mato, Manuel Valentim dos Santos. Perseguido, Valentim não se intimidou, viajou quatro vezes à Corte no Rio de Janeiro para representar seu povo e exigir providências a respeito dos esbulhos que enfrentaram com frequência. Em sua atuação, para além de reivindicar os direitos dos aldeados no Riacho do Mato, Valentim exigia o reconhecimento dos direitos indígenas no século XIX.

Apesar da resistência dos índios, por ato publicado em 1873, o Presidente da Província resolveu “extinguir” os Aldeamentos de Barreiros e do Riacho do Mato, e mais uma vez determinou a medição e demarcação em lotes das tais terras dos referidos aldeamentos para as famílias indígenas, onde seriam “respeitados os direitos dos aldeados”; o restante das terras seriam “vendidas” em hasta pública (SILVA, 1995, pp. 99-100). Porém, como está registrado na documentação pesquisada, só foram respeitados os direitos de uma parte dos aldeados. Os motivos eram diversos para justificar o não recebimento de lotes por alguns índios, mas a principal “desculpa” das autoridades era colocar em dúvida a indianidade dos indivíduos, afirmando estarem misturados e que por não serem mais índios, não teriam direito ao lote de terra.

No início do mês de junho de 1875, foram iniciados os trabalhos de reconhecimento do perímetro do Aldeamento do Riacho do Mato, calculando a sua superfície, se achou que continha 54.050.296,55 m<sup>2</sup> ou 11.167.416, 64<sup>2</sup> braças quadradas. Em continuação, foram medidos e demarcados 228 lotes, sendo 77 lotes distribuídos aos índios e suas famílias, perfazendo um total de 243 indivíduos. Intitularam-se como posseiros os indivíduos Manoel Gomes da Silva, Francisco Jatobá Canuto, Caetano Delfino Monteiro de Carvalho e outros, porém suas posses não foram consideradas legítimadas pela demarcação.

A posse denominada Sertãozinho foi respeitada por ter sido demarcada por ordem do Ministério da Agricultura, porém, mesmo assim, foi cortada pela metade.<sup>119</sup> Porém, em 1878, por ordem do Presidente da Província, foi inaugurada naquele lugar uma nova colônia com a denominação de Colônia Socorro, a fim de auxiliar os retirantes foragidos da famosa grande seca do ano anterior<sup>120</sup>, aproveitando-se os lotes desocupados para esse fim.<sup>121</sup> Esta decisão prejudicaria os indígenas, pois, com o passar dos anos, os “retirantes” foram avançando sobre as terras que pertenciam aos índios como denunciara mais tarde Manuel Valentim.

Portanto, ficou evidente o quanto os índios resistiram, seja em Escada ou posteriormente no Riacho do Mato. Procuramos apontar as diferentes formas de resistência e o processo histórico vivenciado nas mobilizações para garantir a posse da terra. A terra que não só possuía um sentido afetivo e religioso, mas era também a sua maior fonte de renda. Terra e trabalho são questões que estão intimamente ligadas, e será o que discutiremos no capítulo a seguir, após evidenciarmos o contexto em que os índios estavam inseridos em meio à sociedade do açúcar na Zona da Mata Sul de Pernambuco no Século XIX.

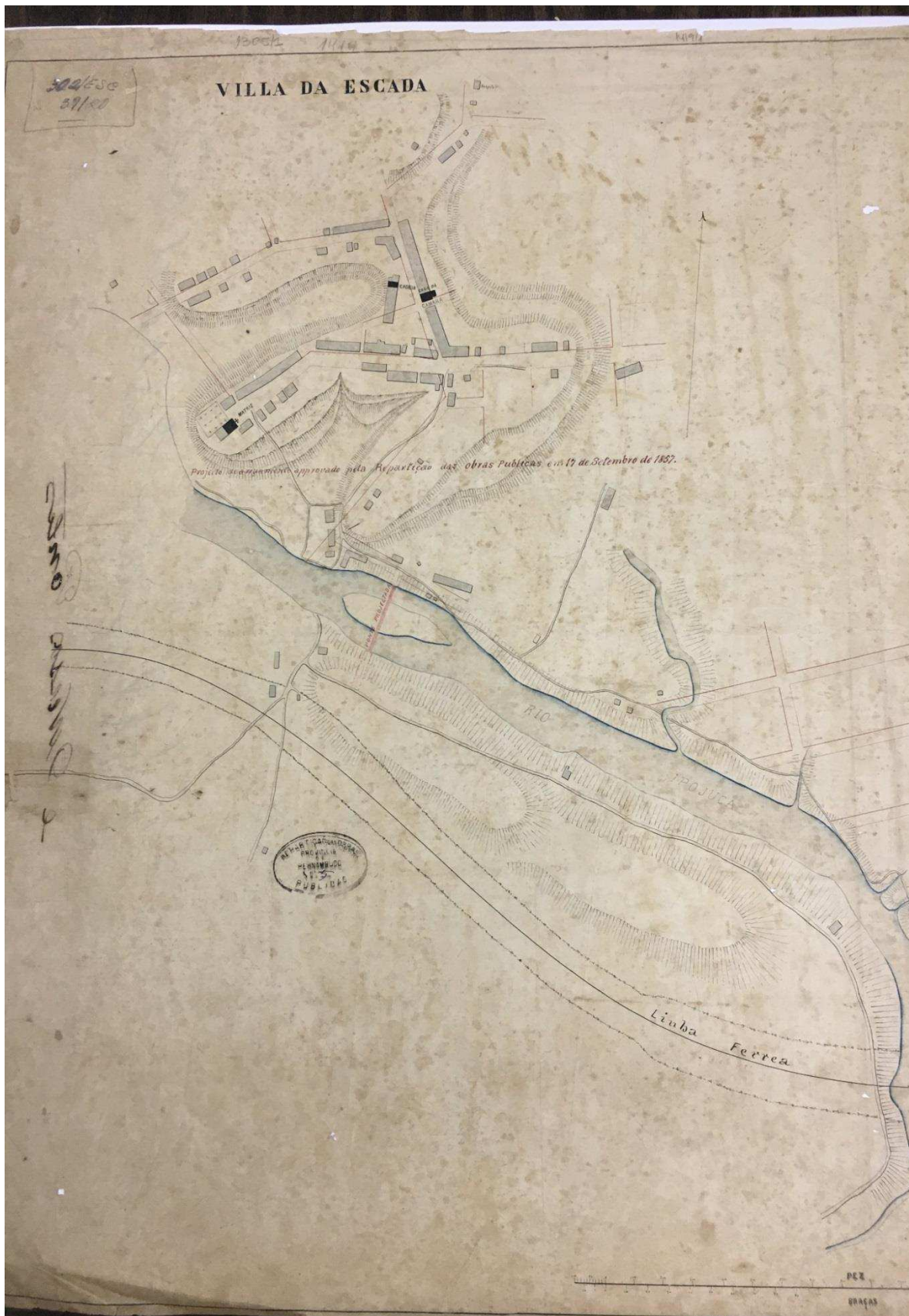
---

<sup>119</sup> APEJE, Série Repartição de Terras Públicas, fl. 388; Relatório sobre a extinta aldeia do Riacho do Mato.

<sup>120</sup> Refere-se à grande seca de 1877.

<sup>121</sup> APEJE, Série Repartição de Terras Públicas, fl. 388v; Relatório sobre a extinta aldeia do Riacho do Mato.

Figura 8 - Mapa da “Villa da Escada” datado de 1857



Fonte: APEJE

## **CAPÍTULO III: DISCUTINDO TRABALHO INDÍGENA EM PERNAMBUCO: ESCADA E BARREIROS**

### **3.1) POVOS INDÍGENAS, TERRA E TRABALHO NA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS**

A segunda metade do século XIX teve vários marcos históricos importantes que interferiram no mundo do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, incluindo os indígenas. Inicialmente, é muito importante lembrar da Lei de novembro de 1831, que declarou livre os escravos importados da África, revogando em definitivo a escravidão indígena no Brasil. No entanto, essa Lei na prática não funcionou, pois cerca de 42% das importações de africanos para o Brasil, em 300 anos de tráfico negreiro, ocorreram apenas na primeira metade do século XIX (CHALHOUB, 2012). Não foi diferente com a escravidão indígena, uma vez que eram encontrados escravos índios até pelo menos 1850 na Corte (CUNHA, 2015), e até mesmo posteriormente a essa data<sup>122</sup>, na Zona da Mata Sul pernambucana, região que como já mencionado anteriormente, reunia grande quantidade de engenhos de cana-de-açúcar. John Monteiro, ao estudar a escravidão indígena, ainda no século XVI, já destacava a relação entre escravização indígena e o desenvolvimento dos engenhos de fazer açúcar, ressaltando a importância de índios escravizados na economia açucareira (MONTEIRO, 1994). Porém com isso não se pode afirmar que a referida Lei não teve importância alguma, longe disso, causou um grande impacto no período, tendo funcionado plenamente ou não.

A incorporação dos índios ao mercado de trabalho acabou sendo uma necessidade do Estado e dos particulares. Os índios aldeados tornaram-se uma alternativa viável para os problemas do Império, entre eles, a necessidade de mão de obra para realizar as obras públicas e uma “ajuda” aos particulares que dependiam da mão de obra escrava, pois devido à referida ilegalidade do comércio de escravizados a partir da Lei de 1831, apesar de não ter faltado escravos, o preço subiu. A restrição ao trabalho escravo na segunda metade do século XIX exigiu uma adaptação no mercado, e passou-se a recorrer com maior intensidade ao trabalho indígena.

---

<sup>122</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 111; Ofício do Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província, Benevuto Augusto de Magalhães. Lage. 20/11/1857.

Em 1845, o Governo Imperial definiu sua política indigenista por meio do Regulamento das Missões, sendo a característica principal dessa “nova política” a retomada das normas do Diretório Pombalino com o objetivo central de integrar o índio à sociedade nacional (SAMPAIO, 2003, pp. 135-136). Cinco anos depois, em 1850, foi promulgada a Lei de Terras para regulamentar os territórios. Essa medida afetou os povos indígenas, pois os aldeamentos foram aos poucos oficialmente extintos, e suas terras transferidas para mãos de grandes proprietários e “nacionais comuns”, antigos invasores das terras dos aldeamentos. Além disso, a escravidão tornou-se cada vez mais restrita, pois em 1871, com a Lei do Ventre Livre, declarou-se livre os filhos de escravizados a partir daquela data. E posteriormente, em 1888, foi decretado o fim oficial da escravidão. Como a escravização de africanos tornou-se algo cada vez mais difícil, os senhores de terras acabaram recorrendo à escravidão indígena ou ao trabalho livre indígena, com maior frequência e intensidade.

A segunda metade do século XIX também foi um período de expansão das fronteiras do Império, de formação de uma sociedade nacional; e na Zona da Mata Sul pernambucana ocorreu em grande número a ampliação dos engenhos de cana-de-açúcar e da malha ferroviária. Nesse cenário um personagem vai ser fundamental: o trabalhador. Existiu um discurso impositivo, elaborado por autoridades e intelectuais do período, afirmando que por meio do trabalho se formavam cidadãos e se conseguia civilizar os indígenas. Um discurso sintonizado com a organização econômica do período, pois se precisava de trabalhadores para atuar na construção das ferrovias, nas obras urbanas, nos engenhos e na agricultura de subsistência. O General Couto de Magalhães, sócio do IHGB<sup>123</sup> (Rio de Janeiro), a pedido do Imperador D. Pedro II, em 1876, elaborou uma espécie de guia para aprender a língua Tupi, e descreveu as origens, os costumes e religião dos “selvagens” índios para contribuir com a biblioteca americana da Exposição Universal da Filadélfia. O texto tornou-se um livro intitulado *O selvagem*, onde é possível observar muito do pensamento no Oitocentos a respeito das relações entre os povos indígenas e o trabalho:

À vista destes fatos, cujo exame está ao alcance de todos, e que já teriam sido observados se não tivéssemos um gosto decidido para examinar as coisas da França, Inglaterra e Estados Unidos, com preterição do estudo de nosso país e de nossas coisas; à vista destes fatos, as pessoas que se ocupam de resolver o difícil e importantíssimo problema de braços para utilizar as riquezas quase infinitas deste solo, onde tudo é grande, exceto o homem; à vista destes fatos estou autorizado a concluir: o braço indígena é um elemento que não deve ser desprezado na confecção e preparo da riqueza pública. (MAGALHÃES, 1975, p. 69).

---

<sup>123</sup> Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Para Couto de Magalhães, o Brasil teria que se decidir entre exterminar os indígenas ou civilizá-los, sendo a segunda opção a mais vantajosa, pois se gastaria bem menos e ainda poderia aproveitar os braços desses índios que seriam incorporados aos nacionais. Além de o extermínio representar o não aproveitamento da mão de obra indígena, ainda seria uma atitude que fugia à moral. Dessa forma, além de civilizá-los ser a decisão moralmente correta, era a que traria um maior aproveitamento econômico, pois ganharíamos “um milhão de braços aclimados e utilíssimos” (MAGALHÃES, 1975, p. 8). Couto de Magalhães não via o desenvolvimento da agricultura e da econômico no Brasil em geral sem a integração do índio à sociedade nacional como trabalhador.

Na segunda metade do século XIX, o governo central buscava fazer funcionar os quatro pilares de sustentação do Estado Nacional em formação: consolidação das fronteiras territoriais, policiamento nas áreas de conflito, formação de mão de obra, e distribuição de terras para povoamento de novos colonos (SILVA, 2016, p. 127.) Os índios foram fundamentais para os três primeiros pilares, pois atuavam como mão de obra nos serviços militares, ajudando a vigiar as fronteiras e policiando as áreas de conflitos, tendo sido a Zona da Mata Sul palco de diversos deles, como vimos de forma mais detalhada no primeiro capítulo. Os aldeamentos garantiam a segurança do espaço no qual se instalara, por isso estavam em pontos estratégicos que visavam tanto à seguridade do local, como atender a uma demanda de mão de obra. O espírito da ordem que deveria reinar nas colônias<sup>124</sup> serviria de exemplo aos aldeamentos a serem transformados em núcleo de trabalhadores<sup>125</sup>. Os aldeamentos eram como uma espécie de reserva de mão de obra, onde o Estado solicitava seus habitantes para serviços militares, para obras públicas, além de servirem também aos particulares na região, geralmente para o trabalho agrícola. Portanto, ser índio aldeado em meados do Oitocentos significava estar submetido a uma nova forma de trabalho, na qual se tinha uma nova lógica de produção, com uma nova visão sobre o tempo.

A nova forma de trabalho a qual os índios eram submetidos ao aldear-se ia de encontro ao seu modo de vida anterior, ou seja, aos seus costumes. Afetava não só os seus rituais, mas a sua lógica de tempo, que era ditado pela natureza, e posteriormente passou a ser ditado por uma lógica que deveria atender ao mercado crescente da época. Thompson, ao estudar a

---

<sup>124</sup> Na segunda metade do século XIX, quando ocorreu o processo de formação do Estado Nação, no governo de D. Pedro II, criou-se colônias agrícolas-militares com o objetivo de fortalecer a política centralizadora do Império e garantir segurança de suas fronteiras. A ordem era povoar para produzir e policiar para pacificar. O documento citado refere-se à Colonia Leopoldina (1850), que fazia fronteira com o Aldeamento do Riacho do Mato, e tinha como um de seus principais pilares incentivar o trabalho agrícola (SILVA, 2016).

<sup>125</sup> APEJE, Diversos II, vol. 10, fl. 163. Ofício do Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província, José Antônio Saraiva. Recife, 24/02/1859.

mudança na concepção do tempo na Inglaterra após a Revolução Industrial, abordou a diferença de concepção do tempo para os camponeses e para aqueles que passaram a lidar com o tempo medido pelo relógio.

Sem dúvida, esse descaso pelo tempo do relógio só é possível numa comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima, e na qual as tarefas diárias (que podem variar da pesca ao plantio, construção de casas, remendo das redes, feitura dos telhados, de um berço ou de um caixão) parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador. Mas a descrição de Synge serve para enfatizar o condicionamento essencial em diferentes notações do tempo geradas por diferentes situações de trabalho, e sua relação com os ritmos “naturais”. É óbvio que os caçadores devem aproveitar certas horas da noite para colocar as suas armadilhas. Os pescadores e os navegantes devem integrar as suas vidas com as marés (THOMPSON, 1998, p. 271).

A realidade desses camponeses em muito assemelhava-se a dos índios antes de entrarem na lógica do aldeamento, pois não existia para ambos a ideia de ter um compromisso com hora marcada, por exemplo, ou de punição caso não chegassem no trabalho na hora exata, ou ainda, se não desempenhassem o trabalho requisitado no tempo estimado. Os índios dentro dos aldeamentos passavam a seguir horários estipulados por aqueles que estavam “responsáveis” pelo aldeamento, como os Diretores Parciais, apesar de entendermos que havia resistência e muito embate entre eles. Mas o fato é que dentro do aldeamento, na primeira metade do século XIX, seguiam uma lógica de tempo ainda adaptável, pois trabalhavam com agricultura, faziam seus artesanatos, caçavam e pescavam, ou seja, dentro do aldeamento, apesar de já possibilitar uma mudança de tempo, a maioria dos índios ainda trabalhava com atividades em que o tempo se apresentava de forma mais maleável se compararmos com quando começaram a ser solicitados com bastante frequência para obras públicas na segunda metade do século XIX. Ao serem enviados para obras públicas ou para serviço de particulares, lidavam diretamente com um patrão responsável, que tinha provavelmente um tempo limite para entregar a obra finalizada, e que por isso precisava que o tempo fosse utilizado de forma corrida, produtiva.

Essa mediação incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo e sim o gasta (THOMPSON, 1998, p. 272).

Os índios aldeados no século XIX, e principalmente os que viveram na segunda metade do Oitocentos, não enfrentavam apenas a mudança na forma como lidar com o tempo,

mas também outras várias mudanças devido à relação que o aldeamento mantinha com a estrutura política e econômica da Província. Esses índios passaram a ter que lidar com órgãos como a Diretoria Geral dos índios e com o poder político e econômico local. E o que esses seguimentos queriam dos indígenas era bem evidente: inseri-los em uma economia de mercado. Visualizamos, então, uma tensão em meados do Oitocentos, pois havia o que chamaremos aqui de uma *produção de aldeamento* e uma *produção moderna*, ambas dividindo o mesmo espaço político e econômico. Esses dois tipos de economia e de produção eram antagônicos e por este motivo geravam bastantes conflitos entre os índios aldeados e o Estado. Enquanto a economia de aldeamento se dedicava a uma produção interna, ou seja, com objetivo de atender às demandas do próprio aldeamento, e a uma comercialização dos produtos a nível local, a economia externa a ele se dedicava ao mercado, principalmente de exportação, desejando, portanto, uma produção de monocultura e em larga escala. A economia de aldeamento, diferentemente da de mercado, afetava menos o modo de vida dos indígenas, pois o tempo, como falado anteriormente, era mais maleável.

Entendeu-se que a economia de aldeamento reservava tempo para outras formas de produção, como, por exemplo, a formação e iniciação das crianças nas práticas ritualísticas –seguindo a referência do uso da jurema – e as possíveis obrigações realizadas pelos adultos. Quando a organização do trabalho destinava-se à comercialização em larga escala interferindo na organização econômica, mas, sobretudo social dos indígenas, desestruturando não só a forma de sustento do grupo, como também a manutenção e socialização do conhecimento tradicional (JÚNIOR, 2015, p.87).

É desse conflito que elaborou-se o discurso de que o índio é preguiçoso, pouco disposto ao trabalho, acomodado e sem ambição. Os órgãos estatais e também os intelectuais do Oitocentos que estavam ligados ao Estado, como o citado General Couto de Magalhães, por serem a favor de uma economia voltada para o mercado, produziram um discurso no século XIX que caracterizava os índios como incivilizados, preguiçosos e vadios, quando, na realidade, os indígenas trabalhavam, porém seguindo uma outra lógica. Em vários documentos, encontramos autoridades se queixando dos indígenas que se negavam ao trabalho, principalmente os Diretores, que tinham a função de enviar os índios ao trabalho em obras públicas, mas que por muitas vezes infringiam a lei e mandavam para particulares, ou até mesmo usavam a mão de obra em seu próprio proveito. Na década de setenta do Oitocentos, o Diretor Geral Interino dos índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, mandava um ofício para o então Presidente da Província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, em que afirmava que “os índios são inclinados a embriaguez, ao furto, e a devassidão; a preguiça os



domina;” e logo em seguida colocava que “os diretores parciais, ou se aproveitam de sua ignorância para os empregarem em seus serviços, ou deixam de tomar por eles interesse”<sup>126</sup>. No mesmo ano, Francisco Camboim enviava outro ofício ao Presidente da Província, comunicando que os índios eram “naturalmente inclinados ao furto, a crápula e a preguiça, e que os índios não se entregavam ao trabalho, a não ser quando incitados por alguma autoridade”<sup>127</sup>.

A importância do trabalho fez com que surgissem tanto discursos como os proferidos pelo Diretor Geral dos Índios, Francisco Camboim, quanto discursos opostos, que evidenciava os indígenas enquanto bons trabalhadores. Os Diretores Parciais também elogiavam a labuta dos índios, em muitas ocasiões, para conseguir obter vantagens para a aldeia, ou para si. Esses discursos variavam de acordo com os interesses de quem os proferiam. Na década de 1865, por exemplo, o então Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, afirmava em relatório ao Presidente da Província que os índios aldeados em Escada estavam realizando um “trabalho honesto e constante”<sup>128</sup>. Porém esse tipo de discurso advinha mais comumente dos próprios índios, que para reivindicar seus direitos, constantemente afirmavam serem trabalhadores, demonstrando consciência que ser trabalhador era um *status* social positivo, o que os ajudaria a ter suas solicitações atendidas. Em meados do século XIX, o índio Manoel Valentim dos Santos, ao solicitar para o Presidente da Província a demarcação da Aldeia Riacho do Mato, pediu para que ao final do documento fosse anexado um atestado feito pelo Capitão reformado do exército, Trajano Alípio de Carvalho Mendonça, comprovando que os índios do Riacho do Mato eram agricultores, e que estavam sempre dispostos a trabalhar para serviços públicos. Vejamos o referido atestado:

Atesto que o índio Manoel Valentim dos Santos, Maioral dos índios estabelecidos no lugar do Riacho do Mato, e seus companheiros vivem honestamente do produto de suas lavouras, que possuem em alta escala, e que em todo o tempo que exerci os cargos de diretor da Colônia Militar de Pimenteiras e Subdelegado de Polícia do mesmo distrito, sempre se comportaram bem, mantendo-se na aldeia a melhor ordem no sossego público; sendo que por serem muito obedientes e respeitadores das autoridades sempre lançava mão deles para as diligências públicas. Atesto mais que neste aldeamento composto de mais de cem famílias, há numerosas choupanas, e algumas casas de telha em arruamento, o que tudo afirmo debaixo de palavra de

---

<sup>126</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 175v. Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Diretoria Geral dos Índios, 15/11/1870.

<sup>127</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 155v. Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Diretoria Geral dos Índios, 06/02/1870.

<sup>128</sup> APEJE, Série Diversos II, vol.19, fl.38. Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha. Diretoria Geral dos Índios, 11/07/1861.

honra, por ser testemunha ocular. Trajano Alípio de Carvalho Mendonça, Capitão Reformado<sup>129</sup>.

Em meados do Oitocentos, portanto, os índios aldeados sabiam a importância que era ser considerado um trabalhador, demonstrar ter amor pelo trabalho, e estar disposto a trabalhar pelo Estado. Ainda que não fosse uma preferência deixar a aldeia para ir à capital trabalhar em obras públicas, quando iam, sabiam usar isso a seu favor. Ser trabalhador nesse período para os índios significava conseguir angariar vantagens, ou ao menos fazer com que seus direitos fossem respeitados. Como exposto, no século XIX, os índios tinham que lidar com vários discursos que maculavam sua imagem, e seu contradiscurso era justamente se intitular trabalhador.

O fato é que esses aldeamentos, ao funcionarem como reserva de mão de obra, acabavam sendo fundamentais para a sociedade envolvente. Os aldeamentos alimentavam a força policial e militar da região, que como vimos no Oitocentos, foi palco de várias guerras e conflitos sociais; forneciam mão de obra agregada para os engenhos de cana; enviavam os índios para os serviços públicos, trabalhando na construção de estradas, vias férreas, arsenal da marinha, e até como carteiros para os Correios. Além de fornecerem para as vilas, que se estabeleciam nos arredores dos aldeamentos, gêneros básicos que advinham das lavouras que cultivavam dentro das aldeias. Esses eram os serviços “aprovados” pelo Estado, ou seja, os tipos de trabalho que o Estado considerava benéfico e que contribuía com a economia de mercado. Mas ainda havia trabalhos como a caça, a pesca e o corte de madeira, também realizados pelos índios, porém não eram considerados como trabalho pelas autoridades. Os índios que viviam de trabalhos que não contribuía com a economia de mercado não eram considerados trabalhadores pelo Estado, e, sim, como vadios que só se comprometiam com atividades por eles designadas como primitivas.

Na documentação pesquisada, percebe-se que os índios preferiam os trabalhos não ligados à economia de mercado, como suas pequenas roças para consumo próprio, a caça e a pesca, já que, como vimos, permite maior flexibilidade para manterem seus costumes devido à questão do tempo, pois podiam seguir o ritmo da natureza e não a hora precisa dos ponteiros de um relógio. Porém manter essa situação foi ficando cada vez mais difícil para aqueles índios que na segunda metade do Oitocentos já tinham perdido boa parte de suas terras devido aos esbulhos que vinham sofrendo ao longo dos séculos. Em inúmeros documentos, vemos os

---

<sup>129</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 93. Petição de Manoel dos Santos, Maioral da aldeia do Riacho do Mato, para o Presidente da Província. Escada. 22/09/1868.

índios reivindicando espaço para que pudessem continuar com seus roçados, e acabavam saindo dos limites de suas terras reduzidas, para caçar e pescar, o que aumentava o conflito com seus “vizinhos”. Levando em consideração os esbulhos que sofriam e a carência de mão de obra na segunda metade do século XIX, muitos índios acabavam desaldeando-se para estabelecer-se nos engenhos. A exemplo, vejamos o que informava o Diretor Parcial de Escada para o Presidente da Província, Barão dos Guararapes, na década de 1864:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Informando a Vossa Excelência conforme me determinou em seu último ofício tenho a declarar a Vossa Excelência que os índios existentes nesta aldeia são os que constam do incluso termo, sendo de notar que cada um dos índios ali mencionados representa uma família composta de diversos indivíduos. Em consequência de perseguição que sofreram e mesmo invasões dos ereus confinantes que cada vez estreitam mais os terrenos que os índios cultivam, alguns se têm retirado da aldeia procurando estabelecer-se nos engenhos. É o que tenho a informar a Vossa Excelência a quem Deus Guarde<sup>130</sup>.

A diminuição das terras dos aldeamentos acabaram fazendo com que muitos índios buscassem trabalho fora dos aldeamentos, ou ao menos que aceitassem esses serviços. Mas o estreitamento de suas terras não era o único motivo pelo qual alguns índios decidiam aceitar trabalho fora, ou até desaldear-se totalmente e irem realmente estabelecer-se em engenhos, como mostrado no documento acima. Muitos índios acabavam saindo do aldeamento pela exploração de seu trabalho, pois como já foi dito, muitos diretores aproveitavam-se de sua posição para explorar a mão de obra indígena, e a partir de meados do Oitocentos, os recrutamentos para fins militares ou para as ditas obras públicas tornavam-se cada vez mais frequentes. Logo, o ato de desaldear não se caracterizava como ação coletiva provocada por uma consciência étnica, mas, sim, como uma estratégia usada para fugir aos constantes recrutamentos, o que acabava resultando na inserção desses índios na lógica de modernização das relações de trabalho da segunda metade do século XIX, apesar de ter ocorrido de forma gradual e lenta, e que não significa dizer que estavam sendo incorporados à sociedade envolvente (JÚNIOR, 2015). Por falta de documentação que nos evidencie, e também porque não é o foco do nosso estudo, não foi possível acompanhar o cotidiano desses índios desaldeados e que muito se assemelhavam aos trabalhadores rurais na região. Mas é entendido que esses índios tinham livre acesso aos seus respectivos aldeamentos caso quisessem

---

<sup>130</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 39. Ofício do Diretor Parcial da aldeia de Escada, André Dias de Araújo, para o Barão dos Guararapes. Escada, 4/05/1864.

retornar, e que muitos conseguiram manter seus costumes<sup>131</sup> em meio ao quadro genérico de trabalhadores rurais, ocasionando mais tarde, no século XX, o processo de ressurgência, ou seja, o processo em que vários povos ressurgiram e procuraram seus direitos enquanto grupo étnico junto ao Estado, obtendo tal reconhecimento.

O famoso discurso que perdura até os dias atuais de que “índio não trabalha” é uma falácia criada pela historiografia e o Estado para defender interesses econômicos contrários aos indígenas. Além do trabalho ser condição básica e fundamental de toda vida humana, é por meio dele que o ser humano ao longo da História realizou negociações e aos poucos foi conseguindo feitos. No caso dos indígenas, como evidenciam os documentos do período estudado, o trabalho foi uma forma não só de existir, mas também de conseguirem vantagens, acordos e terra.

### **3.2) OS ÍNDIOS NAS ALDEIAS DE ESCADA E BARREIROS: FORMAS DE TRABALHO NOS RESPECTIVOS ALDEAMENTOS**

Como abordado no tópico anterior, além dos aldeamentos servirem como uma espécie de “reserva de mão de obra”, também possuíam suas próprias formas de trabalho e de produção. Havia um “mundo do trabalho” próprio aos aldeamentos. Esses trabalhos seriam os agrícolas, os de cunho militar, a caça, a pesca, criação de animais e a retirada de madeiras. A constante e insistente recusa aos trabalhos que teriam que ser realizados fora do aldeamento nos leva a presumir que os índios preferissem trabalhar no interior das aldeias, realizando as citadas formas de trabalhos.

A forma de trabalho mais comum entre os indígenas nos aldeamentos, e também a mais aceita e incentivada pelas autoridades, era a agricultura. Pedro Velloso da Silveira, Diretor Geral dos Índios, em meados do século XIX, afirmava que a lavoura era a única fonte de riqueza do País<sup>132</sup>. Os índios eram incentivados a plantar e, talvez por isto, basicamente, todos os índios das Aldeias de Escada (posteriormente Riacho do Mato) e Barreiros eram citados com profissão de agricultor. Em meio à documentação pesquisada existe um mapa nominal das pessoas residentes na Aldeia Riacho do Mato (para onde foram transferidos os

---

<sup>131</sup> Entendemos o conceito de “costume” com base na definição do historiador inglês Edward Palmer Thompson. Para ele, o costume era a renovação contínua das tradições orais, ou em casos extremos, também poderia ser nitidamente definido, por exemplo, em forma de lei (THOMPSON, 2013, pp. 86-87).

<sup>132</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 165. Ofício do Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província José Antônio Saraiva. Afogados. 16/03/1859.

índios de Escada, como citado) explicitando a profissão dos índios que ali residiam, e se estes possuíam casa e lavouras. De acordo com o referido mapa nominal, em fins da década de 1860, havia 311 índios, não nos sendo possível identificar o sexo, e todos eles teriam como profissão: agricultor<sup>133</sup>. Desses 311 índios agricultores, 123 deles possuíam casa e lavoura, um deles apenas casa, e o restante não contém nenhuma informação nesse sentido, nos permitindo concluir que trabalhavam para outro indivíduo, já que não possuíam lavoura própria.

A agricultura acabava sendo incentivada pelas autoridades, devido à importância que a produção de subsistência das aldeias representava para comunidades que haviam convivido com diversas guerras na primeira metade do século XIX, e para comunidades que, na segunda metade do mesmo século, enfrentavam a falta de terras disponíveis para gêneros básicos, já que os engenhos voltavam-se cada vez mais, quase que exclusivamente, para a agricultura de exportação. Portanto, tornou-se quase que uma “missão” dos aldeamentos produzir gêneros básicos como mandioca, algodão<sup>134</sup> e feijão<sup>135</sup> para se abastecerem e abastecer também as vilas e comunidades que situavam-se em seu entorno. Na década de 1860, o então Diretor Geral dos Índios, Barão dos Guararapes, demonstrou sua preocupação quanto a isto, em ofício endereçado ao Presidente da Província:

Não posso deixar de declarar que o apoio prestado a esta Diretoria pela primeira autoridade da província não foi secundado pelo termo, que longe da proteção que deviam aos índios, se motivaram sempre fáceis em animar por seu proceder a perseguição que aos mesmos movem aqueles que pretendem usurpar-lhes as terras que ainda cultivam, e que são insuficientes para trabalharem, dando lugar semelhante conduta não só a cruéis e injustos sofrimentos, como a despesas que não podiam comportar os exíguos recursos da aldeia. Além dos engenhos referidos existem trinta e oito pequenas propriedades que com aqueles absorvem quase todo o terreno de que a aldeia está de posse, tornando-se necessário destinar alguns sítios para o trabalho dos índios, se a demarcação a que se tem de proceder não restituir à aldeia as terras de que já estão de posse<sup>136</sup>.

A preocupação com o trabalho agrícola nos aldeamentos não era apenas das autoridades para com os índios, ou seja, não era somente de cima para baixo, os próprios índios reivindicavam espaço para desempenhar tal serviço. Em fins da década de 1850, o

---

<sup>133</sup> APEJE, Série Petições Índios, fls. 94-109. Petição de Manoel Valentim dos Santos, Maioral da Aldeia do Riacho do Mato, para o Presidente da Província. Escada, 22/09/1868.

<sup>134</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 68. Relatório sobre o estado das aldeias, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife, 13/03/1873.

<sup>135</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 102. Ofício do Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província, Joaquim Pires Machado Portela. Lage, 28/07/1857.

<sup>136</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 3-3v. Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província. Diretoria Geral dos Índios, 13/02/1861.

Maioral da Aldeia São Miguel de Barreiros enviava um ofício ao então Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira, onde demonstrara preocupação com a redução de terras disponíveis ao plantio, no aldeamento:

Reduzidos os suplicantes ao monte em que está edificada a aldeia, nem terras para plantar farináceos lhe restava, quando por Vossa Senhoria foi deliberado o terreno que deviam cultivar; este ano, tendo fundado novas plantações em dito terreno, foram as plantações embargadas, e instaurados processos, para se afugentarem e abandonarem suas plantações. Este novo método de conquista produzirá efeito ainda mais fatal do que se pretende, se o Governo de Sua Majestade não acudir aos suplicantes<sup>137</sup>.

A situação na Aldeia de Escada não era diferente, os índios expressavam a mesma preocupação. Em 1868, o índio Manoel Inácio da Silva, morador da Aldeia de Escada, enviava ao Presidente da Província uma petição informando que o senhor do Engenho Amizade tivera feito em sua propriedade um açude, cujas águas represadas acabavam por prejudicar as plantações dos índios da referida aldeia e que, além disso, o mesmo pretendia apossar-se de mais terras da aldeia com o objetivo de colocar nelas “moradores seus”<sup>138</sup>. Quatro anos antes dessa petição, o Diretor Parcial da Aldeia de Escada declarava que os terrenos nos quais os índios cultivavam eram insuficientes para seus trabalhos<sup>139</sup>. A luta dos índios aldeados em Escada e Barreiros, que trabalhavam com a agricultura na segunda metade do século XIX, era na realidade uma disputa pelo direito de trabalhar em suas próprias terras e dar continuidade aos seus roçados. Porém, apesar das dificuldades, os índios possuíam seus roçados de mandioca, algodão e, até mesmo, de cana-de-açúcar.

Na Aldeia de Escada, de acordo com a documentação pesquisada, alguns índios chegaram até mesmo a possuir engenhos de cana-de-açúcar, como é o caso do índio José Francisco Ferreira, que era dono de dois engenhos de fazer açúcar, denominados Boa Sorte e Cassupim, sendo ambos localizados em terras da aldeia e custeados por índios<sup>140</sup>. No engenho Boa Sorte residiam apenas 10 índios, sendo uma família composta por um homem, sua esposa e dois filhos; depois, um índio viúvo e um outro solteiro, o que nos possibilita sugerir que esse engenho seria pequeno, diferentemente do Engenho Cassupim que parecia ser maior, já

---

<sup>137</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 1v. Ofício do Maioral dos Índios da aldeia de Barreiros, Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, para o Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira. 20/12/1858.

<sup>138</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 40. Petição de Manoel Inácio da Silva, índio da aldeia de Escada, para o Presidente da Província. 28/11/1868.

<sup>139</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 30v. Ofício do Diretor Parcial da aldeia de Escada, André Dias de Araújo, para o Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes. Escada, 02/04/1864.

<sup>140</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 38. Ofício do Diretor Geral dos Índios, o Barão dos Guararapes, para o Presidente da Província, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves. Recife, 4/12/1861.

que abrigava 58 índios, quase seis vezes a quantidade de índios que possuía o Engenho Boa Sorte. Esses 58 índios estavam distribuídos em 11 famílias, nas quais 6 delas tinham 2 filhos, uma tinha 3, outra com 5 filhos, mais uma com 7 filhos, e um casal que não possuía filhos; havia ainda um índio viúvo e um índio solteiro<sup>141</sup>. Os Engenhos Boa Sorte e Cassupim estavam localizados em um trapézio que media cerca de 800 braças em quadro, e ainda segundo a documentação, os índios que conduziam tais engenhos produziam uma ótima safra de açúcar<sup>142</sup>. Ainda assim, os dois engenhos se caracterizam como de pequeno porte, se compararmos com os grandes engenhos da Zona da Mata Sul, que contavam com centenas de escravos e exportavam incontáveis sacas de açúcar. Nesse mesmo contexto, podemos citar ainda a Aldeia do Riacho do Mato, que possuía duas “engenhocas de fabricar rapadura”<sup>143</sup>. Analisando esses exemplos, podemos ver uma movimentação indígena não para uma economia de mercado propriamente dita, ou seja, com uma grande produção voltada para a exportação, mas, sim, para uma produção não menos importante, a interna, afinal a Província necessitava de alimentos para abastecer sua própria população. Os documentos nos informam que as lavouras de gêneros básicos das aldeias, apesar das dificuldades enfrentadas pelos índios, representavam para as populações de Escada e Barreiros, e até para outras áreas da região, uma grande importância para a economia local<sup>144</sup>.

Apesar da agricultura ser a forma de trabalho mais praticada pelos índios e aceita pelo Estado, também por ajudar a fixar os índios em um só lugar, eles insistiam na caça e na pesca até fins do século XIX. Na década de 1870, o Diretor Geral dos Índios, Francisco Camboim, afirmava que os índios eram particularmente afeiçoados à caça<sup>145</sup>. Porém, diferentemente da agricultura, a caça e a pesca, como citado anteriormente, não eram formas de trabalho aceitas pelas autoridades e pelo Estado, pois eram vistas como atividades primitivas, de povos seminômades ou nômades, e que pouco contribuía com a economia. O resultado disso é que a caça e a pesca nem sequer eram vistas pelo Estado e seus representantes como uma forma de trabalho, como fica evidente neste ofício:

---

<sup>141</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fls. 57v-58. Mapa com a relação nominal dos índios da aldeia de Escada, do Secretário da aldeia, Tomás Roiz Pereira.

<sup>142</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 165v. Ofício do Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso Silveira, para o Presidente da Província José Antônio Saraiva. Afogados. 16/03/1859.

<sup>143</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 68. Relatório sobre o estado das aldeias, da comissão composta por, Joaquim Gonçalves Lima, Antônio Vasconcelos Menezes de Drummond, M. Buarque Macedo, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife, 13/03/1873.

<sup>144</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 502. Ofício do engenheiro encarregado da medição das terras públicas, Luís José da Silva, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena, Recife, 12/08/1875.

<sup>145</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 155v. Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Frederico de Almeida e Albuquerque. Diretoria Geral dos Índios, 6/02/1870.

Os índios deste país excelentíssimo senhor como não ignora Vossa Excelência são pouco propensos ao trabalho, e hábitados mais a caça e a vagabundagem, omissos para tudo quanto é serviço público, e que os quer coagir à vida mais regular os desgosta<sup>146</sup>.

Segundo Lindoso, a caça e a pesca significavam para a escrita social da época a negação das formas de trabalho vigentes – a escravidão e o assalariado – e que por este motivo, a caça e a pesca não eram vistas como formas de trabalho, mas, sim, como ociosidade (LINDOSO, 2005). Os índios caçadores e pescadores, por não serem considerados trabalhadores, acabavam às margens daquela sociedade, sendo considerados vagabundos, preguiçosos, primitivos e até mesmo ladrões. À medida em que tinham suas terras reduzidas, ficava praticamente impossível caçar e pescar apenas no espaço que lhes restavam, e acabavam indo praticar essas atividades em terras que antes lhes pertenciam, mas que estavam em mãos de seus vizinhos.

De fato, os arrendamentos reduziram o espaço para a expressão de um modo de vida indígena dentro dos aldeamentos que, inclusive, considerava a conservação do recurso à caça, pesca e coleta para obtenção do alimento. Desta forma, os indígenas continuaram esta prática, no entanto, desconsiderando os limites das propriedades circunvizinhas ou mesmo das terras arrendadas, porque, nas suas concepções, continuavam suas por pertencerem ao antigo aldeamento e ser prática comum circular por aqueles espaços (SILVA, 2015, p. 78).

Os índios não aceitavam seus novos limites de terras, e continuavam a caçar e a pescar também por suas antigas terras, que outrora já pertenceram ao aldeamento, mas que já não pertenciam mais. Acabavam não só caçando aves ou animais silvestres, mas também animais de criação das fazendas e engenhos que os cerceavam, o que ocasionava diversos desentendimentos entre esses índios aldeados e os senhores de terras que aforavam suas terras. Os índios poderiam desrespeitar esses novos limites, tanto por terem uma noção de território distinta, como já explicado anteriormente ao discutirmos o conceito de território, como também pelo fato da maioria desses senhores de terras não pagarem mais os foros. O fato é que esse motivos não eram considerados, e os índios eram constantemente acusados de roubo.

---

<sup>146</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 200. Ofício do Diretor Parcial da aldeia de Cimbres, Joaquim de Almeida Catanho Sobrinho, para o Presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira. Cimbres, 14/12/1871.



Em geral os índios das aldeias desta Província, como quase todos, amam a caça e a pesca; são preguiçosos, e inclinados ao furto. [...]Esbulhados em seus direitos, vendo usurpadas as terras, os índios de muitas aldeias se têm lançado em verdadeiro desespero, procurando o caminho do crime. Existe um considerável número de índios processados por crimes de morte, e que vivem foragidos. Também circulam pelas fazendas bandos de índios que roubam e matam o gado. Em 1867 os índios da Aldeia de Ipanema, já célebres em suas correrias e crimes, assaltavam as casas e estradas públicas<sup>147</sup>.

Em um relatório sobre o estado das aldeias na Província, a comissão responsável por elaborar o documento afirmava que parte dos índios da Aldeia do Riacho do Mato estavam entregues à indolência e à caça<sup>148</sup>, ou seja, essas formas de trabalho estavam presentes nos Aldeamentos de Escada, Barreiros e também no do Riacho do Mato. Apesar dos índios aldeados em Ipanema não serem o foco deste estudo, consideramos necessário colocar a fala destes, pois eles elaboraram um documento com um abaixo-assinado em anexo, no qual se autodeclararam uma *classe proletária*, usando exatamente a caça e a pesca para embasar tal afirmação. Vejamos:

[...] Ou por defeito de nossa construção, ou por nossa índole, nós constituímos a verdadeira classe proletária; nunca passamos indigência; e assim fazemos parte de nossa subsistência dos recursos, que a provida natureza nos oferece: é a caça, e a pesca, que nos oferece ordinariamente o nosso conduto. No dia 28 de dezembro de 1849 achávamo-nos pescando em um dos poços, (nos limites de nossa doação) do rio Ipanema, quando o pai, e outros membros da família do senhor Lourenço, deunos com uma tropa, a fim de arrendar-nos da pescaria, aparecendo por isto um conflito, de que resultou uma morte; e sempre estamos ameaçados por causa de caçadas e pescarias<sup>149</sup>.

Nessa fala, os índios deixam explícito que se entendiam como uma classe proletária, e mais do que isso, a “verdadeira” classe proletária, e elegem a caça e a pesca como sendo atividades que não os permitiam passar necessidades. Uma outra questão que merece ser ressaltada desse documento é a que mostra a perseguição a essas formas de trabalho, mesmo quando realizadas integralmente em terras do aldeamento. A perseguição não se dava necessariamente devido aos gados que eram caçados, mas a esse tipo de trabalho, tão menosprezado pela sociedade vigente, pois era tido como primitivo.

---

<sup>147</sup> APEJE, Diversos II, vol. 29, fls. 83-84. Relatório sobre o estado das aldeias, da comissão composta por, Joaquim Gonçalves Lima, Antônio Vasconcelos Menezes de Drummond, M. Buarque Macedo, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife, 13/03/1873.

<sup>148</sup> APEJE, Diversos II, vol. 29, fl. 68. Relatório sobre o estado das aldeias, da comissão composta por, Joaquim Gonçalves Lima, Antônio Vasconcelos Menezes de Drummond, M. Buarque Macedo, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife, 13/03/1873.

<sup>149</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 53v. Abaixo assinado e representação dos índios da aldeia de Panema, contra o Diretor Parcial da aldeia, Lourenço Bezerra de Albuquerque Maranhão, para o Presidente da Província ou Diretor Geral. Águas Belas, 22/02/1864.

As formas de realização de caça e da pesca são diversas, porém a que conseguimos detectar na documentação foi a chamada “tingujada”. A tingujada consiste na pesca por meio de envenenamento dos peixes, mediante o uso de suco de certas ervas<sup>150</sup>. Esse também era motivo de desentendimentos entre os índios e seus “vizinhos”, que se sentiam incomodados com esta prática, pois o mesmo suco de ervas que envenenavam os peixes acabavam por envenenar seus animais de criação que bebiam água no rio.

A caça e a pesca não eram as únicas formas de trabalho que incomodavam os ditos nacionais; o corte de madeira também gerava conflito. A aldeia em que se dava essa atividade, de maneira mais incisiva, era a do Riacho do Mato; seu Maioral, Manoel Valentim, era constantemente acusado pelas autoridades por realizar esta prática, proibida por lei. O Diretor Geral dos Índios, Francisco Camboim, realizou várias denúncias sobre este tipo de trabalho, demonstrando uma suposta preocupação com o esgotamento das madeiras.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Constando a esta Diretoria que as matas do aldeamento do Riacho do Mato estavam sendo estragadas com o corte de madeiras para negócio, ordenei ao Diretor parcial interino, que obstam a continuação do corte de tais madeiras, e que apreendesse as que já estivessem tiradas até que Vossa Excelência de liberasse como fosse justo. Entretanto, passo às mãos de Vossa Excelência o ofício do Inspetor Manoel Antônio de Araújo, em que ele expõe ao mencionado Diretor parcial a apreensão que fez, e o dono das madeiras. O Maioral Manoel Valentim, há muito, que usa deste meio de vida, em prejuízo daquela aldeia. A continuar um semelhante abuso, muito breve deixará de haver madeiras para a construção de qualquer edifício. Sirva-se Vossa Excelência se providenciar como julgar de direito; e dir-me-á se procedi em regra, ordenando aquela apreensão, e empate do corte de madeiras. Deus Guarde a Vossa Excelência Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Manoel do Nascimento Machado Portella Digníssimo Presidente da Província<sup>151</sup>.

Apesar do nome do Maioral Manoel Valentim ser o mais citado, não era o único que trabalhava com este tipo de atividade. A documentação nos revela que parte dos índios do Riacho do Mato estavam empregados no corte de madeiras<sup>152</sup>. No último ano da década de 1860, o Inspetor de quarteirão do Riacho do Mato relatava que havia encontrado o índio José Peixoto da Silva próximo ao rio, com 120 tábuas de madeira não especificada, 10 tábuas de

---

<sup>150</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 59. Abaixo assinado e representação dos índios da aldeia de Panema, contra o Diretor Parcial da aldeia, Lourenço Bezerra de Albuquerque Maranhão, para o Presidente da Província ou Diretor Geral. Águas Belas, 22/02/1864.

<sup>151</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 135. Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Presidente da Província, Manoel do Nascimento Machado Portella. Diretoria Geral dos Índios, 08/05/1869.

<sup>152</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 68. Relatório sobre o estado das aldeias, da comissão composta por, Joaquim Gonçalves Lima, Antônio Vasconcelos Menezes de Drummond, M. Buarque Macedo, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife, 13/03/1873.

louro, 50 tábuas de amarelo e 4 tábuas de cedro<sup>153</sup>. Esse mesmo Inspetor já havia apreendido 22 pranchões de amarelo e 2 de louro e várias dúzias de madeiras distintas, a quem ele designava como proprietário Manoel Valentim<sup>154</sup>. Apesar das autoridades policiais acusarem os índios de estarem destruindo as Matas, o Diretor Geral dos Índios, Francisco Camboim, afirmou que não eram os índios os responsáveis pelos “estragos maiores” que sofriam as matas, e, sim, os posseiros que habitavam a região e que viviam guerreando com os índios<sup>155</sup>. Para Camboim, os índios não dispunham de meios para praticar o corte de madeira em grande proporção, enquanto os posseiros, sim<sup>156</sup>. Na documentação não está explícito quais são esses “meios” ao qual o Diretor Geral dos Índios faz alusão, porém presume-se que estaria referindo-se aos materiais necessários para que se pudesse derrubar grandes e muitas árvores.

A criação de animais também era uma das formas de trabalho desenvolvidas pelos índios dentro de seu território. Sobre esse tipo de atividade, há poucos registros documentais. Temos o caso das índias Vitoriana de Oliveira, Maria e Donária, que em meados do século XIX ocupavam terras da Aldeia de Barreiros, da qual faziam parte, com um sítio e granjarias<sup>157</sup>. Temos notícia também do Maioral Pedro Correia e mais alguns índios, que possuíam granjarias em terras do Aldeamento de Barreiros, mas que estavam sendo invadidas pelo Engenho Ariticum<sup>158</sup>. A documentação mostra o engajamento do Maioral Pedro Correia na disputa por tal setor da aldeia, com o intuito de proteger suas granjarias<sup>159</sup> dos esbulhos que vinham sendo realizados pelo senhor José Carlos de Mendonça Vasconcelos, até aquele momento, dono do engenho em questão. Em outro documento, um Ofício elaborado pelo Diretor Geral dos Índios, Velloso da Silveira, se encontra a informação de que uma grande quantidade de índios na Aldeia de Escada possuíam “granjarias” e que se estes índios fossem transferidos à Aldeia do Riacho do Mato, mereciam indenização para que pudessem

---

<sup>153</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 136. Ofício do Inspetor de quarteirão do Riacho do Mato, Manoel Antônio de Araújo, para o Diretor Parcial da aldeia do Riacho do Mato, Manoel Simões Ferreira Braga. Riacho do Mato, 02/05/1869.

<sup>154</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 136. Ofício do Inspetor de Quarteirão do Riacho do Mato, Manoel Antônio de Araújo, para o Diretor Parcial da aldeia do Riacho do Mato, Manoel Simões Ferreira Braga. Riacho do Mato, 02/05/1869.

<sup>155</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 138. Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Vice-Presidente da Província, Manoel do Nascimento Machado Portella. Diretoria Geral dos Índios, 12/06/1869.

<sup>156</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fl. 138. Ofício do Diretor Geral Interino dos Índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o Vice-Presidente da Província, Manoel do Nascimento Machado Portella. Diretoria Geral dos Índios, 12/06/1869.

<sup>157</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 158. Ofício do Diretor Geral dos Índios José Pedro Velloso da Silveira, para o Juíz Municipal de Barreiros Francisco Augusto da Costa, Barreiros, 31/10/1859.

<sup>158</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 146. Ofício do Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província, Luiz Barbalho Muniz Fiúza. Lage, 12/12/1858.

<sup>159</sup> APEJE, Série Diversos II, vol.10, fl. 165v. Ofício do Diretor Geral dos Índios José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província José Antônio Saraiva. Afogados, 16/03/1859.

reconstruir suas lavouras e ranchos no novo aldeamento. Esses são os casos, os quais encontramos na documentação, que comprovam a existência de mais essa forma de trabalho dentro destes aldeamentos.

A última forma de trabalho interna nos Aldeamentos de Barreiros e Escada eram as de cunho policial e militar, que juntamente com a agricultura, tonavam-se as mais praticadas entre os indígenas e também incentivada pelo Império do Brasil. Isso porque a Diretoria das aldeias visava primordialmente à vigilância, o policiamento e o disciplinamento dos indígenas. A segurança era posta em primeiro lugar, e por este motivo os índios compuseram uma patrulha de policiamento onde atuavam tanto na área externa à aldeia, quanto na área interna, porém, neste tópico, abordaremos apenas suas atuações dentro da aldeia e para isso usaremos o exemplo da *Família Ó* do Aldeamento de Barreiros.

Um fato que aconteceu envolvendo a *Família do Ó*, na Aldeia de Barreiros, nos mostrará que existia, sim, um tipo serviço policial realizado pelos índios, em meados do século XIX, dentro do aldeamento. O acontecido é que o índio aldeado em Barreiros, Francisco do Ó, apresentado pelo Maioral, Pedro Correia, como Sargento no Arsenal da Marinha, muito trabalhador, e que prestava muitos serviços à nação, foi preso dentro do aldeamento pelas forças policiais locais e levado à cadeia do Recife, sem ter cometido crime algum<sup>160</sup>. Porém, em lista nominal dos delinquentes, do Promotor Público da Comarca de Rio Formoso, Francisco Gonçalves da Rocha, o índio Francisco do Ó, teria sido preso por ter apresentado resistência às ordens da autoridade policial da região<sup>161</sup>. De acordo com as documentações, esse teria sido o desfecho de uma desordem que ocorrera na aldeia, que começou quando o índio Francisco do Ó, acompanhado de mais dois índios que atendiam pelos nomes de Jerônimo e Joaquim, estavam realizando uma ronda interna nas terras do aldeamento e prenderam um indivíduo suspeito<sup>162</sup>. O Delegado, ao chegar ao local, ordenou que um dos índios entregasse a faca com a qual estava armado, porém o mesmo teria recusado

---

<sup>160</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 66. Ofício do Comandante dos Índios Pedro Correia da Maia, para o Presidente da Província José Bento da Cunha Figueredo, Barreiros, 12/01/1855.

<sup>161</sup> APEJE, Série Promotores de Justiça, Vol. 02, fl. 331. Lista nominal e mensal dos delinquentes, do Promotor Público da Comarca de Rio Formoso, Francisco Gonçalves da Rocha, para o Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueredo, Rio Formoso, 31/07/1854.

<sup>162</sup> APEJE, Série Promotores de Justiça Vol.2, fl. 328. Ofício do Promotor Público, Francisco Gonçalves da Rocha, para o Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueredo, Rio Formoso, 31/07/1854.

cumprir tal ordem, o que ocasionou a sua prisão<sup>163</sup>. O único preso foi Francisco do Ó, porque os outros dois índios conseguiram fugir<sup>164</sup>.

Não é nosso interesse debater se houve ou não exagero da polícia, se Francisco merecia ou não ter sido preso pelo episódio que ocorreu. O que chamou atenção para este estudo foi o motivo que ocasionou todo esse “desalinho” na Aldeia de Barreiros: o índio Francisco do Ó e os outros dois índios prenderam um sujeito suspeito quando estavam realizando uma ronda interna nas terras do aldeamento. Isso nos permite afirmar que em meados do Oitocentos, alguns índios realizavam o trabalho de fazer rondas pelas terras do aldeamento, com a função de garantir a segurança do mesmo e de seus habitantes. Alguns índios eram responsáveis, portanto, em garantir a segurança de suas aldeias. Provavelmente, esse tipo de trabalho era designado aos índios que tinham alguma experiência na área ou que exercia algum cargo militar, como era o caso de Francisco do Ó, Sargento do Arsenal da Marinha. Infelizmente, a documentação não nos permite saber se esses índios recebiam algum tipo de pagamento por exercer tal função.

Ainda sobre esses policiamentos nos aldeamentos realizados pelos próprios índios, encontramos ainda uma outra função: inspetor das matas. Preocupado que se esgotassem as madeiras ditas preciosas, utilizadas para construções, o então Diretor Geral dos Índios, Pedro Velloso, encarregou índios para inspeção das matas que ele acreditava serem virgens, porém reclama que os índios estariam sendo seduzidos pelos Senhores de Engenho vizinhos às aldeias, utilizando-se do exemplo da Aldeia de Escada:

Precisando tomar uma providência sobre o considerado estrago que sofreu todos os anos as matas das aldeias, tenho encarregado índios da inspeção das matas virgens, e passado as mais restritas ordens para que se não derrubem roçados; porém os proprietários e moradores dos engenhos vizinhos das aldeias, efetivamente seduzem os índios, com ridículas pagas, para no meio das poucas matas que restam derrubarem roçados extensos, e figurarem como donos, cujos roçados são sabidos quando os queimam estragando assim com as chamas imensas madeiras preciosas, e de construção, como acaba de acontecer este ano na Aldeia de Escada, onde em breve faltará madeiras para construção até de pequenas casas, uma pena é preciso impor aos índios transgressores da ordem, contra aqueles que os seduzem, e se lembrar-se apenas que fosse punido o índio derrubador do roçado, com 30 dias de cadeia, e o sedutor com a perda do roçado para ser distribuída a lavoura por todos os índios da aldeia, com exceção daquele que o derrubou, porém não cabendo em minha atribuição impor tais penas, submeto a deliberação de Vossa Excelência, para deliberar como lhe parecer justo<sup>165</sup>.

<sup>163</sup> APEJE, Série Promotores de Justiça, vol. 2, fl. 328. Ofício do Promotor Público, Francisco Gonçalves da Rocha, para o Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueredo, Rio Formoso, 31/07/1854.

<sup>164</sup> APEJE, Série Promotores de Justiça, vol. 2, fl.329. Ofício do Promotor Público, Francisco Gonçalves da Rocha, para o Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueredo, Rio Formoso, 31/07/1854.

<sup>165</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 39. Ofício do Diretor Geral dos Índios José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província José Bento da Cunha Figueredo. Lage, 06/02/1854.

De acordo com a fala acima do Diretor Geral dos índios, Velloso da Silveira, existiam índios que trabalhavam como inspetor das matas, mas que ao mesmo tempo aceitavam trabalhar para os senhores de engenhos e praticavam queimadas nas Matas. Infelizmente, não sabemos quem pagava mais, porém sabemos que estes índios optaram (diferentemente do que sugere Velloso, que teriam sido “seduzidos”) por receber a paga dos dois lados, tanto do Estado quanto dos seus “vizinhos”. Para os índios se utilizarem dessa “ardileza”, ambos os “contratantes” deveriam pagar mal, se é que recebiam alguma quantia advinda da Diretoria dos Índios por este tipo de trabalho.

De acordo com as formas de trabalho que ocorriam na área interna aos aldeamentos de Barreiros e Escada, vemos que os índios desempenhavam diversas funções para obter seu sustento, sustento de sua família e o da aldeia como um todo. No próximo tópico, veremos os trabalhos desempenhados por estes índios fora de seus respectivos aldeamentos, porém o presente tópico foi de fundamental importância para compreendermos que dentro do aldeamento também existia um “mundo do trabalho”, bastante variado, em pleno funcionamento e que ao menos, em certo momento, foi não só capaz de sustentar suas próprias aldeias, como ajudar outros aldeamentos. De acordo com o mapa de balanço de rendimentos da Aldeia de Escada, elaborado em 1859, pelo tesoureiro da aldeia, Tomás Roiz Pereira, os rendimentos da mesma foram capazes de sanar as próprias despesas, e ainda prestar ajuda a diversas aldeias da Província de Pernambuco como: a Aldeia de Cimbres, Brejo dos Padres, Águas Belas, Assunção e de Santa Maria, além de uma ajuda aos índios entendidos como “selvagens da Serra Negra”, aqueles índios que viviam “embrenhados” pela Serra e se negavam a viver no aldeamento<sup>166</sup>.

Portanto, os trabalhos desenvolvidos pelos índios de Escada e Barreiros, em seus respectivos aldeamentos, podiam não contribuir com a economia de mercado, mas era o suficiente para se manterem enquanto indivíduo e coletividade, e ainda prestar socorro à aldeias que estivessem passando por necessidade. Como já demonstrado anteriormente, os aldeamentos de Escada e Barreiros enfrentavam diversas dificuldades, mas de acordo com a documentação pesquisada e exposta nesse estudo, é possível afirmar que, apesar dos entressaberes que ocorriam nesses aldeamentos, essas duas aldeias conseguiam prover seu autossustento e ainda gerar um certo capital a mais para doar à aldeias em que a fome fazia parte do cotidiano. O fato é que apesar de todas as dificuldades, os índios aldeados em Nossa

---

<sup>166</sup> APEJE, Diversos II, vol. 10, fl. Mapa do balanço dos rendimentos e despesas sobre os rendimentos da aldeia de Escada, pelo Tesoureiro da Escada, Tomás Roiz Pereira. 1859.

Senhora da Escada e no aldeamento de São Miguel de Barreiros, por meio de seus trabalhos agrícolas, militares, da caça, da pesca, da criação de animais e da retirada de madeiras, conseguiram manter-se além de vivos biologicamente, vivos em seus costumes, pois mantiveram-se em coletividade até fins do século XIX.

### **3.3) OS ÍNDIOS ALDEADOS EM ESCADA E BARREIROS E SUAS FORMAS DE TRABALHO FORA DE SEUS RESPECTIVOS ALDEAMENTOS**

Como evidenciado no tópico anterior, os índios aldeados em Escada e Barreiros desempenhavam várias atividades dentro de seus aldeamentos. Porém existiam também formas de trabalhos que eram realizados fora dos limites de suas aldeias. Havia os serviços militares-policiais que muitas vezes eles iriam desempenhar fora dos aldeamentos; iam também com frequência prestar serviço para o correios; eram solicitados para trabalhar em obras públicas; e também trabalhavam por jornal em Engenhos.

Vários são os documentos que evidenciam o trabalho dos indígenas em atividades militares-policiais, desde ofícios solicitando-os ou enviando-os para tais serviços, até atestados afirmando serem eles trabalhadores em tais setores. Em finais da década de 1860, o Maioral da Aldeia do Riacho do Mato solicitava em ofício um atestado ao subdelegado de Leopoldina, que comprovasse a prestação de serviço dos índios daquela aldeia à Polícia, tanto no distrito de Leopoldina como no de Pimenteiras<sup>167</sup>. Pois, em anexo a tal ofício, constam dois depoimentos de Manoel Candido Rocha de Andrade, subdelegado de Leopoldina, no qual o mesmo relata que os índios aldeados no Riacho do Mato estavam sempre dispostos a auxiliar a Polícia de seu distrito e também o distrito de Pimenteiras, tendo aqueles índios sempre se mostrado trabalhadores de ótima conduta, ajudando sempre a polícia desses locais a deixar a população “desassombrada”<sup>168</sup>. Há também um outro ofício em que a Diretoria Geral afirmava terem os índios da Aldeia de Escada prestado serviços policiais sempre que necessário<sup>169</sup>. De acordo com esses documentos, fica evidente que os indígenas ajudavam a

---

<sup>167</sup> APEJE, Diversos II, vol. 19, fl. 125. Requerimento de atestado do Maioral da aldeia Riacho do Mato, Manoel Valentim dos Santos, para o Subdelegado de Leopoldina, Manoel Cândido Rocha de Andrade. Leopoldina, 12/10/1868.

<sup>168</sup> APEJE, Diversos II, vol. 19, fl. 125-125v. Anexo ao Requerimento de atestado do Maioral da aldeia Riacho do Mato, Manoel Valentim dos Santos, para o Subdelegado de Leopoldina, Manoel Cândido Rocha de Andrade. Leopoldina, 12/10/1868.

<sup>169</sup> APEJE, Diversos II, vol. 10, fls. 143-145. Ofício do Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província, Luiz Barbalho Muniz Fiúza, Lage, 16/11/1858.

polícia não só dentro das aldeias, como demonstrado no tópico anterior, mas também garantiam a segurança dos distritos vizinhos; no caso do Aldeamento do Riacho do Mato, os distritos de Leopoldina e Pimenteiras, e no de Escada, a Vila de Escada.

Os trabalhos de cunho militar foram realizados pelos índios de Escada e Barreiros desde tempos coloniais, os antepassados dos índios aldeados em Barreiros, por exemplo, prestaram serviço na Guerra dos Palmares (1695) e receberam como pagamento as terras de seu aldeamento:

...os antepassados dos suplicantes assim aldeados em 1694, vendo sucumbir o exército português na luta dos Palmares de [...Jacuípe...], voluntariamente se ofereceram para ajudar as tropas; e penetrando as matas, bateram, e dispersaram os aquilombados nas suas paliçadas; e só então foi que os soldados de linha os puderam matar e prender. O Rei de Portugal informado deste procedimento dos índios, ordenou por carta régia de 28 de janeiro de 1698, que aos índios empregados na guerra fossem dadas 4 léguas de terra a cada comandante de uma tribo para suas plantações, e estabelecimentos<sup>170</sup>.

Mais tarde, os índios de Barreiros atuaram na Guerra dos Cabanos (1832-1835), e se utilizaram desse serviço prestado para conseguir com que suas petições fossem atendidas durante quase todo o século XIX. Não iremos nos deter nessas duas batalhas em que os índios trabalharam, pois já foram debatidas no primeiro capítulo deste estudo. Aqui, nos cabe apenas reafirmar seus serviços prestados nessas guerras que assolaram Pernambuco durante a primeira metade do século XIX, até porque os serviços de aspectos militares que estes índios prestaram na segunda metade do Oitocentos foram mais policiais, no sentido de cuidar da segurança interna dos aldeamentos, das vilas e distritos dos seus arredores, e também prestar serviço para a Guarda Nacional e Arsenal da Marinha. Continuaram exercendo funções militares, mas a segunda metade do século XIX não foi palco de grandes batalhas, mas, sim, palco de um Pernambuco que queria se “desenvolver” e para isso buscava vigiar, garantir segurança a seus moradores e realizar obras públicas.

Segundo a documentação pesquisada, os índios eram chamados com frequência para o serviço da Guarda Nacional, mas era posto como algo negativo para a aldeia. O relatório sobre o estado das aldeias de 1873 diz que se as aldeias tivessem uma boa administração, que pudessem evitar o esbulho das terras e livrar os índios do serviço da Guarda Nacional e do

---

<sup>170</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl.1. Ofício do Maioral dos Índios da aldeia de Barreiros, Francisco Braz Pereira Arcoverde Camarão, para o Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira. 20/12/1858.



recrutamento, elas poderiam dar resultados melhores<sup>171</sup>. Tal documento culpa, dentre outros aspectos, o recrutamento para serviço da Guarda Nacional pelo “não sucesso” dos aldeamentos, provavelmente, porque os índios eram obrigados a abandonar suas lavouras, granjarias, ou qualquer outra atividade que gerava provimentos para a aldeia.

Muitos índios eram recrutados para a Guarda Nacional sem terem o conhecimento de tal fato, e sob ameaça de prisão<sup>172</sup>. Este ato era ilegal, pois conforme o decreto 426 de 24 de julho de 1845, os índios eram isentos do serviço militar, e portanto não deveriam ser “obrigados” a desempenhar tal função<sup>173</sup>. Porém, em finais da década de 1850, 24 índios da aldeia de Escada foram recrutados para a Guarda Nacional, dos quais 14 foram realizar o ofício, porque se não o fossem seriam recolhidos à prisão, como de fato foram os outros 10 índios que se recusaram<sup>174</sup>. Contraditoriamente ao que a lei previa, na maioria dos casos, esses recrutamentos aconteciam de maneira forçada, ilegal, eram realizados pela polícia, por Diretores, ou até mesmo pelos maioriais das aldeias. Segundo a documentação, os índios só deveriam ser ofertados a serviços fora de suas aldeias sob intermédio de seus respectivos Diretores, porém, na prática isto não ocorria, e muitos dos índios, como vimos, acabavam sendo recrutados por autoridades diversas e sob ameaça.

Diante daquela situação, encontramos documentos em que índios clamavam pelo anulamento de recrutamentos, e para isto utilizavam diversos argumentos, alegando desde o despreparo para o serviço militar até o dever de estar presente na aldeia para sustentar sua família. Como é o caso de Joaquim de Barros Brito, índio da Aldeia de Barreiros:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente da Província Joaquim de Barros Brito, índio da Aldeia de Barreiros tendo sido apresentado pelo maioral da mesma aldeia, Pedro Correia da Maia como voluntário da pátria para o 6<sup>o</sup> Corpo que se está formando sob pena de prisão se ele não aceitasse isto é se negasse ser voluntário, veio até esta capital mas sabendo aqui do engano horrível de que foi vítima, vem com o devido respeito fazer ver a Vossa Excelência que sendo ele casado e com filhos em muita tenra idade não pode por forma alguma deixar sua família ao desamparo e à miséria para ser soldado, tanto mais quanto pela Lei (que ele ignorava) está completamente isento do recrutamento com que foi ameaçado dolorosamente; e portanto requer a Vossa Excelência se sirva mandar dar-lhe a respectiva baixa pois não é possível que continue a ser considerado voluntário quando tal não há, e não tem nem nunca teve vontade de ser voluntário da pátria

---

<sup>171</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 80. Relatório sobre o estado das aldeias, da comissão composta por, Joaquim Gonçalves Lima, Antônio Vasconcelos Menezes de Drummond, M. Buarque Macedo, para o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena. Recife, 13/03/1873.

<sup>172</sup> APEJE, Diversos II, vol. 10, fl. 143. Ofício do Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques. Diretoria Geral dos Índios, 16/11/1858.

<sup>173</sup> APEJE Diversos II, vol. 10, fl. 143. Ofício do Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques. Diretoria Geral dos Índios, 16/11/1858.

<sup>174</sup> APEJE Diversos II, vol. 10, fl. 143. Ofício do Diretor Geral dos Índios, José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques. Diretoria Geral dos Índios, 16/11/1858

pois que lhe é inteiramente impossível sê-lo. Peço a Vossa Excelência deferimento e rogo mercê<sup>175</sup>.

Esses recrutamentos abusivos aconteciam com a “desculpa” de estarem sendo realizados para reprimir “maus hábitos” dos índios<sup>176</sup>. Em 1857, o Delegado de Polícia, Henrique Dias, recrutava três índios da Aldeia de Escada, Félix José Leão, José Antônio de Mattos e Galdino Antônio Bezerra; o Delegado de Escada justificava o recrutamento forçado de Félix José por ser tal índio, filho único de uma viúva e ter abandonado sua mãe, não cumprindo com seus deveres de filho, por ser um “vadio”; quanto ao recrutamento do índio José Antônio, a justificativa era que o mesmo não cuidava de sua irmã mais nova, estando esta em casa de seus tios, pois seus pais haviam falecido; O índio Galdino Antônio teria abandonado sua esposa e era “vadio e vagabundo”<sup>177</sup>. O ponto comum entre todas essas justificativas é a “vadiagem”; nos parece que recrutar índios sob esta acusação era extremamente eficiente, afinal, como já dito, a segunda metade do século XIX foi um período em que a política do Império condenava vadios e exaltava trabalhadores. Como temos visto até aqui, os índios pareciam trabalhar bastante, o que nos leva a crer que tais acusações não passavam mesmo de “desculpas” para justificar uma atitude ilegal e obrigar os índios a serviços militares, que como nota-se, não era a atividade mais desejada naquela sociedade.

Como os documentos evidenciam, a lei não se fazia cumprir, e os índios eram, constantemente, alvo de recrutamentos forçados, seja pelos próprios Maiorais das aldeias ou por Diretores e Delegados. Dessa forma, os índios aldeados em Barreiros, Escada e Riacho do Mato alimentavam a força policial e militar, não só da Zona da Mata Sul, como da Província de Pernambuco e do Império do Brasil. Os índios aldeados eram indispensáveis para a segurança pública do Império. Em ofício datado da década de 1846, o então Presidente da Província, Antônio Pinto Chichorro da Gama, afirmava que os índios de Barreiros não só eram responsáveis pela seguridade da povoação de Barreiros, como de todas as comarcas circunvizinhas do Aldeamento de São Miguel de Barreiros<sup>178</sup>. Se os índios das aldeias aqui estudadas recebiam por estes serviços, a documentação não nos possibilitou saber, porém há

---

<sup>175</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 5. Petição de Joaquim de Barros Brito, índio da aldeia de Barreiros, para o presidente da província. 17/11/1865.

<sup>176</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 29, fl. 76. Relatório sobre o estado das aldeias, da comissão composta por, Joaquim Gonçalves Lima, Antônio Vasconcelos Menezes de Drummond, M. Buarque Macedo, para o presidente da província, Henrique Pereira de Lucena. Recife, 13/03/1873.

<sup>177</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 96. Ofício do Diretor Geral dos Índios José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província Sérgio Teixeira de Macedo. Lage, 29/01/1857.

<sup>178</sup> APEJE, Série Polícia Civil, vol. 327; Ofício do Presidente da Província Antônio Pinto Chichorro da Gama, para o Chefe de Polícia Joaquim Teixeira Peixoto de Abreu e Lima. Recife, 09/06/1846.

um ofício em que o Diretor Parcial da Aldeia de Assunção revela que aqueles índios trabalhavam para a polícia sem receber nada em troca, o que nos induz a pensar que talvez os índios aldeados em Escada, Barreiros e Riacho do Mato não vivessem uma realidade tão distinta daqueles, e que, provavelmente, também deveriam não receber nada por esses serviços militares executados através de recrutamentos forçados. E assim temos mais um motivo para entender o porquê de tal trabalho não ser bem querido entre os índios.

Um outro tipo de trabalho bastante realizado pelos índios da Mata Sul de Pernambuco, fora de seus respectivos aldeamentos, era o dos Correios. Os índios em Barreiros e Escada eram constantemente chamados para trabalhar nos Correios. Na década de 1860, há registros que nos informam sobre a solicitação dos índios das referidas aldeias para o serviço dos Correios. Nesses casos, era o Diretor Geral o responsável por enviar tais índios; o mesmo iria às aldeias para engajar índios ao trabalho dos Correios, porém era um dever não muito fácil de desempenhar, já que os índios, na maioria dos casos, demonstravam resistência em aceitar tal ofício, devido ao pagamento que era abaixo do que recebiam se trabalhassem por jornal, por exemplo. Vejamos este ofício do Diretor Geral dos Índios, Lourenço de Sá e Albuquerque, para o Presidente da Província, Luiz Barbalho Muniz:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, recebi um ofício de Vossa Excelência de data de 31 de dezembro acompanhado com a cópia de um ofício do administrador do Correio em que pede o engajamento de seis índios para o serviços dos correios, [sic] ainda não pude dar cumprimento as ordens de sua Excelência pois que tenho de ir ao aldeamento da Escada e de Barreiros fazer uma revista aos índios, espera-se essa ocasião dar cumprimento ao que Vossa Excelência exige, se bem que ache pago de 1 real diário pouco por que os índios estão ganhando atualmente quatro patacos na entrada de força. Também tenho em meu poder diferentes requerimentos para os enfermos, e nada por ora posso dispor sobre eles porque não tendo o arquivo da secretaria do ex-diretor geral, e as certidões e os papeis que devem existir na secretaria do Governo sobre os aldeamentos dos índios, e que por um ofício já pedi a Vossa Excelência para [sic] mandar tiver cópia até agora ainda se não recebi, e espero por eles para poder ir, fazer as visitas nos aldeamentos de que acima [sic] a Vossa Excelência e melhor conhecer as [sic] para poder começar informar os requerimentos. Deus guarde a Vossa Excelência<sup>179</sup>.

A quantia do salário que se oferecia aos índios que prestavam serviço para os Correios se repete em vários documentos, nos confirmando que realmente era um valor diminuto e que, portanto, não chamava a atenção dos índios. Um ano antes do documento citado acima, encontramos outro ofício que solicitava seis índios para trabalhar nos Correios por tempo de

---

<sup>179</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 187. Ofício do Diretor Geral dos Índios Lourenço de Sá e Albuquerque, para o Presidente da Província Luiz Barbalho Muniz Fiúza. Diretoria Geral dos Índios, 17/01/1860.

um ano, mediante salário de mil réis, equivalente a um real diário<sup>180</sup>. Com o valor circulatório de 320 réis a pataca, e os índios ganhando quatro patacos por jornal, acabava sendo mais vantajoso ir trabalhar por jornal para seus “vizinhos”, os senhores de engenhos.

Em meados do século XIX, as autoridades demonstravam preocupação em relação à diminuição da produção de farináceos na Província de Pernambuco. Essa apreensão justificava-se porque a alta do açúcar estava “sugando” os braços produtores responsáveis pela pequena lavoura para a monocultura do açúcar. Em 1857, por exemplo, a produção de mandioca e feijão havia caído pela metade em comparação com o ano anterior; os trabalhadores responsáveis pelas pequenas lavouras estavam, em maioria, trabalhando por jornal para os Senhores de Engenho, vendendo sua mão de obra para a agricultura de exportação. Como já demonstrado neste estudo, os índios aldeados abasteciam não só suas aldeias, mas também as vilas que os cercam e, por este motivo, o Diretor Geral dos Índios nesse período apontava como solução obrigar os índios a plantarem, sob a alegação de que até eles próprios precisarão de alimentos, já que o dinheiro que recebiam por trabalharem a jornal não seria o suficiente para suprir suas necessidades alimentícias. José Pedro Velloso da Silveira, o então Diretor Geral dos Índios, sugeria então a criação de um novo cargo, o de “almoxarifes”, que seriam pessoas responsáveis por inspecionar as plantações dos índios, porém, o Presidente da Província, Joaquim Pires Machado, em resposta, afirmou que por ora não seria possível atender a tal medida<sup>181</sup>.

Na mesma década, Pedro Velloso tratava sobre a facilidade em obter a mão de obra indígena para as plantações de cana-de-açúcar, se referindo às Aldeias da Mata Sul, e principalmente à Aldeia da Escada<sup>182</sup>. O Diretor Parcial da Aldeia da Escada confirmava tal informação dizendo que, em consequência das perseguições que sofriam os índios, e mesmo as reais invasões dos eretos confinantes, cada vez mais estreitavam-se os terrenos em que os índios cultivavam, e como resultado muitos índios acabavam se retirando de suas aldeias e procuravam estabelecer-se nos engenhos<sup>183</sup>. Os engenhos acabavam sendo para aqueles índios não uma opção, mas uma necessidade.

---

<sup>180</sup> APEJE, Série Diversos I, vol. 24, fl. 16. Ofício do Presidente da Província José Antônio Saraiva, para o Diretor Geral dos Índios José Pedro Velloso da Silveira, 31/12/1859.

<sup>181</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 102. Ofício do Diretor Geral dos Índios José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província Joaquim Pires Machado Portela. Lage, 28/07/1857.

<sup>182</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 172v. Ofício do Diretor Geral dos Índios José Pedro Velloso da Silveira, para o Presidente da Província José Antônio Saraiva. Lage, 25/04/1859.

<sup>183</sup> APEJE, Série Petições Índios, fl. 39. Ofício do Diretor Parcial da aldeia de Escada, André Dias de Araújo, para o Barão dos Guararapes. Escada, 4/05/1864.

Além dos trabalhos militares-policiais, dos Correios, e dos engenhos, os índios das Aldeias de Escada e Barreiros eram constantemente solicitados para trabalharem em obras públicas, afinal, de meados do século XIX até o fim dele, foi um período, como já dito, em que a Província de Pernambuco buscava modernizar-se. Em 1854, estava sendo enviado para a Capital da Província quinze índios da Aldeia de Barreiros para prestarem serviços em obras públicas por um período de três dias, com o objetivo de substituir outros índios que lá estavam. Nesta ocasião todos os quinze índios eram fornecidos gratuitamente, ou seja, os índios não iriam receber pagamento algum pelos serviços que iriam realizar na capital naqueles três dias<sup>184</sup>. Uma década depois, solicitava-se mais quinze índios da mesma aldeia para serviços na Capital, porém só foram enviados 10 índios, sob alegação de que os demais haviam se recusado a irem prestar tal serviço de forma voluntária. Como solução para o problema, o Diretor da Aldeia de Barreiros sugeria ao Presidente da Província que se recrutassem os demais índios que faltavam para completar o número que se precisava, de quinze índios, porém em resposta, o Presidente da Província ordenava que fosse oferecida a quantia de dez mil réis aos índios que daquele momento em diante se alistassem como voluntários da pátria, e seguissem à capital para trabalhar nas obras públicas<sup>185</sup>.

Se em muitos casos os índios iam trabalhar na Capital da Província em obras públicas sem receber salário algum, em muitas ocasiões recebiam salário. O Presidente da Província, na década de 1857, por exemplo, solicitava ao Diretor Geral dos Índios “30 índios de boa saúde para trabalhar em obras públicas da capital recebendo salário”<sup>186</sup>. Infelizmente, a quantia do pagamento que os índios recebiam para trabalhar em obras públicas na capital não estava especificada nos documentos, exceto em um deles que, como já dito, carimbava o valor de dez mil réis. Não podemos saber se esse valor era sempre o mesmo, mas ao menos, temos a noção de que devia girar em torno desse valor.

Em 1854, enviou-se ao Recife onze índios da Aldeia de Escada para trabalhar na obra do Porto<sup>187</sup>. No documento, consta com ênfase o fato daqueles índios estarem indo trabalhar em tal obra por vontade própria, o que nos sugere, embora o ofício não deixe evidente, que os índios estariam sendo pagos, pois dificilmente estariam indo por vontade própria se não

---

<sup>184</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fls. 57-58. Ofício do Diretor Parcial da aldeia de Barreiros José Luís Caldas Lins, para o Presidente da Província José Bento da Cunha Figueredo. Engenho Una, 07/07/1854.

<sup>185</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 19, fls. 86-86v. Ofício do Diretor Parcial da aldeia de Barreiros Paulino Augusto de Souza [sic] Freire, para o Presidente da Província Antônio Borges Leal Castelo Branco. Barreiros, 09/04/1865.

<sup>186</sup> APEJE, Série Diversos I, vol. 24, fl. 3v. Ofício do Presidente da Província Joaquim Pires Machado Portela para o Diretor Geral dos Índios José Pedro Velloso da Silveira. 16/01/1857.

<sup>187</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 34. Ofício do Diretor da aldeia de Escada, para o Presidente da Província José Bento da Cunha Figueredo. Escada, 03/01/1854.

fossem remunerados, já que, como vimos em outros documentos, quando não pagos, ou pagos com um valor muito abaixo da média, havia muita resistência da parte dos índios para irem trabalhar nessas obras.

Apesar de irem muitos índios prestar serviço nas obras da capital, eles também trabalhavam em obras que aconteciam fora do Recife, como a construção de estradas que ligavam a Zona da Mata Sul à Capital, devido à necessidade em escoar a produção do açúcar de forma mais rápida e eficiente para o Porto. Em 1856, por exemplo, foram solicitados índios da Aldeia de Barreiros que estivessem “desocupados” para trabalharem na estrada do Una:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, exercendo eu interinamente o lugar de Diretor desta aldeia, de que sou Tesoureiro, foi-me apresentando-me ofício de Vossa Excelência dirigido em data de 11 do corrente à diretoria desta aldeia, recomendando que punha a disposição do Engenheiro encarregado dos trabalhos da estrada de Una os índios, que se acharem desocupados. Em obediência as ordens de Vossa Excelência cumpre-me responder que nesta data partem a ser entregue, ao mencionado engenheiro 11 índios, e não vai maior número; por que são os que se acham sem ocupação por hora; entretanto posso afirmar a Vossa Excelência que serei pontual no fornecimento de mais índios, todas as vezes que o engenheiro precisar [...] <sup>188</sup>

Os índios aldeados em Barreiros que trabalharam na estrada do Una recebiam salários por seus serviços de 800 réis para cada índio <sup>189</sup>. Na documentação não aparecem recrutamentos forçados para trabalhar nesta obra em específico, e entendemos que realmente não deveriam ocorrer, já que era costumeiro o recebimento de salários. Mas ao contrário, os índios recebiam uma espécie de licença para trabalharem nesta obra, ou seja, recebiam uma espécie de liberação oficial dos seus “afazeres” ou trabalhos realizados dentro da aldeia para irem trabalhar na construção da estrada de ferro <sup>190</sup>.

Portanto, a documentação pesquisada evidenciou que os índios aldeados em Escada (posteriormente transferidos para o Riacho do Mato) e Barreiros, trabalharam não só nas suas aldeias, mas também fora delas, tendo contribuído imensamente com o processo de urbanização da Província de Pernambuco.

---

<sup>188</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 92. Ofício do Tesoureiro e Diretor Interino da aldeia de Barreiros João Marcelo Callado para o Presidente da Província Sérgio Teixeira de Macedo. Barreiros, 26/11/1856.

<sup>189</sup> APEJE, Série Diversos II, vol. 10, fl. 93. Ofício do Diretor Interino da Aldeia de Barreiros João Marcelo Callado para o Presidente da Província Sérgio Teixeira de Macedo. Barreiros, 06/01/1857.

<sup>190</sup> APEJE, Série Diversos I, vol. 24, fls. 4-5. Ofício do Presidente da Província Sérgio Teixeira de Macedo, para o Diretor Parcial da aldeia de Barreiros. 08/08/1857.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou entender os trabalhadores indígenas aldeados nas aldeias de Escada (posteriormente transferida para o Riacho do Mato) e Barreiros. A História foi aqui construída e narrada valorizando os fatos vividos e mais concretos possíveis. Para isso foi necessário compreender quem eram esses índios aldeados na Zona da Mata Sul de Pernambuco, região onde a cana-de-açúcar se fez Senhora. Essas aldeias estavam cercadas pela cana; os índios tiveram que conviver com o universo “doce” do açúcar, mas o gosto que sentiram foi de fel. Possuíam um cotidiano conturbado, era necessário viver em estado constante de resistência, pois digladiavam dia após dia com os senhores de engenho, que avançavam sobre as terras das aldeias.

Evidenciou-se que os índios estavam inseridos em uma rede complexa de relações e lidavam com isso da forma que podiam, seja pela força física com seus arcos e flechas quando invadiram engenhos, ou pelo raciocínio quando elaboraram petições e solicitaram seus direitos por meio da justiça, ainda que bastante falha e corrupta. Estabelecer negociações e viver em conflito com homens poderosos, tanto economicamente como politicamente, não era fácil e nem sempre trazia aos índios um resultado positivo. Na maioria dos casos, o poder político, econômico e social senhorial imperava, e os índios saíam perdendo nas ações judiciais. Porém vimos em várias petições o quanto os índios eram atentos às disputas sociopolíticas locais e que tinham sensibilidade e esperteza para se utilizarem de brechas nessa conjuntura desigual, para resistir, lutar ou até mesmo escolher fazer parte do sistema se assim fosse o mais vantajoso. Os índios sabiam os caminhos que podiam trilhar.

Depois de toda a política do Estado que visava incentivar a miscigenação como forma de misturar os índios à população nacional, em meados do Oitocentos os índios nas Aldeias de Escada e Barreiros eram tidos como Caboclos, e tinham sua indianidade questionada pelas autoridades locais e senhores de engenho, que se utilizavam desse discurso para justificar seus avanços ilegais sobre as terras indígenas. A lógica era muito simples, se aqueles índios deixassem de serem índios não teriam mais direito à terra e, com isso, os senhores de engenho e o Estado lucrariam, plantando mais cana e exportando-as. O índio era visto como empecilho para o progresso do Brasil e por isso deveria ser incorporado ao restante da população. Afinal, foi no século XIX que buscava-se exaltar as semelhanças em detrimento das diferenças, buscando um sentimento de unidade entre as pessoas, para forjar uma nacionalidade.

Diante de todo esse contexto em que os índios de Barreiros e Escada estavam inseridos no Oitocentos, ainda eram acusados de vadios e vagabundos. Termos extremamente negativos na época, capaz de macular a imagem e gerar inúmeras consequências, como perder terra, ser recrutado para as mais diversas formas de trabalho forçado ou até mesmo ser preso. Para um país que buscava se desenvolver, o trabalhador era uma figura fundamental, logo, os vagabundos deveriam ser excluídos da sociedade e viver a sua margem. Porém, essa pesquisa evidenciou que os índios estavam muito distantes de serem vagabundos ou vadios; pois eram trabalhadores e desempenhavam as mais diversas funções.

De acordo com a documentação e com o estudo feito foi possível dividir os trabalhos realizados pelos índios em duas grandes tipologias: os realizados dentro do aldeamento e os que eram desempenhados fora do aldeamento. Dentro dos aldeamentos aqui estudados, foram mapeados sete tipos de trabalho desenvolvidos pelos índios: a agricultura, criação de animais, caça, pesca, corte de madeira, inspetor das matas e reforço policial na vigilância do aldeamento. Fora dos aldeamentos os índios realizaram seis tipos de trabalho: guarda nacional, marinha, correios, auxílio à polícia, realizando rondas nos distritos vizinhos, obras públicas e também trabalhavam nos engenhos próximos aos respectivos aldeamentos.

Nas fontes primárias, observamos que os índios evidenciavam ainda serem muito além de trabalhadores alienados, eram trabalhadores conscientes de sua condição social, que aceitavam ou rejeitavam ofertas de trabalho mediante suas necessidades do momento. As vantagens de ser um índio trabalhador, na segunda metade do século XIX, ia muito além de receber um salário; arrisco afirmar que talvez a maior vantagem fosse o próprio “título”, o próprio reconhecimento social de ser um trabalhador e, desse forma, recorreram a atestados nos quais solicitavam das autoridades a confirmação de sua condição de trabalhador. Ser considerado um trabalhador lhes possibilitava angariar vantagens do Estado, como ter suas petições atendidas. As petições iam desde solicitação por troca de Diretores Parcial das aldeias até queixas envolvendo questões de terras. Ser trabalhador na segunda metade do século XIX era como ter um cartão de identificação, que automaticamente transformava alguém em um ser humano bom, honesto, útil socialmente, responsável e capaz.

Na presente pesquisa, também buscamos evidenciar que nem sempre os índios trabalhavam em serviços pelos quais tinham preferência. Em muitas ocasiões os índios que demonstravam preferência por ficar a trabalhar na aldeia, na maioria das vezes, com a agricultura, cuidando de seus roçados e mantendo sua rotina comum o máximo possível, eram obrigados a prestar serviço na Capital ou serviços militares, sob ameaça de prisão. Os índios



aldeados em Escada e Barreiros trabalhavam às vezes de forma voluntária, outras vezes eram forçados, e se em umas ocasiões recebiam por seus serviços, salários, em outras não. Houve satisfação por desempenhar alguns trabalhos, mas também houve resistência em outros. Era possível ouvir a voz daqueles índios em cada solicitação e em cada recrutamento, embora nem sempre fossem ouvidos. Contudo, atendidos ou não, a história dos índios trabalhadores na Mata Sul Pernambucana não é uma história pacífica na qual os menos favorecidos socialmente eram taciturnos, houve conflito e negociação.

Esse cenário analisado na Zona da Mata Sul na segunda metade do século XIX faz-nos entender não só as dificuldades enfrentadas pelos indígenas em meio a uma sociedade açucareira, mas também indica-nos como essa sociedade produtora de açúcar se utilizou da mão de obra indígena para engordar ainda mais suas sacas de açúcar; e também como o Governo Imperial do Brasil aproveitou os braços indígenas para modernizar o Recife e a Província de Pernambuco como um todo, os colocando para trabalhar em inúmeras obras públicas.

A realização desse trabalho foi somente possível devido à pesquisa realizada por meio da análise de Petições elaboradas por índios, Diretores Parciais e geral, e também relatórios elaborados pelos engenheiros responsáveis pela medição das terras dos aldeamentos, que estavam localizados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Mas a documentação não fala sem que o Historiador a interrogue e, por isso, o que aqui foi apresentado é resultado do meu olhar sobre a documentação citada. Apesar de uma pesquisa difícil, levando em consideração que muitos documentos importantes estavam deteriorados e outros em difíceis condições de compreensão, acredito que foi possível reconstruir ao menos parte considerável dos trabalhadores indígenas aldeados em Escada e Barreiros, e assim ter colaborado com o processo de desconstrução do estereótipo de índio “preguiçoso, vadio e vagabundo”.

Em suma, comprovamos que os índios aldeados em Barreiros e Escada trabalharam nas mais diversas atividades, buscando contribuir com as discussões sobre o trabalho indígena. Após a conclusão deste estudo, olho para o Porto do Recife, por exemplo, sabendo que foi construído também com a força de trabalho dos índios de Escada e dos índios de Barreiros. Seria poético escrever que existe ao menos uma gota de sangue indígena nos concretos do Recife e nas estradas que ligam a Capital à Mata Sul, mas é mais realista escrever que o sangue indígena foi derramado em demasia, e parafraseando Eduardo Galeano, suas veias ainda permanecem abertas.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA:

ALENCAR, J. de. Carta ao dr. Jaguaribe. In. ALENCAR, J. de. **Iracema**. Santa Catarina: Editora Avenida, 2005, pp. 99 -104.

ALENCAR, J. de. **Iracema**. Santa Catarina: Editora Avenida, 2005.

ALMEIDA, L. S. de.; GALINDO, M. (Org.). **Índios do Nordeste: terras e problemas III**. Maceió: EDUFAL, 2002.

ALMEIDA, R. **Metamorfoses indígenas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ALVES, J. A. **A Mata em movimento: coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 175. 2008.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ARRUTI, J. M. A. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: ARRUTI, J. M. A. **A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria - LACED, 2004. pp. 231-279.

BARBOSA, B. **Paranambuco: poder e herança indígena**. Recife: Editora UFPE, 2007, p. 100.

BELLO, R. de A. **Breve História sobre o município de Barreiros**. Recife: Prefeitura Municipal de Barreiros, 1984.

BERNARDES, D. 1817. In: DANTAS, M. D. (Org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 69-96.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 20, 1997, pp. 229-250.

CARVALHO, M. J. M. de. **A Guerra dos Moraes: a luta dos senhores de engenho na Praiera**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 123. 1986.

CARVALHO, M. J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, s.p.

CARVALHO, M. J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Editora UFPE, 2010.

CARVALHO, M. J. M. de. Os índios de Pernambuco no ciclo das insurreições liberais, 1817-1848: ideologias e resistência. **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, Curitiba, nº 111, 1996, pp. 51-69

CHALHOUB, S. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, F. A. P. da. **Anais Pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1983.

CUNHA, M. C. da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, M. C. da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro enigma, 2015.

CUNHA, M. C. da. **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)**. São Paulo: Edusp, 1992.

CUNHA, M. C. da. **Os direitos dos índios: ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DABAT, C. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Editora UFPE, 2012.

DANTAS, M. A. **Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudos Gerais/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, p. 321. 2015

DANTAS, M. A. Trabalho, território e participação indígena na guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe (Pernambuco e Alagoas), 1832-1848. **Revista Mundos do trabalho**. Santa Catarina, v. 6, n. 12, 2014, pp. 107-129

DE CARLI, G. **Aspectos açucareiros de Pernambuco**. Rio de Janeiro: IAA, 1940.

DIAS, A. G. **Últimos Cantos**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1847.

EISENBERG, P. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Campinas: Paz e Terra, 1977.

ELIAS, J. Militarização indígena na Capitania de Pernambuco no século XVII: Camarão, a história de um título. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 25-2, s.n. 2007, pp. 150-166.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v.18, pp.315-319. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>>. Acesso em 12 jul. 2017.

FERREIRA, L. de M. **São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no Império.** Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 214. 2006.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** São Paulo: Editora Global, 2006.

FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

GALVÃO, E. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRINBERG, K.; SALLES, R. **O Brasil Imperial vol. I (1808-1831).** Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 2009.

GRINBERG, K.; SALLES, R. **O Brasil Imperial vol. II (1831-1870).** Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 2009.

HAVEL, Václav. In **Times Literary Supplement**, 23 de janeiro, 1987.

JÚNIOR, A. B. da S. **A Província dos trabalhadores tutelados: trabalhadores indígenas diante do poder político e econômico na Província de Alagoas (1845- 1872).** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 186. 2015.

KODAMA, K. **Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860.** São Paulo: Edusp, 2009.

KRAAY, H. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do dois de julho em Salvador, século XIX. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, s.v. n. 23. 2000, pp. 47-86.

LINDOSO, D. **A utopia armada: rebeliões de pobres nas Matas do Tombo Real, 1832-1835.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LINDOSO, D. **Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana.** Maceió: Edufal, 2005.

MAGALHÃES, G. de. Os indígenas do Brasil perante a história. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro**, Rio de Janeiro, s.v. n. 23, 1860, pp. 03-66.

MELLO, E. C. de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824.** São Paulo: Editora 34, 2004.

MELLO, J. M. F. de. **Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco.** Recife: Estado de Pernambuco/Conselho Estadual de Cultura. 1979.

MONTEIRO, J. M. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo.** Tese (Apresentada ao concurso de livre docência: Área da Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo - Disciplinas HZ762 e HS119) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas, p. 233. 2001.

MONTEIRO, J. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.) **Índios no Brasil.** Brasília: MEC, 1994, pp. 105-120.

OLIVEIRA, J. P. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria - LACED, 2004.

OLIVEIRA, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

PALACIOS, Guillermo. **Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en Brasil em la época de la Revolución Industrial.** México: FONDO DE CULTURA ECONÓMICA, 1998.

PAIVA, E. F. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII - As dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

POMPA, C. História de um desaparecimento anunciado: as aldeias missionárias do São Francisco, séculos XVIII-XIX. In: OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2011, pp. 267-292.

QUERINO, M. R. Notícia histórica sobre o 2 de Julho de 1823 e sua comemoração na Bahia. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro**, Rio de Janeiro, s.v. n. 48, 1923, pp. 77-105.

RIBEIRO, D. **Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SAMPAIO, P. M. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia portuguesa. In: PRIORE, M. del.; GOMES, F. dos S. (Orgs.). **Os senhores dos rios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 123-140.

SCHWARCZ, L. **As barbas do Imperador.** São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos.** Lisboa: Letra Livre, 2013.

SILVA, A. H. L. **Colônia Militar Leopoldina: “das matas incultas” às “matas civilizadas” (1851-1867).** Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 287. 2016.

SILVA, E. História indígena em Pernambuco: para uma compreensão das mobilizações indígenas recentes a partir de leituras de fontes documentais do século XIX. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.** Recife, s.n. n. 64, 2011, p. 73-114.

SILVA, E. “Confundidos com a massa da população?” o esbulho das terras indígenas no Nordeste no século XIX. **Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco**, Recife, v. 42, n. 46, 1996, pp. 17-29.

SILVA, E. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 128.1995.

SILVA, G. K. A. da. **Índios e identidades**: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 144. 2004.

SILVA, K. V; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2010.

TAVARES, F. M. **História da revolução de Pernambuco em 1817**. Notas de Manuel de Oliveira Lima. Pernambuco: Cepe, 2017.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, J. G. De noiteiro a Cacique: constituição da chefia indígena Potiguara da Paraíba. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 14 ano 7, vol.14, n. 1 e 2, 2003, pp. 145-160.

VIEIRA, R. M. **O Juiz de Paz**: do Império a nossos dias. Brasília: UNB, 2002.

XAVIER, M. “**Cabôcullos são os brancos**”: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 296, 2010.

#### **FONTES MANUSCRITAS:**

##### **Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)**

- Série Câmara Municipal – Vol. 43.
- Série Colônia Diversas – Vol. 02.
- Série Diverso I – Vol. 24.
- Série Diversos II – Vol. 10, 19, 29.
- Série Juízes Municipais – Vol. 10.
- Série Ordenanças – Vol. 05.
- Série Petições Índios.
- Série Polícia Civil, Vol. 327.

- Série Promotores de Justiça – Vol. 02.
- Série Registro de Terras Públicas – Vol. 17.